



vida pastoral

REVISTA BIMESTRAL PARA SACERDOTES E AGENTES DE PASTORAL



PASTORAL EM NOVAS PERSPECTIVAS (IV)

Concílio da primavera na Igreja!
Dom Angélico Sândalo Bernardino
p. 3

A pastoral em novas perspectivas IV: perspectiva político-ecológica e perspectivas pastorais
Pe. Nicolau João Bakker, svd
p. 10

Comunidades eclesiais de base, um método de conversão pastoral
Pe. Nelito N. Dornelas
p. 24

Teologia da prevenção no contexto da Aids
Pe. José Trasferetti
p. 28

Sugestões para a Liturgia
Ir. Veronice Fernandes, pddm
p. 34

Roteiros homiléticos
Pe. Johan Konings, sj
p. 41

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

Com esta edição concluímos a série “Pastoral em novas perspectivas”. Percebemos nos e-mails enviados à redação que houve grande interesse pelo tema e em acompanhar a sequência dos artigos. É motivo de satisfação saber que estamos indo ao encontro dos anseios de nosso público leitor e ajudando em sua prática eclesial e social, o que é objetivo central da revista.

Como constatamos e como aprofundam com muita lucidez os articulistas que colaboraram nesta edição, jamais na história houve tantas mudanças e tantas novidades surgindo ao mesmo tempo e em ritmo tão acelerado, influenciando a vida das pessoas, das famílias e das práticas religiosas. Cada articulista, em sua área temática, aponta-nos pistas concretas de por onde e como caminhar nessa realidade.

Entre 2012 e 2015, estamos celebrando o cinquentenário de abertura (1962) e conclusão (1965) do Vaticano II. Como nos motiva dom Angélico em seu artigo, é preciso abraçar fortemente as grandes intenções do concílio e aplicá-las à realidade de hoje. Não se trata de, nos 50 anos do concílio, voltar ao passado, mas caminhar para a frente com o auxílio da bússola que esse grande evento eclesial nos deu.

Em um mundo que progride, muda e evolui rapidamente, não podemos como instituição involuir, deixar de lado a primavera que foi o concílio e preferir o “inverno”. Voltar a antigos costumes e liturgias, antigas práticas, vestes, autoritarismos, estrelismos, arrogância, moral que não dialoga com o mundo de hoje, maneira de formar comunidades ultrapassada... refugiar-nos na “sacristia”, enquanto o mundo gira e nos desafia.

O artigo do pe. Nicolau Bakker aborda a questão da política hoje e do necessário profetismo cristão nesse âmbito. É muito comum ver pessoas

rejeitarem esse tema e julgarem que a religião deva ser totalmente separada da política, deva preocupar-se apenas em salvar as almas e não se envolver em assuntos que digam respeito ao mundano e ao transitório. Entretanto, a separação entre alma e corpo está filosófica e teologicamente superada. A salvação é para a pessoa por inteiro, e não apenas para uma de suas dimensões. É impossível salvar a alma sem salvar também o corpo. Cristo, ao se encarnar, assume as realidades humanas por completo e não apenas em parte. A espiritualidade por ele anunciada e vivida não era desconectada da concretude da vida. Pelo contrário, ele anunciava o reino de Deus, vida em abundância para todos, que não se limitava a este mundo, mas iniciava-se já aqui. Durante toda a sua vida pública, ele evidenciava as contradições entre o reino e as realidades religiosa, política, econômica e social da época. A cruz foi resultado do processo de posicionamento político e religioso e do confronto com as autoridades estabelecidas nesses dois âmbitos.

Como seguidores de Cristo, não podemos abdicar do cuidado com tudo o que diga respeito à vida – a política (como promoção da qualidade de vida para o povo) incluída. É necessário, no entanto, sermos diligentes na questão da política partidária. Não fazer simbiose com partidos e poderes políticos, não assumir partido único. Mas isso, como expõe com clareza pe. Nicolau, não significa neutralidade política, pois, em qualquer democracia, existem partidos que dão sustentação às forças economicamente dominantes, excludentes e elitizantes. A nossa fé e o profetismo cristãos não nos permitem apoiá-los. Da mesma forma, existem partidos que dão sustentação às forças economicamente solidárias, participativas e igualitárias, e com estes o seguimento de Cristo nos estimula a somar forças.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

Editora	PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO	Editoração	PAULUS
Diretor	Pe. Zolferino Tonon	ASSINATURAS	assinaturas@paulus.com.br (11) 3789.4000 • FAX: 3789.4004 Rua Francisco Cruz, 229 Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Editor	Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP	Redação	© PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184 vidapastoral@paulus.com.br www.paulus.com.br www.paulinos.org.br
Equipe de redação	Pe. Zolferino Tonon, Pe. Darci Luiz Marin, Pe. Valdêz Dall'Agnese, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Manoel Quinta		
Ilustração da capa	Luís Henrique Alves Pinto		

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARACAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguara, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-205 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95010-005 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

78005-420 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Adauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

69010-210 - MANAUS/AM
Rua Itamaracá, 21, Centro • T.: (92) 3622.7110
manaus@paulus.com.br

59025-260 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauri, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65015-370 - SÃO LUÍS/MA
Rua do Passeio, 229 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluis@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

01001-001 - SÃO PAULO - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - SÃO PAULO - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

04117-040 - SÃO PAULO - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

CONCÍLIO DA PRIMAVERA NA IGREJA!

Dom Angélico Sândalo Bernardino*

No dia 11 de outubro de 1962, o papa João XXIII inaugurou o Concílio Vaticano II, encerrado pelo papa Paulo VI em 8 de dezembro de 1965. Estamos vivendo, de 2012 a 2015, as comemorações do cinquentenário desse evento, que se tornou o maior acontecimento da Igreja no século passado. João XXIII fez o anúncio profético desse concílio na festa da Conversão de São Paulo, em 25 de janeiro de 1959, quando encerrava a Semana de Orações pela Unidade dos Cristãos. O concílio, dizia João XXIII, deve apresentar às pessoas do nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus, de tal forma que elas possam compreendê-la e abraçá-la espontaneamente. Deve provocar reformas e abertura da Igreja à realidade histórica. Ele antevia, através do concílio, nova primavera para a Igreja, aberta ao diálogo com todos. Paulo VI, na mesma direção, defendeu um concílio renovador da Igreja, os braços abertos, acolhendo a todos com misericórdia, compaixão, à maneira de Jesus! O anúncio do concílio, é bom lembrar, foi feito em tempo marcado, na Igreja, por intensa participação, de modo especial no Movimento Litúrgico, na Ação Católica, no Movimento Bíblico-Teológico.

1. Novos tempos

Na comemoração do jubileu de ouro do concílio, não se trata, simplesmente, de olhar para trás. Estamos em nova época. Nestes 50 anos, os ensinamentos do concílio foram

sendo concretizados com avanços e retrocessos. Desde o começo, hoje nem se diga, as pessoas preferiam o inverno à primavera. Precisamos abraçar as grandes intenções e ensinamentos do concílio e concretizá-los nos novos parâmetros culturais em que estamos imersos, em verdadeira conversão pastoral, na mudança de certas estruturas eclesiais boas no passado e ultrapassadas hoje. Essa imensa tarefa a ser levada avante no vigor do Espírito Santo deve envolver todo o Povo de Deus, não podendo ficar somente a cargo de alguns setores da estrutura eclesial. Trata-se de lançar as redes, de fato, em águas mais profundas. João Paulo II afirmou: “Sinto, ainda mais intensamente, o dever de indicar o concílio como a grande graça que beneficiou a Igreja no século XX: nele se encontra uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa” (*Novo Millennio Ineunte*, n. 57).

2. De olho na bússola

Abraçando a recomendação de João Paulo II, perguntemo-nos: para onde aponta a bússola a nos orientar no avanço evangelizador agora? A preocupação marcante do Vaticano II foi nos indicar caminhos para evangelizar o mundo de hoje. Como anunciar o evangelho na nova época? O concílio responde com duas

* Bispo emérito de Blumenau, participa da comissão da CNBB para a celebração dos 50 anos do Vaticano II. É membro do Instituto Jesus Sacerdote, da Família Paulina.

palavras-chave: *aggiornamento*, sinônimo de renovação, atualização, rejuvenescimento da Igreja; *diálogo* consigo mesma, com outras Igrejas cristãs, com não cristãos, não crentes. Diálogo sinônimo de comunhão, corresponsabilidade, intensa participação. O pe. José Comblin gostava de indicar sete palavras-chave, bebidas nas fontes conciliares, como urgências a serem postas em prática. São as seguintes: preocupação pela pessoa humana, liberdade, Povo de Deus, Colégio episcopal, diálogo, serviço, missão. Bento XVI convocou, para os dias 7 a 28 de outubro de 2012, Sínodo sobre a “Nova evangelização para a transmissão da fé cristã”. Colhendo os clamores do Povo de Deus, o sínodo, para ser eficaz, precisa abraçar as indicações, as palavras-chave do concílio, e apontar concretamente as novas e urgentes reformas, para que discípulos(as) missionários(as) de Jesus, com o coração repleto de ardor e santidade, possam levar avante a nova evangelização com novos métodos, novas manifestações.

3. Igreja, Povo de Deus!

O Vaticano II foi um concílio pastoral-ecclesiológico! Ele nos oferece duas constituições sobre a Igreja. A primeira é dogmática e se denomina *Lumen Gentium* (Luz dos Povos), que nos apresenta ensinamentos sobre o que a Igreja é e sua missão. A segunda é pastoral e se chama *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), que nos fala a respeito da Igreja no mundo de hoje. “O essencial do Mistério da Igreja é que seja uma comunhão com o Pai por Jesus Cristo, no Espírito Santo, e que viva em comunhão fraterna. A Igreja é instrumento da salvação, da graça, que brotam do coração de Jesus morto e ressuscitado, para a vida de todos”.

O concílio nos apresenta a Igreja como Povo de Deus! Essa atitude é muito importante e renovadora, pois evita restringir a missão profética, real e sacerdotal da Igreja somente aos ministros ordenados. Na Igreja, há profunda igualdade entre todos na dignidade de filhos(as) de Deus, na vocação à santidade, na missão; o que nos diferencia são as vocações,

serviços, ministérios, carismas, dons. Todos somos Povo de Deus, discípulos missionários de Jesus, com a missão de evangelizar. “Por instituição divina”, diz o concílio, “a Igreja é estruturada e regida com admirável variedade” (LG 32). E cita palavras do apóstolo Paulo: “Pois como em um só corpo temos muitos membros, mas todos os membros não têm a mesma função, assim nós, embora sejamos muitos, somos um só corpo em Cristo, e somos membros uns dos outros” (Rm 12,4-5). Bispos e padres, fazendo parte do Povo de Deus, são os “que, postos no sagrado ministério, ensinando, santificando e regendo, pela autoridade de Cristo, apascentam a Família de Deus de tal modo que seja cumprido por todos o mandato novo da caridade” (LG 81).

Esta Igreja, Povo de Deus, proclama: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).

4. A Palavra de Deus

O Concílio Vaticano II, apontando para a atualização, a renovação, o rejuvenescimento da Igreja, alimentou-se da palavra de Deus. Iluminado pelo Espírito Santo, elaborou a constituição dogmática *Dei Verbum*. “Deus invisível, na riqueza de seu amor, fala aos homens como a amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com ele”. O papa Bento XVI, na exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, recorda-nos que Deus nos fala, comunica-se com a humanidade, por meio de sua Palavra, seu Filho, o Verbo de Deus que se fez carne, Jesus Cristo, nascido da virgem Maria! Em Jesus, Palavra de Deus, o Pai falou e revelou tudo. Ainda, em seu amor, Deus nos fala por meio da criação, “o livro da natureza”. Fala-nos na história da salvação. Enfim, é palavra de Deus, atestada e divinamente inspirada, a Sagrada Escritura, Antigo e Novo Testamento.

Somos convidados a acolher a palavra de Deus. Ao Deus que se revela, que fala conosco, devemos dar a resposta da fé, sempre com

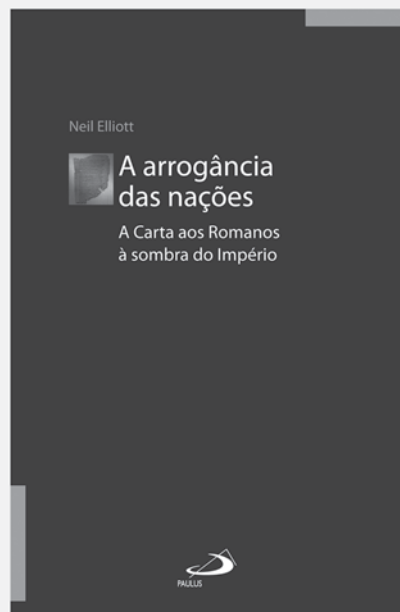
os olhos fixos em Jesus, a Palavra suprema, definitiva. Como diz a Conferência de Aparecida: “Conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria; segui-lo é uma graça e transmitir este tesouro aos outros é uma tarefa que o Senhor nos confiou ao nos chamar e ao nos acolher” (DAp 18).

5. Liturgia e vida

A liturgia é contemplada, de maneira especial, pelo Concílio Vaticano II na constituição denominada “Sacrossanto Concílio”. Encontramos nessa constituição os princípios gerais da reforma e do incremento da liturgia, assim como considerações profundas sobre a eucaristia e os demais sacramentos. Ainda, ensinamentos sobre o ofício divino, o ano litúrgico, música e arte sacra. A vida cristã tem seu centro vital na eucaristia. A celebração eucarística no domingo, dia do Senhor, deve ser sempre mais valorizada. A liturgia é a família de Deus em festa. É a celebração do mistério de Cristo e, em particular, de seu mistério pascal, que é o centro da obra da salvação. A Igreja, Povo de Deus, que proclama e celebra sua fé, sua vida, é comunidade de culto e santificação. Na linha do concílio, a Conferência de Aparecida proclama:

A eucaristia é o centro vital do universo, capaz de saciar a fome de vida e felicidade. Neste banquete feliz, participamos da vida eterna e, assim, nossa existência cotidiana se converte em missa prolongada. Porém, todos os dons de Deus requerem disposição adequada para que possam produzir frutos de mudança. Especialmente, exigem de nós espírito comunitário, que abramos os olhos para reconhecê-lo e servi-lo nos mais pobres. No mais humilde, encontramos o próprio Jesus. Por isso, são João Crisóstomo exortava: “Querem em verdade honrar o corpo de Cristo? Não consentam que esteja nu. Não o honrem no templo com mantos de seda, enquanto fora o deixam passar frio e nu” (DAp 354).

Liturgia e vida! Nossa atenção deve, essencialmente, estar voltada para o mis-



Imagens meramente ilustrativas.

A arrogância das nações

A Carta aos Romanos à sombra do Império

Neil Elliott

Ao longo deste estudo, Elliott encontra surpreendentes paralelos entre a antiga ideologia de Roma e o mundo ocidental de hoje, mostrando como a carta de Paulo teria sido lida, nos anos 50 d. C., a partir do contexto e das categorias da ideologia do Estado romano.

Formato: 13,5 cm x 21 cm

Páginas: 216

Cód.: 9788534932325

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



tério que celebramos. Por meio dos ritos, contemplemos, na fé, o mistério do amor de Deus por nós. Tenhamos sempre presente a advertência de Jesus, citando o profeta Isaías: “Este povo me honra com os lábios, mas seu coração está longe de mim” (Mt 15,8). Nas celebrações, haja sempre muito respeito, dignidade, solenidade. Respeito às rubricas, mas nada de “rubricismo”! Nada de espetáculos, roupas repletas de rendas femininas em vestes de ministros.

6. Decretos e declarações

Além de suas quatro constituições, o concílio nos oferece nove decretos e três declarações que, nestes anos de intensa comemoração do jubileu de ouro, precisam ser considerados, aprofundados, em busca de novas perspectivas, avanços. São estudos a respeito do ministério e vida dos bispos, dos presbíteros, da formação sacerdotal, da vida religiosa, dos leigos no mundo, na Igreja, da Igreja missionária, do ecumenismo, do diálogo com não cristãos, da liberdade religiosa, da educação cristã, dos meios de comunicação social. Por sua urgência, algumas considerações sobre o ecumenismo, em que temos tido avanços e retrocessos. O Concílio Vaticano II instituiu a unidade dos cristãos como um de seus objetivos principais. Ele nos quer católicos firmes na fé e abertos ao diálogo, acolhedores, sem fechamentos e jamais sectários. Cristo fundou uma só e única Igreja. Através dos séculos, em razão de lamentáveis acontecimentos, essa unidade foi se quebrando. No diálogo ecumênico, o concílio nos recomenda constante renovação da Igreja, pois Cristo nos chama a perene reforma, à conversão da mente e coração; convoca-nos à oração comum entre as Igrejas. Exemplo positivo reside na Semana de Orações pela Unidade dos Cristãos. Insiste no respeito mútuo, em projetos de aprofundamento bíblico, teológico e no campo social. No Brasil, o abençoado Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) abraça todos esses objetivos, sendo preciosa associação fraterna de Igrejas cristãs!

7. Existimos para evangelizar!

O Concílio Vaticano II foi convocado e realizado com o objetivo fundamental de desencadear na Igreja vigorosa convocação de todos para a missão evangelizadora. Paulo VI foi incisivo ao afirmar: “Os objetivos do Concílio Vaticano II se resumem, em última análise, num só intento: tornar a Igreja do século XX mais apta ainda para anunciar o evangelho à humanidade do mesmo século XX”. Em significativos momentos da história, a Igreja reuniu todas as suas forças, voltando-as à nova evangelização. Assim sucedeu no final do primeiro milênio, quando países da Europa foram reevangelizados. O mesmo se diga do período após o Concílio de Trento. O Sínodo dos Bispos de 1975 teve como tema: “A evangelização do mundo contemporâneo”. O sínodo que o papa Bento XVI convocou para 2012 quer “nova evangelização para a transmissão da fé”. As conferências dos bispos da América Latina e Caribe foram na mesma linha; a de Santo Domingo teve como tema: “Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã” e a de Aparecida: “Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida”. Bento XVI e João Paulo II convidam a Igreja toda, em nossos dias, “à nova evangelização; nova no vigor, métodos e manifestações”. Bento XVI criou o Pontifício Conselho para a Nova Evangelização. A CNBB, por sua vez, no objetivo geral da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, proclama seu compromisso de “evangelizar a partir de Jesus Cristo e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela palavra de Deus e pela eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida (Jo 10,10), rumo ao reino definitivo”. Mais, o Vaticano II abre de par em par as portas da Igreja para o mundo todo, abraçando a ordem de Jesus: “Vão pelo mundo todo, anunciem o evangelho”. Na América Latina e Caribe, a Conferência de Aparecida nos convoca à missão continental, visando, em primeiro lugar, atingir os católicos afastados e levando-lhes, pelo testemunho de vida, a palavra de

Deus que salva, ilumina, conforta. Para que isso aconteça, a convocação de discípulos missionários é abrangente, com o compromisso de formação ampla, aprofundada, para todos. Toda a Igreja é convidada a “assumir atitude de permanente conversão pastoral, que implica escutar com atenção e discernir o que o Espírito está dizendo às Igrejas” (DAP 366), por meio dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta. “A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DAP 370). Daí nasce para a Igreja, na fidelidade ao Espírito que a conduz, “a necessidade de uma renovação eclesial que implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais” (DAP 367; cf. DAP 365-370). Infelizmente, a Conferência de Aparecida não apontou, concretamente, quais são as mais urgentes reformas de que temos necessidade!

8. Pesquisa: crescimento de Igrejas

A esta altura, julgo oportuno apresentar dados da pesquisa que propõe oito padrões de qualidade para a Igreja local (o resultado da pesquisa está relatado no livro *O desenvolvimento natural da Igreja*, publicado pela Editora Esperança). Os estudiosos Christian A. Schwarz e Christoph Schalk fizeram, durante dez anos, em conjunto com a Universidade de Würzburg, na Alemanha, um levantamento em mais de mil Igrejas, em 32 países dos cinco continentes, com o objetivo de descobrir elementos que promovam ou não o crescimento de Igrejas, e chegaram à conclusão de que são oito os fatores principais:

1. Liderança capacitadora;
2. Ministérios orientados pelos dons;
3. Espiritualidade contagiante;
4. Estruturas eficazes;
5. Culto inspirador;
6. Pequenos grupos, células familiares;
7. Evangelização orientada para as necessidades concretas das pessoas;

8. Relacionamentos marcados pelo amor fraternal.

É interessante também o testemunho de um membro da Igreja Batista, presente à Conferência de Aparecida como observador. Ao meu lado, em subcomissão, a certa altura ele confidenciou: “Tenho viajado pela América Latina toda e visitado muitas Igrejas da Reforma e também católicas, constatando que as Igrejas que mais crescem, que têm mais vida, são as marcadas por estas quatro características: abraçam com vigor a pastoral bíblica, realizam vibrantes celebrações litúrgicas com intensa participação dos fiéis, convocam e formam leigos(as) para a missão, têm gestos de solidariedade para com os que sofrem”.

9. Diálogo e reformas

O Vaticano II usou muito a palavra diálogo, com a consciência de que estava realizando uma mudança radical. Atitude dialogante que se torna ainda mais urgente nos tempos que correm, em que crescem a tentação e a prática do fechamento, do estrelismo, do centralismo, do autoritarismo. O diálogo exclui atitudes narcisistas, centralizadoras, autoritárias. Na concepção do concílio, o diálogo deve substituir as relações de dominação e superioridade. Diálogo que exige fidelidade à palavra de Deus e humildade para escuta atenta de quem age e pensa diferentemente, com honestidade, buscando a verdade. O papa Paulo VI, durante o desenrolar do concílio, escreveu no dia 6 de agosto de 1964 sua primeira carta encíclica, justamente sobre o diálogo. Nessa carta, denominada *Ecclesiam Suam*, Paulo VI chama nossa atenção para o diálogo com todos, marcado com estas características: clareza, mansidão, confiança, prudência.

Nesse espírito é que ousou apresentar algumas sugestões de urgentes mudanças, pois, se não mudarmos atitudes, estruturas, linguagem, corremos o risco de não ser entendidos no mundo de hoje, de falar para nós mesmos.

Antes, porém, de apresentar sugestões para mudanças de comportamento, de estruturas, em nossa mãe e mestra, a Igreja, convém recordar as condições para reformas bem-sucedidas, sugeridas pelo grande teólogo Yves Congar:

1. Primazia da caridade e da pastoral;
2. Manter-se em comunhão com o todo: nunca se deve perder o contato vivente com todo o corpo da Igreja;
3. Paciência e respeito para com prazos da Igreja;
4. Apostar na reforma como retorno aos princípios da Tradição, às fontes, à Bíblia, a Jesus.

Isto posto, vão algumas sugestões:

1. Reforma inadiável: urgência de sermos santos, de abraçarmos com entusiasmo o desafio-convite de Jesus: “Sejam perfeitos, como o Pai celeste é perfeito” (Mt 5,48). Necessidade de trabalharmos por sólida espiritualidade, por mística verdadeiramente contagiante.

2. Urgência de Igreja “com fome e sede de justiça”, com autêntico protagonismo dos leigos.

3. Igreja intensamente ministerial, com viva participação de leigos e leigas exercendo ministérios, serviços, em decorrência da exigência do batismo e da crisma.

4. A paróquia é convocada a ser rede de comunidades articuladas, abraçando o Plano de Pastoral de Conjunto da diocese. (Não podemos esperar reformas em outros níveis quando, nos campos de nossa competência, somos pouco criativos, omissos até.)

5. Toda comunidade deve ter a possibilidade de participar efetivamente da eucaristia. Para isso, ao lado de presbíteros celibatários, temos urgência de chamar homens casados, de comprovada vida cristã familiar, profunda vivência comunitária, competência profissional, para serem ordenados presbíteros. Milhares de comunidades estão privadas da santa missa dominical por falta de presbíteros.

6. Estudar e redefinir a missão, o papel, da Nunciatura Apostólica. Não podemos continuar com a sistemática presente na nomeação, na transferência de bispos. Não é possível, por exemplo, que dioceses fiquem por tanto tempo sem bispo diocesano.

7. Estudar com atenção, na prática de Jesus, o papel da mulher na Igreja. Nada de ficarmos amarrados a atitudes culturais, marcadas por intenso machismo, com o qual Jesus não compactuou em seu tempo.

8. A comunhão e a participação são realidades preciosas, devendo ser respeitadas em todos os níveis da Igreja. A comunhão com o papa é fundamental. A comunhão na Igreja toda é mandamento de Jesus. Contudo, precisamos respeitar os diversos níveis de decisão. Colocar tudo nos ombros da Cúria Romana é ceder a um centralismo que já não funciona. Confunde-se comunhão com centralização, com cerceamento das atribuições que devem ser de responsabilidade das conferências episcopais, das dioceses.

9. A Igreja nas metrópoles deve ter consideração especial. Uma diocese na metrópole não pode ser tratada pastoralmente, no governo episcopal, como pequena diocese do interior.

10. Estruturas e instrumentos de participação devem ser criados, valorizados. Conselhos de presbíteros, de leigos, de pastoral, de administração, entre outros, precisam funcionar com competência, liberdade de expressão. O instinto de autoafirmação, quando não posto a serviço da verdade buscada em comunidade, descamba em autoritarismos, criando burocratas, não pastores.

11. O jurídico deve estar a serviço da comunhão, não o contrário. “O sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado” (Mc 2,27). Em amplas áreas, vivemos o império do jurídico, esquecidos, na prática, de que “devemos ter diante dos olhos a salvação das pessoas, que, na Igreja, deve ser sempre a lei suprema” (Cân 1.747).

12. Os teólogos são merecedores de apoio, incentivo real. Necessitamos de nova

linguagem para a transmissão da fé de modo apropriado.

13. Urgentes questões referentes a ética, matrimônio, sexualidade, natalidade, segundas núpcias e recepção da eucaristia precisam de tratamento pastoral, teológico, sociológico, psicológico, afetivo, congregando o parecer, as declarações, não somente de ministros ordenados, mas também de leigos(as) que amam a Igreja, são peritos e vivem imersos na dura e complexa realidade.

Ele caminha conosco!

É maravilhoso constatarmos que o Senhor Jesus, fiel à sua palavra, caminha com sua Igreja, está no meio de nós! Seu Espírito nos une, vivifica, santifica, renovando a face da terra! Confiantes, vamos avante, de esperança em esperança, na esperança sempre!

LITURGIA DIÁRIA DAS HORAS

Apresenta as orações da manhã, tarde e noite



"A pedagogia da Igreja deve saber 'ousar'. É importante introduzir os fiéis na celebração da Liturgia das Horas, que 'enquanto oração pública da Igreja, é fonte de piedade e alimentação da oração pessoal'" (Da Carta Apostólica SPIRITUS ET SPONSA, do papa João Paulo II, no 40º Aniversário da Constituição SACROSANCTUM CONCILIUM, do Concílio Vaticano II).

Assine já a Liturgia Diária das Horas

Tel.: 11 3789-4000 (São Paulo e Gde. S. Paulo)

Para outras localidades, ligue 0800 164011

ou envie um e-mail para assinaturas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Lumen gentium

A transição necessária

Antonio José de Almeida

O trabalho é uma tentativa de "lançar de novo a semente do Concílio Vaticano II no solo da Igreja", consciente de que as decisões de um Concílio devem ser constantemente retomadas e renovadas na vida eclesial. Leitura essencial para tornar dinâmica a presença da Igreja no mundo contemporâneo.

Formato: 13 cm x 20 cm

Páginas: 280

Cód.: 9788534923125

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



A PASTORAL EM NOVAS PERSPECTIVAS IV: PERSPECTIVA POLÍTICO-ECOLÓGICA E PERSPECTIVAS PASTORAIS¹

Pe. Nicolau João Bakker, svd*

A reflexão pastoral que segue tem íntima relação com o artigo “A pastoral em novas perspectivas I – introdução ao tema”, publicado em *Vida Pastoral* n. 278/2011. Sugerimos, portanto, atenta leitura desse artigo antes de ler a presente reflexão.

INTRODUÇÃO

Nos artigos anteriores a este, que tratavam do mesmo tema, ressaltamos que as três fontes mais significativas para a pastoral, ou para a ação concreta da Igreja, são: a cosmovisão da época, a espiritualidade e a perspectiva política de futuro.² Das perspectivas pastorais que surgem da cosmovisão da época, como também das que brotam de sua espiritualidade correspondente, já tratamos. Neste último artigo sobre o tema, gostaríamos de abordar a terceira fonte da pastoral, a da perspectiva de futuro, ou perspectiva política. As três fontes não podem ser vistas separadas entre si. São três fontes que abastecem o mesmo riacho, costumamos dizer. É importante ressaltar também que, em conjunto, elas formam não apenas a “alma” do cristianismo, mas, igualmente, das religiões em geral.

Temos dito que, na dinâmica interna da vida, e até da própria matéria, existe uma espécie de “caso de amor” que faz com que, nelas, tudo se relacione com tudo e tudo coopere com tudo. Em nenhum momento a lógica interna é de autodestruição. A “morte” individual tem sempre o sentido de possibilitar a sobrevivência do todo coletivo. Especialmente na dinâ-

mica da vida biológica, encontramos sempre uma tendência de autossuperação, uma busca constante por melhor “qualidade” de vida. A tentação é traduzir isso imediatamente em termos religiosos, mas a maioria dos especialistas entende que essa conclusão é apressada. A vida parece poder evoluir em mil direções e nada determina o curso exato. Apenas se constata que a vida nunca anda para trás. Existe certa “direção”, portanto. A vida tem “perspectiva”. É dessa perspectiva que queremos tratar, por causa de sua alta significância para a pastoral. Veremos que a cosmovisão de cada época muda a perspectiva de futuro, a perspectiva política do ser humano, e que as novas perspectivas geradas também mudam o conteúdo da ação pastoral da Igreja.

1. PERSPECTIVA POLÍTICA NA COSMOVISÃO TEOLÓGICA

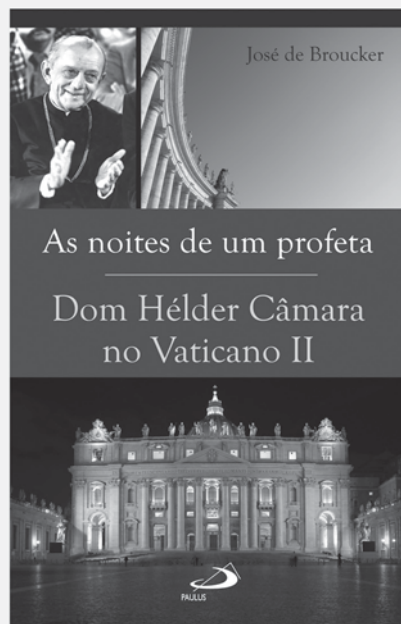
1.1. A política teocrática

Aproximadamente há 3 milhões de anos, dentro da “família” dos hominídeos, o peque-

* Missionário do Verbo Divino, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática: na pastoral rural; na pastoral urbana em São Paulo; como educador no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo-SP, coordenando o programa de formação de lideranças eclesiais e o de combate à violência urbana. Lecionou Teologia Pastoral no Itesp (Instituto de Teologia/SP). De 2000 a 2008, foi auxiliar na pastoral e vereador, pelo PT, no município de Holambra/SP. Representa a CRB no Conselho Estadual de Proteção a Testemunhas (Provita/SP). Atualmente, atua na pastoral paroquial de Diadema/SP. Além de cartilhas populares, publicou diversos artigos na *REB*.

no *Australopithecus* começa a desenvolver um novo sistema nervoso, com um cérebro que aumenta rapidamente em tamanho e cujo lado esquerdo – o lado mais “técnico” – é levemente maior que o lado direito. Surge assim o *Homo habilis*, velho conhecido dos nossos paleontólogos. Com muito maior habilidade nas mãos e um cérebro muito mais capacitado para gerenciar informações, esse “pré-humano” inventa a primeira técnica que possibilitou maior controle sobre seu meio envolvente: a “pedra lascada”. Para muitos antropólogos, todo o “processo civilizatório” da humanidade se deu com base nas sucessivas invenções tecnológicas, com a criação de novos meios de sustento, novas linguagens e novos relacionamentos.³ Cada nova técnica representou também novo “poder” sobre o meio ambiente e sobre os não possuidores dessa mesma técnica. Muito antes de os cidadãos da Grécia denominarem de “política” a promoção do bem-estar de sua querida cidade de Atenas, os caçadores e coletores já se articulavam coletivamente para garantir sua sobrevivência do melhor modo possível. Pela sua própria natureza, todo ser humano é, portanto, um ser “político”, um ser que busca, coletivamente, manter e aperfeiçoar sua qualidade de vida.

Depois do surgimento de uma “consciência” que podemos chamar de humana, há mais de 100 mil anos, os primeiros agrupamentos humanos, todos caçadores/coletores, desenvolvem relações sociais sempre mais complexas. Diversas cavernas no sul da França mostram que, há 30 mil anos, já existia uma “cultura humana”: comunicação visual, rituais, crenças e a provável existência de xamãs, os primeiros até hoje privilegiados detentores dos segredos da natureza. Esses grupos, muito isolados uns dos outros, sobrevivem basicamente ao sabor da natureza... até que, há aproximadamente 10 mil anos, surge nova e decisiva invenção tecnológica que constitui o primeiro grande “marco” da civilização ocidental: a agricultura e a domesticação de animais. Agora os agrupamentos “se estabelecem” e surgem pequenas civilizações em torno do mar Mediterrâneo. As relações humanas se tornam muito mais complexas. Depois da comunicação por meio de



Imagens meramente ilustrativas.

As noites de um profeta

Dom Hélder Câmara no Vaticano II

José de Broucker

Quando um homem fora do comum, como Dom Hélder Câmara, encontra um acontecimento excepcional, a exemplo do Concílio Vaticano II, a história que eles escrevem juntos vale a pena ser contada. Por esse motivo, a obra relata a atuação do arcebispo de Olinda e Recife nos bastidores do Concílio e evidencia a necessidade de uma Igreja a serviço de um mundo mais justo, humano e fraterno.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 168
Cód.: 9788534929127

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



gravações em ossos de peixe, objetos de argila ou pedra, desenvolve-se a linguagem escrita. Grande avanço é possibilitado pela técnica da irrigação. Aos poucos, as pequenas cidades se organizam em torno de típica divisão de responsabilidades: de um lado, governantes e funcionários, engenheiros, sacerdotes, curandeiros, metalúrgicos, sábios etc. e, de outro, grande número de guerreiros e trabalhadores comuns, frequentemente controlados pelo mecanismo da escravidão.

Limitando nosso enfoque, como dissemos no primeiro artigo, ao mundo ocidental, podemos dizer que, em todo esse tempo de evolução humana, a política é exercida de forma “teocrática”. Na lógica da cosmovisão teológica dessa época, forças divinas ou espirituais determinam a sorte e o destino de todas as pessoas. Ninguém tem autonomia pessoal para decidir o próprio futuro. Nem mesmo os xamãs têm poder político para isso. Quando, em muitas dessas sociedades antigas, em especial as mais avançadas, surge a figura do rei, este exerce o seu poder em nome dos deuses e, frequentemente, ele próprio é divinizado. O monoteísmo parece ter suas raízes mais longínquas no Egito. Em 1350 a.C., aproximadamente, o faraó Amenófis IV introduz rigoroso culto monoteístico – ao deus-sol Aton – como religião do Estado, um culto extinto logo após sua morte. É nesse clima de um Deus Supremo que, de acordo com os relatos bíblicos, Abraão “sai de sua terra” (Gn 12,1) em busca de novo futuro. Com isso a perspectiva de futuro e a perspectiva política mudam radicalmente. A fé num Deus único, que comunica pessoalmente a sua Lei (4 mil anos antes de Cristo o rei Ur-Engur da Mesopotâmia já declara querer governar “em conformidade com as leis dos deuses”), não permite a existência de nenhum outro ídolo, e a obediência à sua Lei deve ser irrestrita. Com uma novidade de importância fundamental: pela primeira vez na história, Deus se compromete com o futuro dos mais fracos. A derrota do faraó é também a derrota dos seus deuses. O único Deus, Javé, fará aliança apenas com os hebreus, filhos da escravidão. Não muda a cosmovisão teológica, mas muda a perspectiva

política. Ao menos para um pequeno povo, o hebreu, um Deus muito poderoso, mas também muito familiar, garante a “seu” povo um futuro promissor, uma “terra onde corre leite e mel” (Ex 3,17).

O último milênio antes de Cristo é caracterizado por grande efervescência filosófica e religiosa, com destaque para a Grécia. Do multicolorido caldo de cultura da sociedade grega, algumas convicções sagradas vão percorrer o mundo: 1) o mundo espiritual, divino, é essencialmente diferente do mundo material, humano; 2) a razão humana é espiritual e, como tal, deve guiar a conduta humana; 3) boa política é aquela que preserva o bem comum. Na prática, a condução política grega oscila entre duas tendências, uma mais democrática, que expressa o legado aristotélico, e outra, mais aristocrática, que expressa o legado platônico.

1.2. A política hierocrática

Muitos historiadores fazem distinção, no longo período da cosmovisão teológica, entre governos teocráticos e governos hierocráticos. Quando Deus governa diretamente sobre o pensar e o agir humano, falam em governos teocráticos. Quando líderes humanos se veem a si mesmos como governando em nome de Deus – ou dos deuses –, falam em governos hierocráticos. A distinção ajuda a compreender melhor como, até hoje, o mundo judaico-cristão lida com as questões políticas. Moisés e os profetas concebem um governo mais teocrático, em que o Deus da aliança é sempre o elemento decisivo. Já, posteriormente, os reis judeus e os sacerdotes do Templo costumam ter uma concepção mais hierocrática, acompanhando o que já se tornou comum na cosmovisão da época. Jesus, ao proclamar a vinda iminente do reino de Deus, entrará de cheio na proposta teocrática, porém com uma ressalva: as autoridades deste mundo podem até governar, pois Deus lhes permite isso, mas seus governos somente serão legítimos se tiverem a marca de Javé e “servirem” antes de tudo para a superação de todas as formas de escravidão (cf. Mt 20,24-28). Para Jesus, o ser

humano é criatura e toda a sua existência está sob o domínio do Criador. Nesse sentido, toda autoridade vem “do alto”, até a autoridade de Pilatos (cf. Jo 19,11). Para seus discípulos, porém, valerá a seguinte regra: qualquer governo que seja, se não serve para servir, não serve! O critério de validação para qualquer proposta política será sempre este: o amor samaritano.

Nos primeiros séculos do cristianismo, os cristãos “dão a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22,21). Para justificar uma espiritualidade sem conotação política, é comum ouvir dizer que a fé neotestamentária não demonstra preocupação com as estruturas injustas do império. Não existiria nas primeiras comunidades cristãs uma perspectiva política de mudança. Para a vivência da fé, bastaria o coração.

Em seu livro *Gerechtigheid en Liefde*, o grande teólogo belga Edward Schillebeeckx (†2009) faz um apelo apaixonado contra esse modo de pensar. O pensar e o agir do cristão têm sempre o limite de sua mediação histórica. Sendo inteiramente impensável qualquer superação das estruturas do império, é a partir de dentro, nas próprias comunidades, que os cristãos iniciam novo modo de viver, uma sociedade nova onde não haverá “nem escravos nem livres” (Gl 3,28).

1.3. A política cesaropapista

O bispo Eusébio (†337), de Cesareia, o primeiro a escrever uma história da Igreja, já esboça uma espécie de teologia imperial na sua obra *Elogio de Constantino* (335). Deus governa o mundo por meio de um soberano na terra, chamado por Eusébio de “o bispo de fora”. É santo Agostinho (†430), porém, que primeiramente apresenta uma mais elaborada “teologia política”, com poderosa influência até os nossos dias. Seu “agostinismo político” é elaborado num contexto em que a religião cristã já é a religião que tem o apoio oficial do Estado desde o imperador Constantino (†337). Partindo da situação “decaída” do ser humano, Agostinho vê a necessidade de um poder civil forte, em que todos “dão a César o que é de César”, mas esse poder civil,

imperfeito, deve o quanto antes ceder lugar a uma espécie de política religiosa em que, superadas as fraquezas humanas, todos “dão a Deus o que é de Deus”. Para os romanos, numa visão mais hierocrática, o poder de César já era o poder de Deus. Na sua interpretação da proposta jesuânica, Agostinho quer a *Cidade de Deus* (nome de sua maior obra literária) governando sobre a Cidade dos Homens. Já a vê, de forma parcial, presente na Igreja, ficando sua concretização máxima reservada para o fim dos tempos. Baseando-se em santo Agostinho, o papa Gelásio I (†496), em estranha exegese, fará uso, pela primeira vez, de uma tal “teologia das duas espadas”, lembrando a passagem de Lucas em que Jesus diz aos discípulos que “duas espadas bastam” (22,38). A política “cesaropapista” do império, especialmente do lado bizantino, onde o poder civil predomina largamente sobre a Igreja, é criticada. Porém, segundo afirmação do papa, trata-se de domínios separados: o rei está sujeito ao bispo no domínio espiritual, mas o bispo está sujeito ao rei no domínio temporal. No Ocidente, durante o império carolíngio – em 800 Carlos Magno (†814) é coroado imperador – e especialmente no decorrer do sacro império romano-germânico, a política cesaropapista está muito presente.

1.4. A hierocracia papal

O tom do discurso muda muito com os papas Gregório VII (†1085), Inocêncio III (†1216) e Bonifácio VIII (†1303). O monge cisterciense de Cluny, Gregório VII, defenderá claramente a superioridade do poder espiritual sobre o poder temporal. O grande movimento reformista, encabeçado pelo mosteiro de Cluny – muito centrado na famosa “querela da investidura leiga” –, resulta, em 1122, na “Concordata de Worms”: cabe ao papa a investidura espiritual, cujos símbolos são o anel e a cruz, e ao imperador a investidura temporal, cujo símbolo é o báculo. Inocêncio III dirá que o poder espiritual é como o sol e o poder temporal como a lua; quando um brilha, o outro desaparece! E a bula *Unam Sanctam* de Bonifácio VIII usa explicitamente a teologia das duas espadas: uma é exercida

pela Igreja, a outra deve ser exercida *a favor* da Igreja. Numa espécie de “hierocracia papal”, o papa “delega” poder ao soberano civil. Para muitos, o uso desse poder constitui o “totalitarismo dogmático e espiritual” da Igreja na época da cristandade. O líder religioso mais influente dessa época, são Bernardo de Clairaval (†1153), com base nessa teologia das duas espadas, não titubeará em convocar “os soldados de Cristo” para a guerra das cruzadas contra os “infieis muçulmanos”. Matar e morrer por Cristo é considerado uma honra. É a cosmovisão teológica imperando na política. Como dissemos no artigo introdutório ao nosso tema: “A Idade Média termina com os papas dando as cartas no mundo ocidental”. É com essa mesma perspectiva política que a Igreja ainda dará apoio, logo depois, às monarquias europeias quando estas se lançam à conquista das colônias.

2. PERSPECTIVA POLÍTICA NA COSMOVISÃO ANTROPOLÓGICA

2.1. A política monarquista

Um conceito que predominou ao longo de toda a cosmovisão teológica foi o da origem divina do poder. Santo Tomás de Aquino (†1274) também pensou dessa forma, mas insistiu na natureza racional do ser humano e no imperativo da busca do bem comum. Na prática, a hierarquia eclesiástica demonstrou sempre uma preferência clara pelas concepções mais aristocráticas de Platão (†347 a.C.). A passagem da hierocracia papal para a política monarquista não foi nada tranquila. Quando surgem os Estados soberanos, a partir da “Paz de Vestfália” (1648), o papa Inocêncio X (†1655) ainda condenará duramente esses novos arranjos do poder, chamando-os de “nulos, irritos, inválidos, iníquos, injustos, perniciosos, malvados, inanes, e vazios de sentido e efeito por todo o tempo” (Wilfred, 2007, p. 118). A irrupção da modernidade – para o teólogo Paul Tillich (†1965), esta “abalou os alicerces da religião e da cultura” – foi por muitos comparada ao rompimento de uma barragem. Aparentemente nada ficou de pé. Novos movimentos religiosos – das

ordens mendicantes, do pietismo popular, do protestantismo etc. –, além de ondas sucessivas de laicismo por parte das novas ciências, dão origem a nova concepção de poder. Por longo tempo, a Igreja convive “aos tapas e beijos” com o poder monárquico, mas, aos poucos, por baixo das sagradas alianças entre clero e nobreza, vai surgindo nova perspectiva política: a da democracia.

Ocorreu um processo histórico que visava basicamente a três autonomias: a “autonomia do sujeito”, dando primazia à razão e à liberdade; a “autonomia da natureza”, sujeita a uma lei e ordem internas, e não à intervenção divina; e a “autonomia política” do poder civil em face do poder espiritual das Igrejas. As três autonomias envolviam liberdades que a Igreja Católica estava pouco habituada a permitir. A austeridade de vida pregada pelo protestantismo, especialmente por Calvino (†1564), de acordo com a conhecida análise de Max Weber (†1920), será preciosa alavanca para o crescimento da nova classe social da burguesia. É ela que, nos Estados soberanos, clama por crescentes liberdades econômicas, em permanente conflito com as monarquias absolutistas e o poder do clero. A barragem rompeu em 1789 com a Revolução Francesa.

2.2. A política das “democracias liberais”

A “Queda da Bastilha”, em Paris, entrou na história como marco simbólico. O grito longamente sufocado por mais “liberdade, fraternidade e igualdade” será ouvido por toda parte, e surgem os Estados democráticos de direito com a clássica “independência harmônica” entre três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Os debates, evidentemente, são apaixonados: “direitos humanos” e “lei natural” estão na ordem do dia. Quando a Revolução Francesa fez publicar sua “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), de teor marcadamente democrático, o episcopado francês a saudou como “um conjunto de posições estúpidas”. De fato, para o Magistério eclesiástico, cabia a ele a interpretação da lei natural, uma vez

que esta, de acordo com a teologia escolástica, é o reflexo da lei divina no coração do ser humano, e Deus instituiu o Magistério da Igreja como única interpretação autêntica tanto da lei natural quanto da sobrenatural. Essa postura claramente hierocrática bateu de frente com a nova postura antropológica de confiar apenas na razão, e não na simples autoridade. À medida que o “liberalismo” avança – na economia, na política e na cultura em geral –, dando clara demonstração de querer criar um novo mundo independente de critérios religiosos, a Igreja se posiciona fortemente contra o novo clima. O longo processo histórico de conquista dos direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais –, como também a longa batalha por democracias realmente eficazes, far-se-á, de fato, com a oposição das Igrejas, tanto católicas quanto protestantes.

Na defesa contra o modernismo, a Igreja vai implantar, a partir da segunda metade do século XIX, o modelo ultramontano, centralizando o poder na pessoa do papa. Ela o fará com maior convicção ainda quando, em 1870, com a perda dos Estados pontifícios, o papa se torna “prisioneiro do Vaticano” graças às ideias liberais! O combate à proposta socialista da democracia proletária, por excluir qualquer tutela religiosa, será ainda mais feroz do que o combate à democracia liberal. Diante daquela, esta acaba sendo até tolerada. Pio X (†1914) declara o modernismo – que então inclui a ameaça do “ateísmo materialista” – a “síntese de todas as heresias”. No entanto, com o implacável avanço da onda democrática, a estratégia mais comum de Roma será ceder o anel para não perder os dedos. A partir de 1920, a Santa Sé faz acordos ou alianças com as mais diversas nações para não perder os últimos nacos do seu poder medieval.

2.3. A política das “democracias cristãs”

Nas últimas décadas antes do Concílio Vaticano II, a maré vira. A “Nova Teologia” substitui a neoescolástica e inicia um clima

de maior abertura, ressaltando até mesmo o papel humanizador das “democracias cristãs” fundadas, democraticamente, por partidos fiéis à Igreja. A cosmovisão antropológica vai, aos poucos, conquistando seu espaço também dentro da Igreja. O Concílio Vaticano II, buscando um diálogo positivo, e não impositivo, com a sociedade, dará acolhida a quase todas as conquistas da modernidade. Assumindo em *Gaudium et Spes*, n. 36, a “perfeita legitimidade” da autonomia das realidades terrestres, dará seu aval também às democracias liberais ocidentais, desde que voltadas ao bem comum. A Igreja dispensa privilégios, mas mantém a antiga *potestas directiva*, isto é, o poder de emitir juízo moral sobre qualquer política (GS 76). Em diversas oportunidades, porém, não teve medo de privilegiar a política partidária das democracias cristãs, especialmente quando confrontadas com o crescente poder dos partidos comunistas. Com relação à política democrática de forma geral, ainda recentemente o papa João Paulo II manifestou a postura dúbia da Igreja ao afirmar: “Não sou o evangelizador da democracia; sou o evangelizador do evangelho. À mensagem do evangelho pertencem, evidentemente, todos os problemas dos direitos humanos; e se democracia significa direitos humanos, ela pertence também à mensagem da Igreja” (Wilfred, 2007, p. 114). Como dissemos, a cosmovisão antropológica, ainda que hegemônica, convive com a teológica. Hoje, porém, ambas perdem em credibilidade.

3. PERSPECTIVA POLÍTICA NA COSMOVISÃO ECOLÓGICA

3.1. A democracia representativa em crise

Dissemos mais acima que a história da Igreja Católica se caracterizou, durante longo período, por uma espécie de “totalitarismo dogmático e espiritual”. No âmago da matéria e na bioquímica da vida, porém, não existem totalitarismos. Ali as unidades estão sempre harmonicamente inter-relacionadas e as isoladas estão fadadas a morrer. Também na convivência humana, historicamente, to-

dos os grandes impérios e todas as políticas totalitárias tiveram um fim inglório. Na interminável busca do ser humano por qualidade de vida, os desequilíbrios são constantes, mas a tendência permanente é para um equilíbrio entre os diversos elementos em jogo. Quanto maior o desequilíbrio, tanto maior a reação a ele.

Dentro da cosmovisão ecológica, a proposta democrática recebe novo vigor, mas não sem uma mudança profunda na sua conceituação. Podemos dizer que, nas últimas décadas, a democracia representativa tradicional passa por profunda crise no mundo inteiro. Como filha legítima da cosmovisão antropológica, ela, desde o início, rejeitou o diálogo não apenas com as Igrejas, mas também com qualquer corrente de espiritualidade. Hoje, em muitos lugares, ela se sente órfã e está em busca de alguma forma de fundamentação. O teólogo canadense Gregory Baum (2007) lembra importantes documentos nos quais a Igreja toma posição contrária não apenas à democracia, mas também ao Estado liberal, à soberania popular, às liberdades civis, à separação entre Igreja e Estado e à liberdade de religião: a breve *Quod Aliquantum* (1791) de Pio VI, as encíclicas *Mirari Vos* (1832) de Gregório XVI e *Quanta Cura* (1864) de Pio IX. Outro teólogo, Erik Borgman (2006), enfocando mais a postura antimodernista, lembra a *Lamentabili et Pascendi Dominici Gregis* (1907) de Pio X e a *Humani Generis* (1950) de Pio XII, desembocando na *Fides et Ratio* (1998) de João Paulo II.

Em meio a tudo isso, outros autores de grande influência se mostraram mais favoráveis à democracia, ressaltando valores a serem preservados. Emmanuel Mounier (†1950) propõe seu “personalismo comunitário” e Jacques Maritain (†1973), em *Du regime temporelle et de la liberté* (1933) e *Humanisme intégral* (1936), elabora uma teoria católica a favor da democracia, afirmando que “o impulso democrático irrompe como uma manifestação temporal da inspiração do evangelho”. Quando o papa João XXIII (†1963), na encíclica *Pacem in Terris* (1963), acolhe favoravelmente

a democracia, não deixa de insistir na necessidade de fundamentá-la com valores “sobrenaturais”. O critério fundamental da democracia não está na simples decisão da maioria, mas antes de tudo na defesa do bem comum. A crise da democracia formal sempre teve como um dos seus eixos o “liberalismo econômico”. O mundo socialista o questionou, desde o início, em profundidade. O mundo cristão, de fato, tolerou-o, mas não sem ressalvas. A mais forte encontramos na exortação apostólica *Ecclesia in America* (1999) de João Paulo II, quando este condena “a globalização do capitalismo neoliberal” pelo fato de submeter-se apenas às leis do mercado.

Tanto o capitalismo quanto o marxismo surgiram na esteira da cosmovisão antropológica. Ambos revelam uma “visão otimista” da natureza humana: um aposta na capacidade da razão humana para construir o paraíso terrestre desde que respeitadas – mediante a democracia liberal – as leis do mercado livre; o outro, com a mesma fé na razão humana, promete o paraíso terrestre desde que respeitadas – mediante a democracia proletária – as leis do partido da classe trabalhadora. Entre democracia liberal e democracia proletária, a Igreja – embora mais à vontade no campo liberal – sempre optou pelo meio do campo, propondo alguma forma de política hierocrática, em busca do reino de Deus “que não é deste mundo” (Jo 18,36). Ela revela – em seguimento a santo Agostinho – uma “visão pessimista” da natureza humana: nenhum governo, por mais democrático que seja, é capaz de governar-se a si mesmo sem ajuda “dos céus”. Nascidos de inabalável fé monoteísta na verdade única, todos esses modos de pensar e de agir partem de concepções dogmáticas, de índole totalitária, inerentes às cosmovisões teológica e antropológica.

3.2. Perspectiva política da democracia participativa

A cosmovisão ecológica vê a natureza humana de outra forma, nem pessimista nem otimista. Não existe uma verdade definitiva nem um futuro certo a alcançar. Não existe

uma vitória final da democracia representativa nem o fracasso definitivo da democracia proletária. Todas as construções humanas deixam pegadas na areia e ajudam a construir o futuro. Não existem povos eleitos ou religiões privilegiadas. Povos e religiões nascem sobre a terra como as flores do campo, cada uma com seu perfume e sua cor. Não existe um Deus que intervém a favor de um e contra o outro, nem um Criador que ora está presente, ora se ausenta. Simplesmente está aí, em todo lugar, para quem quiser ver e acreditar. Não existem doutrinas ultrapassadas nem filosofias definitivas. O saber humano se constrói sobre uma memória coletiva em que tudo se transforma e nada se perde. A cosmovisão ecológica vê o ser humano, com seu crer e seu agir, como um desdobramento daquilo que pode ser observado dentro de cada átomo e dentro de cada célula viva: um universo de transitoriedade e diversidade interdependente, sempre voltando, auto-organizativamente, a um novo equilíbrio, recriando-se permanentemente. A cosmovisão ecológica pede humildade. As grandes utopias e os grandes relatos do mundo ocidental foram todos construídos sobre a areia movediça da arrogância dogmática e da competição. A argamassa da vida, porém, não é feita de competição, mas de cooperação. Quem sabe chegou a hora do *homo globalis*;⁴ não uma Nova Era, mas um novo tempo de um pensar e agir diferentes, mais ecológicos.

Isso significa o abandono de qualquer perspectiva política? Uma democracia sem identidade? Um sincretismo barato? Um cristianismo sem Revelação e sem Tradição cristã? De forma alguma. Nos diferentes artigos sobre o tema em foco, ressaltamos que todos nós temos, no nosso substrato físico e biológico, a busca permanente por melhor qualidade de vida. Sua força-motriz mística é a busca por “vida em abundância” (Jo 10,10). Nesta dinâmica interna não existe nenhuma forma de “liberalismo independente”, mas apenas unidades que adquirem sentido com base na coerência e harmonia com o “todo”. A democracia do futuro, necessariamente, será fruto de cooperação mútua: Norte e Sul, mundo desenvolvido e mundo em desenvolvimento,

Revista Família Cristã

Para aprofundar a fé e compreender melhor a vida.



Conheça alguns dos nossos colunistas:

- Pe. Zezinho, na coluna *Paz inquiet*
- Frei Luiz Turra, sobre *Formação litúrgica*
- FC Cáritas, Dom Demétrio Valentini
- *Comportamento e psicologia*, com a terapeuta familiar Maria Helena Brito Izzo
- Léo Pessini, na seção *Bioética*
- *Cidadania*, com o promotor público e professor de Direito Vidal Serrano Júnior

E ainda as seções: *Política, Educação, Família, Juventude e fé, Espiritualidade, Saúde, Economia, Culinária.*

E um Encarte especial sobre Namoro!



Assinatura anual: R\$ 108,00 - 12 edições
À vista: desconto de R\$ 18,00 = R\$ 90,00
Em 2 vezes: desconto de R\$ 8,00 = R\$ 100,00

Para assinar ligue: **0800 70 100 81.**
 Se preferir, acesse www.fc.org.br ou na Rede Paulinas de Livrarias de todo o Brasil.

capitalismo e socialismo. Nossa contribuição cristã específica, para não nos afastarmos da “marca” de Javé e da “pegada” de Jesus, neste momento histórico, é construir a democracia “de baixo para cima”, centrada numa “ética humanitária e ecoplanetária”, sem nenhuma forma de dominação. Muitos a chamam de “democracia participativa”.

4. PERSPECTIVA POLÍTICA ECOLÓGICA E PERSPECTIVAS PASTORAIS

Nenhum ser humano vive sem alguma perspectiva de futuro ou, como costumamos dizer, sem perspectiva política. Sabemos do papel importante da teologia escatológica na Tradição da Igreja. A Bíblia inicia falando de um paraíso perdido e termina falando de um paraíso a alcançar. Em muitos sentidos, o futuro é um livro em branco. O percurso, porém, não é inteiramente aleatório, como vimos na introdução ao nosso tema. O futuro é sempre fruto dos passos dados no passado. Para Jesus, tudo se resume na construção do “reino de Deus”, a semente com vocação de árvore (Lc 13,18-19). Como se dá isso, politicamente, nos dias atuais?

4.1. Manter uma proposta pluripartidária na ação pastoral

Existe certo consenso entre os analistas políticos, confirmado mais uma vez no 7º Encontro Ecumênico Nacional de Fé e Política (2009), de que o atual governo petista, de cunho democrático-popular, foi o resultado de três movimentos de vital importância: o movimento operário-sindical, o movimento popular, com inclusão do acadêmico, e o movimento pastoral das Igrejas comprometidas. Detalhes à parte, talvez seja. Nos três movimentos reina hoje enorme “saúde” de um tempo em que ideia, mística e ação de diversas origens se aglutinaram para, em conjunto, dar um salto qualitativo na perspectiva política da população. O “clima”, agora, arrefeceu. Mesmo assim, os avanços em vivência democrática são evidentes, principalmente quando analisados pela perspectiva histórica. Na cosmovisão teológica, são os deuses, ou

seus representantes, que governam, o que exclui a perspectiva político-democrática, enquanto, na cosmovisão antropológica, a proposta democrática é feita com firmeza, embora, na prática, nunca tenha convencido plenamente.

O que não pode passar despercebido é que, na cosmovisão teológica, surpreendentemente, surge uma proposta da maior importância. De acordo com o teólogo metodista Néstor O. Míguez, Jesus propõe (cf. Mc 6,14-44) uma teocracia em que impera o “banquete da vida” do pão partilhado – uma espécie de simbiose entre teocracia e democracia – em oposição ao “banquete da morte” oferecido por Herodes. Na opinião desse autor, Jesus, na verdade, propõe uma “laocracia” (do grego *laos* = povo comum) com base na organização popular, dando claro sentido político à palavra *symposion* (Mc 6,39), usada uma única vez em todo o Novo Testamento (cf. Míguez, 2007, p. 71). O banquete da vida surge aí em clara oposição ao governo hierocrático de Jerusalém, onde a figueira não produz (Mt 21,19) e onde as ovelhas estão sem pastor (Mt 10,36).

A cosmovisão ecológica se opõe frontalmente a qualquer democracia baseada em políticas excludentes. Da mesma forma, rejeita as “verdades” únicas, assim como “partidos” únicos ou “classes” únicas. Atualmente, as “modernas” democracias ocidentais passam pela “crise de valores”, consequência direta da exclusão histórica das vertentes espirituais. O ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors tem dito com frequência que havia necessidade de “dar uma alma à Europa, dar-lhe espiritualidade e sentido” (Borgman, 2004, p. 35-44). Para o teólogo holandês Erik Borgman, a única alternativa é uma democracia “de baixo para cima”, uma vez que, do contrário, sempre ocorre alguma forma de violência (*Ibid.*). Também o teólogo dominicano Ulrich Engel afirma que a democracia deve desfazer-se de gestos violentos e definitivos e descobrir o valor religioso da vulnerabilidade (Engel, 2001). Para Peter Berger, o Ocidente europeu, por

força da secularização, tornou-se “o beco sem saída do cristianismo”. Giuseppe Ruggieri critica a forte tendência europeia de apelar para uma espécie de “religião civil” a fim de garantir, funcionalmente, a coesão social e a coexistência pacífica das sociedades complexas. Essas sociedades, observa, “ignoram a pretensão das Igrejas de entrar com os objetivos próprios de sua missão irredutível”, em especial a defesa das “vítimas” (Ruggieri, 2004, p. 95-104). Também a teóloga irlandesa Maureen Junker-Kenny, atual diretora da revista *Concilium*, observa, citando as palavras do jurista e antigo membro do Tribunal Constitucional da República Federal da Alemanha Ernst-Wolfgang Böckenförde, que “o Estado liberal secularizado vive de pressupostos que ele próprio não pode garantir” (2006, p. 115-127). Para ela, cortado o cordão umbilical entre Igreja e Estado, a Igreja deve encontrar, internamente, as bases pré-políticas, morais, éticas e religiosas para motivar a democracia.

Também no mundo em desenvolvimento, o frágil barquinho da democracia representativa está fazendo água. Jon Sobrino cita seu colega Ignacio Ellacuría (†1989): “O que precisamos não é de democracia, mas de direitos humanos”; “O que o manejo ideologizado do modelo democrático busca não é a autodeterminação popular quanto ao modelo político e econômico, mas o encobrimento da imposição capitalista”. Existe, segundo ele, um problema epistemológico: as democracias não se autoanalisam à luz dos pobres e, ideologicamente, se analisam apenas à luz da experiência da modernidade do Ocidente. Consequentemente, “o bem viver do Primeiro Mundo é o mal viver do Terceiro”. Para Sobrino, são exatamente as tradições religiosas e a tradição jesuânica que oferecem os melhores critérios para a superação das atuais democracias. No centro não deve estar a liberdade, mas a compaixão; não a igualdade, mas a parcialidade, no sentido da opção pelos pobres; não o desenvolvimento – pois “o amor à riqueza é a raiz de todos os males” (1Tm 6,10) –, mas a justiça (Sobrino, 2007, p.

75-90). José Comblin, igualmente, opina que, diante dos resultados concretos das democracias formais, estas resultaram num “fracasso universal”. A razão está em que o “princípio” democrático foi substituído pelo princípio de mercado. Também o teólogo de Sri Lanka Felix Wilfred vê a democracia em profunda crise. Observa que ela, como sistema de governo, está fadada a fracassar se não estiver imbuída de “espírito de democracia”. O cristianismo, corretamente, combate a “tirania da maioria”, pois é sua tarefa proteger os pequenos. Apenas uma “espiritualidade da democracia” pode superar a democracia liberal que consagra e legitima a desigualdade social. Na opinião dele, “é tarefa de cada cristão/ã ampliar o processo democrático”, e a separação entre esfera pública e esfera religiosa apenas ajuda o papel proativo e crítico da Igreja em face do Estado (Wilfred, 2007, p. 114-133).

Este amplo panorama da “crise da democracia” revela um dado importante: não será fácil “transformar a democracia que temos na democracia que queremos”. Sem dúvida, no âmbito do Brasil, não se esgota na primeira experiência de governo democrático-popular – após 500 anos de uma política mais excludente por parte das classes dominantes. Com respeito às lideranças políticas, a maior tentação é a manutenção da crença na verdade única, no caso, na “nossa” proposta partidária, no “nosso” conceito de revolução social, na “nossa” política de alianças etc. Dentro da cosmovisão ecológica, mais valem coligações partidárias unidas em torno de propostas comuns do que a imposição de uma hegemonia partidária. Um pluripartidarismo sadio não dificulta, mas facilita a qualidade de vida do “todo”. Por parte das lideranças religiosas, a maior tentação – muito forte na atual conjuntura eclesial – é o “refúgio da sacristia”. Uma postura não de vida, mas de morte.

Na ação pastoral da Igreja é preciso manter, a todo custo, a proposta jesuânica do pão partilhado. Na atual estrutura política do país, isso requer a defesa da democracia participativa, “de baixo para cima”, apro-

veitando também os nacos de boa vontade que podem surgir “de cima para baixo”. Do ponto de vista da espiritualidade, como refletimos no artigo anterior sobre o tema em foco, não podemos esquecer que a busca por qualidade de vida, a religiosidade da ética humanitária e ecoplanetária são inerentes a todo ser humano. Garantir uma “mística transformadora” – o reino de Deus, dizia Jesus – é o papel pastoral primordial da Igreja. O que arrasta as multidões, dissemos, não são as ideias, mas as emoções, a mística. Não foi um programa partidário que levou as massas populares para a rua e instalou o presidente Lula no governo. Não foi também o carisma de uma única pessoa ou de um único partido. Foi uma estranha “mística” que, em determinado momento, aglutinou forças antes isoladas, permitindo um salto na qualidade de vida de grande parte da população. É exatamente essa a perspectiva política da cosmovisão ecológica. Uma pastoral aberta à proposta pluripartidária permite manter as portas abertas para místicas aglutinadoras e renovadoras. É a semente do reino virando árvore.

4.2. Apoiar um pluripartidarismo de linha profética

Para Jesus, a partilha do pão é a marca registrada dos seus discípulos. Se fosse possível, teologicamente, manter a antiga separação entre corpo e alma, espírito e matéria, vida natural e sobrenatural, poderíamos, quem sabe, ainda alimentar a esperança de apenas salvar a alma das pessoas, sem nenhuma preocupação material. Mas, filosófica e teologicamente, essa postura foi abandonada definitivamente. Não é possível salvar a alma sem salvar o corpo. Por isso, só podemos salvar pessoas concretas, sempre inseridas em determinados contextos políticos e culturais. Aumentar a “qualidade de vida” dessas pessoas requer muito mais do que apenas oferecer “desenvolvimento”. Pouco antes do Concílio Vaticano II, certa “teologia do desenvolvimento” criou grande euforia. Ao assumir, em *Gaudium et Spes*, a “autonomia das realidades terrestres”, o

concílio, de certo modo, assumiu também o modelo de desenvolvimento das “democracias de bem-estar social” da Europa, tidas como exemplares. Quem desmistificou esse mito foram os cientistas sociais da América Latina, ao adotarem, na década de 1960, a “teoria da dependência”.⁵ Sem romper com as estruturas de dependência, mantidas pelo domínio dos países desenvolvidos, é pura ilusão, diziam, pensar em desenvolvimento para todos. Com base nessa mesma leitura da realidade, os teólogos latino-americanos, pouco depois, embarcaram na teologia da libertação. São eles que vão dizer ao mundo com toda a clareza: sem rompimento das estruturas de dominação, não acontece nem desenvolvimento, nem democracia, nem – em sentido religioso – o reino de Deus.

Aqui chegamos a um ponto central: se salvação implica mudança do contexto histórico de pessoas concretas e se essa mudança envolve a superação de estruturas de dominação, então se torna evidente que uma ação pastoral sem profetismo não “salva”. O *Documento de Aparecida* insiste na superação de mera “pastoral de conservação” (n. 370). Vimos no primeiro artigo do nosso tema que a cosmovisão teológica – ainda muito presente – é a cosmovisão da estabilidade, mas esta não chega a impedir o profetismo. Apenas o profetismo “salva”. Onde ninguém “sai de sua terra”, nada acontece. Abraão enfrentou, profeticamente, um novo desafio. Moisés rompeu com a barreira da escravidão. Em toda a história do povo de Israel, os profetas apontaram para caminhos novos. Jesus pagou com a vida pelo anúncio de um reino onde a “laocracia” da partilha substituiria as “sagradas” leis do Templo e do império. A história da Igreja está repleta de profetismo. Não estamos acostumados a ver as coisas dessa forma, mas existe profetismo em todas as religiões e até no ateísmo. O profeta, ou a profeta, é quem muda o contexto histórico e faz a “vida” acontecer.

Se a Igreja tem uma missão claramente suprapartidária, isso não significa que ela possa

adotar uma espécie de “neutralidade política”. Em qualquer democracia existem partidos políticos que dão sustentação – não no seu programa partidário, mas na sua prática histórica! – às forças economicamente dominantes, politicamente excludentes e ideologicamente elitizantes. O caráter insubstituível do profetismo cristão não nos permite apoiá-los. Da mesma forma, existem partidos que, na prática, dão sustentação às forças economicamente solidárias, politicamente participativas e ideologicamente igualitárias. O profetismo cristão nos obriga a apoiá-los. Do ponto de vista de compromisso pastoral, parece-nos da maior importância que apoiemos um “pluripartidarismo de linha profética”, e isso pelo motivo já indicado: sem ele não ocorre salvação.

Evidentemente podemos rebater, dizendo que a imensa maioria das pessoas não se dá conta desse raciocínio teológico, segue com liberdade e consciência as próprias convicções políticas, e não é possível excluí-las do projeto divino de salvação. Quanto a isso não temos a menor dúvida. Do ponto de vista exclusivamente pessoal, o critério cristão decisivo é “vestir o nu e dar pão a quem tem fome” (Mt 25,31-46). Isso, no entanto, não é perspectiva política, mas espiritualidade. Nosso foco, neste momento, é a perspectiva política da ação pastoral. Esta nos diz que existe um reino a construir, “novo céu e nova terra” a alcançar (Ap 21,1). Os “sinais” do Espírito nos indicam a clara necessidade de um caminho novo. A perspectiva política da cosmovisão ecológica é a da cooperação. Sem uma mística profética e sem um pluripartidarismo voltado para o “novo”, este objetivo não se concretiza.

4.3. O uso da linguagem “trans-imanente”

Nos artigos anteriores sobre “a pastoral em novas perspectivas”, como também neste, temos dito, com reiterada frequência, que a Revelação de Deus sempre passa por alguma “mediação histórica”, que Deus não age “sobre” a natureza, mas dentro dela, de forma imanente, e não existe “um caminho direto entre Deus e o ser humano”. Porém, nove em cada dez cristãos continuam vendo a ação



Imagens meramente ilustrativas.

Fim do cristianismo pré-moderno

Andrés Torres Queiruga

O autor procura refletir sobre a problemática que, a partir da Modernidade, apresentou-se à religião cristã — a de que a fé se torne intelectualmente significativa e possa ser vivida e praticada culturalmente — e também sobre as novas formas de espiritualidade, o problema da linguagem teológica e a relação entre fé e ciência.

Formato: 14 cm x 21 cm

Páginas: 256

Cód.: 9788534920384

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



direta de Deus em sua vida, a cada momento e em cada evento, embora a “graça” de um implique muitas vezes a “desgraça” do outro. Há algo até engraçado com a religiosidade humana. Para uns, Deus existe, mas não interfere. Neste sentido, Einstein se considerava “um ateu profundamente religioso”. Para outros, Deus interfere sempre. É só pedir e “a porta se abre” (Lc 11,9-13). Quem tem razão? Basicamente ambos.

Cada cosmovisão tem sua própria linguagem. Já observamos que as três cosmovisões, apesar de seu sequenciamento histórico, estão concomitantemente presentes. Elas interferem no crer e no agir de todos nós, mas não de forma idêntica. Em alguns, o novo já se sedimentou e o velho morreu. Em outros, é o velho que ainda empolga e o novo não é sequer vislumbrado. Por isso existem religiosidades mais à moda antiga, transcendentais, e outras mais modernas, imanentes. Quanto mais instruída ou, melhor dizendo, quanto mais “consciente” a pessoa se torna do mundo em que vive e do Deus que a criou, mais “secular” se torna seu pensamento, isto é, melhor entende a “autonomia das realidades terrestres” propagada por *Gaudium et Spes*. Ao compreender que as realidades terrestres, com inclusão do próprio ser humano, são governadas por leis e princípios inerentes a elas mesmas, sobram ao ser humano apenas duas opções: crer num Deus que age de forma imanente, dentro dos contextos históricos, ou então esquecê-lo de vez. Em âmbito mundial, é este o maior desafio atual da pastoral.

A linguagem que usamos na pastoral, ou está adaptada ao nosso público, ou estaremos falando ao vento. Se usarmos a linguagem transcendental, uma faixa crescente da população, especialmente a classe média mais formada – a não ser que tenha sido “trabalhada” de forma um tanto quanto fundamentalista –, não nos entenderá. Sua tendência será procurar outro alimento espiritual. O especialista em secularização Peter Berger tem observado que o “supermercado religioso” hoje é abundante. Se usarmos a linguagem imanente, ainda que

racionalmente mais correta, grande parte da população não se sentirá empolgada e tenderá a procurar cultos espirituais onde a emoção transcendental ainda esteja à flor da pele. Um dos complicadores nas Igrejas cristãs – não nas Igrejas evangélicas! – é que padres e pastores, por força de sua longa formação teológica, já não se sentem à vontade com uma linguagem marcada-mmente transcendental. Não conseguem mais ver “demônios” atrás de cada desgraça humana nem “milagres” de Deus em cada evento feliz.

Tendo diante de nós um público de consciência geralmente bem diversificada, a solução pastoral mais adequada, no nosso entender, é o uso do que poderíamos chamar de “linguagem trans-imanente”. Isto é, não sair do modelo racional da imanência, mas usá-lo com a maior emoção transcendental possível. Ainda que Deus não “intervenha” diretamente na sua criação, ele a “sustenta” permanentemente. Podemos perceber sua presença e ação amorosas nos incontáveis “sinais” – bons e maus – na estrada da nossa vida. Podemos nos alegrar por eles, como fez Jesus ao passar pelas praças da Galileia, ou chorar sobre eles, como fez Jesus ao contemplar a cidade de Jerusalém. Não precisamos de revelações mágicas, sobrenaturais, para conhecer nossa responsabilidade e nossa missão ou para sensibilizar-nos com uma “ética humanitária e ecoplanetária”, como vimos no artigo sobre a espiritualidade ecológica. Tudo isso já está no “sacrário pessoal” com o qual nascemos. Mas não pode faltar, vinda do coração, “emoção transcendental” na nossa linguagem. Todo ser humano é carente de espiritualidade. Não ouvindo Deus na nossa linguagem, desliga. Existe um tesouro escondido no campo, e Jesus falava dele em parábolas (Mt 13,44). Belos exemplos de uma linguagem “trans-imanente”.

NOTAS:

1. O presente artigo dá continuidade aos artigos A pastoral em novas perspectivas (I), (II) e (III), publicados em *Vida Pastoral*, nn. 278, 279 e 281.

- Os artigos referidos foram publicados em *Vida Pastoral*, nn. 279 e 281, de 2011.
- Para aprofundamento, sugerimos ler *O processo civilizatório*, de D. Ribeiro (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), e *The axemaker's gift*, de R. Ornstein e J. Burk (New York: G. Putnam's Sons, 1995).
- Expressão tirada de João Edênio dos Reis Valle em "Interpretando os sinais destes tempos agitados" (*REB*, Petrópolis, n. 263, p. 569, 2006).
- A quem quer conhecer melhor esta importante inflexão no pensamento latino-americano aconselhamos a leitura do livro de Octávio Ianni *Imperialismo na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BAUM, G. A Igreja pró e contra a democracia. *Concilium*, Petrópolis, n. 322, 2007.
- BORGMAN, E. A "nova" Europa: um gesto espiritual. *Concilium*, Petrópolis, n. 305, 2004.
- _____. Verdade como conceito religioso. *Concilium*, Petrópolis, n. 314, 2006.
- ENGEL, U. Religion and violence: plea for a "weak" theology in tempore belli. *New Blackfriars*, v. 82, n. 970, dez. 2001.
- JUNKER-KENNY, M. As bases pré-políticas do Estado. *Concilium*, Petrópolis, n. 314, 2006.
- MÍGUEZ, N. O. Jesus, o povo e presença política. *Concilium*, Petrópolis, n. 322, 2007.
- RUGGIERI, G. Uma religião civil europeia? *Concilium*, n. 305, 2004.
- SOBRINO, J. Crítica às democracias atuais e caminhos de humanização a partir da tradição bíblico-jesuânica. *Concilium*, Petrópolis, n. 322, 2007.
- WILFRED, F. Cristianismo e processo democrático global. *Concilium*, Petrópolis, n. 322, 2007.

LITURGIA DIÁRIA FACILITA O CONTATO COM A PALAVRA DE DEUS E UMA MELHOR PARTICIPAÇÃO E COMPREENSÃO DA LITURGIA.

Traz a liturgia do mês (leituras e orações de cada dia), partes fixas da missa, prefácios em consonância com as festas litúrgicas do mês, orações eucarísticas para a missa diária, artigos e esclarecimentos sobre a liturgia.



Para adquirir LITURGIA DIÁRIA, basta escrever para a Cx. Postal 2534, CEP 01031-970, São Paulo – SP, ou telefonar para (11) 3789-4000
E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Gráfico PAULUS / Imagens meramente ilustrativas.



Imagens meramente ilustrativas.

CD Campanha da Fraternidade 2012

Este CD apresenta o hino da Campanha da Fraternidade 2012, que tem como tema e lema, respectivamente, "Fraternidade e Saúde Pública" e "Que a Saúde se Difunda sobre a Terra" (cf. Eclo 38,8). O álbum possui canções para animar as celebrações litúrgicas ligadas à Campanha e cantos quaresmais referentes ao Ano B.

Faixas: 20
Cód.: 7891210010780

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, UM MÉTODO DE CONVERSÃO PASTORAL

Pe. Nelito N. Dornelas*

1. Um olhar sobre a nossa história

Jamais, em toda a história da humanidade, apareceram de uma só vez tantas mudanças e tantas novidades ao mesmo tempo, que influenciam e criam profundas transformações na vida das pessoas, nas famílias, na experiência e na vivência religiosa do dia a dia, até mesmo das pessoas mais simples.

As novidades no mundo atual são carregadas de certa ambiguidade. Se, de um lado, elas trazem grandes oportunidades de emancipação das pessoas, sobretudo dos mais excluídos da sociedade, criando oportunidade de maior consciência e de participação na vida social, política e eclesial, de outro, apresentam enormes riscos e desafios.

Essas novidades, se bem orientadas, podem contribuir para salvar a vida das pessoas e do planeta, entendido como uma comunidade de vida; se mal direcionadas, põem em risco a vida das pessoas, sobretudo dos jovens, e de toda a comunidade de vida que as cerca.

As antigas visões sobre a vida, o ser humano, a família, a educação, as relações sociais, assim como as respostas que eram dadas até o momento, fundadas em valores e princípios, muitos dos quais de inspiração cristã e religiosa, hoje são insuficientes. Precisam ser reelaboradas e reorientadas para dar garantia e consistência à nossa existência.

2. Alguns aspectos dessas novidades apontados pelo *Documento de Aparecida*

No *Documento de Aparecida*, os bispos apontam para a existência de profundas transformações (DAp 33) que provocam uma mudança de época (DAp 44). Constataram a existência de alarmante nível de corrupção na economia, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado (DAp 70); a corrupção no Estado, envolvendo os poderes Legislativo e Executivo em todos os níveis, alcançando também o Judiciário, que muitas vezes decide em favor dos poderosos e gera impunidade, pondo em risco a credibilidade das instituições públicas e aumentando a desconfiança do povo (DAp 77); a exploração do trabalho, que chega, em alguns casos, a condições de verdadeira escravidão (DAp 73); a deterioração da vida social, com o crescimento da violência, alimentada principalmente pelo crime organizado, pelo narcotráfico e grupos paramilitares (DAp 78). Denunciam o desenvolvimento econômico que não leva em conta a preservação da natureza, ensejando danos à biodiversidade, esgotamento das reservas de água e de outros recursos naturais, contaminação do ar e mudanças climáticas. Apontam para a responsabilidade dos países industrializados por levarem um estilo de vida não sustentável (DAp 66).

* Pe. Nelito Nonato Dornelas é assessor da CNBB.
Endereço: smf@cnbb.org.br

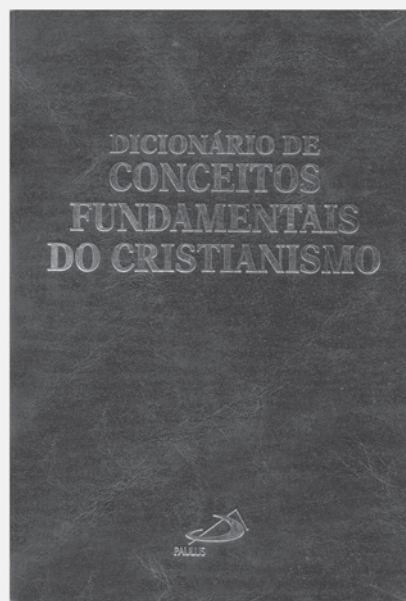
3. A missão evangelizadora da Igreja no contexto atual

A encíclica *Evangelii Nuntiandi*, do papa Paulo VI em 1975, já nos advertia de que evangelizar não é um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora (EN 60).

Nessa mesma linha de pensamento, o *Documento de Aparecida* faz vigorosa afirmação de que não há discipulado, seguimento de Cristo, sem comunhão, sem comunidade (Dap 156). Diante da tentação, muito presente na cultura atual, de ser cristão sem Igreja e das novas buscas espirituais individualistas, afirma que a fé em Jesus Cristo nos chegou por meio da comunidade eclesial e ela “nos dá uma família, a família universal de Deus na Igreja Católica. A fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos conduz à comunhão”. Isso significa que dimensão constitutiva do acontecimento cristão é o fato de pertencer a uma comunidade concreta, na qual podemos viver uma experiência permanente de discipulado e de comunhão entre os membros e com os pastores, sucessores dos apóstolos.

As comunidades eclesiais de base são escolas que ajudam a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e discípulas, missionários e missionárias do Senhor, como testemunhas de uma entrega generosa, até mesmo com o derramar do sangue de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47; Dap 178).

Para desenvolver em seus membros “o amadurecimento no seguimento de Jesus e a paixão por anunciá-lo”, a Igreja precisa renovar-se constantemente em sua vida e ardor missionário, transformando-se em redes de comunidades, promovendo a “conversão pastoral”. Só assim a Igreja pode ser, para todos os batizados, casa e escola de comunhão, de participação e solidariedade. Em sua realidade social concreta e em comunidade, o discípulo e a discípula fazem a experiência do encontro com Jesus Cristo vivo, amadurecem sua vocação



Imagens meramente ilustrativas.

Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo

*Cassiano Floristan Samanes
e Juan José Tamayo Acosta*

Este dicionário reúne 114 artigos elaborados por 59 autores espanhóis e latino-americanos, todos teólogos, filósofos e cientistas sociais qualificados e especializados no estudo da religião. Eles consideram que tradições emancipatórias e libertadoras do cristianismo, hoje recuperadas pela teologia crítica, devem ser valorizadas como portadoras de interrogações significativas para a renovação do próprio cristianismo.

Formato: 16 cm x 23 cm
Páginas: 936
Cód.: 9788534912983

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



cristã, descubrem a riqueza e a graça de serem missionário e missionária e anunciam a Palavra com alegria (DAP 167).

4. A leitura da Bíblia e a experiência da pessoa de Jesus Cristo

A grande contribuição das comunidades eclesiais de base, surgidas na década de 1960, foi o redescobrimento da pessoa de Jesus Cristo por meio da leitura comunitária da palavra de Deus. Esse redescobrimento, em primeiro lugar, não ocorreu mediante a investigação teológica, mas simplesmente porque o evangelho reencontrou seu próprio lugar, aquele lugar onde deve ser lido e onde se torna Palavra para nós, a comunidade eclesial. Esse lugar é o mundo das pessoas simples, dos pobres e excluídos.

A redescoberta da pessoa de Jesus Cristo pelo povo simples das CEBs foi constatada pelo teólogo e cardeal Joseph Ratzinger, hoje nosso papa Bento XVI. Assim ele a expressa:

Às vezes parece ser tão complicado (ler a Bíblia) que se julga que só os estudiosos podem ter uma visão de conjunto. A exegese deu-nos muitos elementos positivos, mas também fez com que surgisse a impressão de que uma pessoa normal não é capaz de ler a Bíblia, porque tudo é tão complicado. Temos de voltar a aprender que a Bíblia diz alguma coisa a cada um e que é oferecida precisamente aos simples. Nesse caso dou razão a um movimento que surgiu no seio da teologia da libertação que fala da interpretação popular. De acordo com essa interpretação, o povo é o verdadeiro proprietário da Bíblia e, por isso, o seu verdadeiro intérprete. Não precisam conhecer todas as nuances críticas; compreendem o essencial. A teologia, com os seus grandes conhecimentos, não se tornará supérflua, até se tornará mais necessária no diálogo mundial das culturas. Mas não pode obscurecer a suprema simplicidade da fé que nos põe simplesmente diante de Deus, e diante de um Deus que se tornou próximo de mim ao fazer-se homem (RATZINGER, Cardeal Joseph. O sal da terra: o cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro

milênio. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 210-211).

A grande descoberta da pessoa de Jesus, feita em comunidade, levou os pobres e os simples a perceber Jesus como um próximo e uma boa-nova. Sendo Jesus entendido como boa-nova, ele traz alegria, júbilo, gratidão e o compromisso com seu projeto de vida até o martírio.

A paixão de Cristo, interpretada em comunidade, fez muitas pessoas descobrirem que não foi só Jesus quem carregou a cruz e foi submetido aos piores tormentos. Sua paixão se inscreve no interior da paixão dolorosa do mundo. Seu sentido mais profundo reside em sua solidariedade para com todos os crucificados da história. Da consciência da relação da paixão do mundo com a paixão de Cristo nasce o desafio de enfrentar e superar as causas que as provocam, mediante o compromisso com a justiça por uma sociedade fraterna e solidária, em vista do reino.

5. Opção pelos pobres, concretizada na proximidade com os pobres

Assim expressa o Documento de Aparecida:

Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve conduzir-nos à amizade com os pobres. Dia a dia, os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem em constante solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. À luz do evangelho reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. A partir dessa experiência cristã, compartilharemos com eles a defesa de seus direitos (DAP 398).

E mais:

A vida se acrescenta dando-a e se enfraquece no isolamento e na comodidade. De fato, os que mais desfrutam da vida são os que deixam à margem a segurança e se apaixonam pela missão de comunicar vida aos demais. O

evangelho nos ajuda a descobrir que o cuidado enfermício da própria vida depõe contra a qualidade humana e cristã dessa mesma vida. Vive-se muito melhor quando temos liberdade interior para doá-la: “Quem aprecia sua vida terrena, a perderá” (Jo 12,25). Aqui descobrimos outra profunda lei da realidade: que a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros. Isso é, definitivamente, a missão (DAp 360).

Essa constatação, feita pelos bispos em Aparecida, está muito presente na vida das CEBs.

6. Vida comunitária, fundada na fé e na Palavra: Um sinal de esperança

No coração e na vida de nossos povos pulsa um forte sentido de esperança, não obstante as condições de vida que parecem ofuscar toda esperança. Esta se experimenta e se alimenta no presente, graças aos dons e sinais de vida nova que se compartilha; compromete-se na construção de um futuro de maior dignidade e justiça e aspira “os novos céus e a nova terra” que Deus nos prometeu em sua morada eterna (DAp 536).

Essa esperança é um dom dos pobres à Igreja: “Alenta nossa esperança a multidão de nossas crianças, os ideais de nossos jovens e o heroísmo de muitas de nossas famílias que, apesar das crescentes dificuldades, seguem sendo fiéis ao amor” (DAp 127).

Vida Pastoral

Disponível também na internet em pdf.

paulus.com.br paulinos.org.br





Imagens meramente ilustrativas.

História do movimento cristão mundial (vol. I)

Do cristianismo primitivo a 1453

Dale T. Irvin e Scott W. Sunquist

Escrever a história do movimento cristão partindo de uma perspectiva global requer a intuição de mais de um indivíduo. Com essa convicção em mente, os autores decidiram elaborar este livro em estreita colaboração com uma vasta equipe de conselheiros especializados, que, originários da Ásia, África, América Latina, América do Norte e Europa, narram uma fidedigna história do movimento.

Formato: 16 cm x 23 cm

Páginas: 648

Cód.: 9788534921961

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



TEOLOGIA DA PREVENÇÃO NO CONTEXTO DA AIDS

Pe. José Trasferetti*

O gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro. Elas são provocadas pela inteligência do homem e por sua atividade criadora e atingem o próprio homem, seus juízos, seus desejos individuais e coletivos, seu modo de pensar e agir tanto em relação as coisas quanto em relação aos homens. Já podemos falar então de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute na própria vida religiosa (Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 206).

Como afirma o documento *Gaudium et Spes*, publicado pelo Concílio Vaticano II, encontramos-nos diante de um mundo em profunda transformação social. As sociedades pós-modernas são muito complexas. Essa complexidade traz inúmeros desafios, sobretudo aqueles relacionados com as escolhas morais. A própria teologia moral, como ciência prática, encontra-se diante de muitos e grandes desafios. A liberdade dos comportamentos, as muitas opções, o consumo desenfreado têm deixado as pessoas atônitas e perplexas. Muitos se perdem em escolhas morais mal formuladas. Não é fácil viver neste mundo; são muitas as dificuldades, crises, perda de sentido, inversão de valores. As notícias que vemos todos os dias nos meios de comunicação de massa nos deixam confusos. Nesse ambiente social, encontra-se a questão da formulação de

uma “Teologia da Prevenção” no contexto da iminência de um vírus que ainda mata. Como a teologia moral, na qualidade de ciência prática, pode contribuir com uma educação que realmente promova a prevenção diante da realidade da Aids? Trata-se de pergunta instigante que interfere no labor teológico de muitos teólogos moralistas. Os primeiros casos do vírus HIV já estão completando 30 anos, e o vírus continua a se alastrar. Em todos os continentes, o avanço vai se dando de forma lenta e cruel. Sobretudo o continente africano tem encontrado muitas dificuldades. A realidade africana tem demonstrado que a pobreza econômica e social tem constituído um dos elementos mais nocivos que contribuem para a expansão do vírus.

O Brasil, com seus 600 mil portadores, tem se colocado numa posição de vanguarda, uma vez que tem conseguido tratar dos que estão com o vírus e, ao mesmo tempo, propor políticas públicas que impeçam que esse número avance. As políticas públicas de prevenção, as campanhas publicitárias no período do carnaval, as discussões nas escolas e com a sociedade civil têm encontrado uma eficácia

* Doutor em Teologia e Filosofia. Presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral – SBTM (2003-2009). Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia: PUC-Campinas (2004-2007). Diretor da Faculdade de Filosofia da PUC-Campinas (2006-2010). Editor da Revista *Phrónesis* (2004-2007). Professor titular da PUC-Campinas. Idealizador da Pastoral com Homossexuais e autor de vários livros.

plausível. Para nós, cristãos, resta o desafio de construir uma teologia que vá ao encontro dessas políticas que norteiam a vida dos cidadãos. Temos uma especificidade cristã que nos faz pautar-nos pelas orientações da Sagrada Escritura, da Tradição e do Magistério. Pautamos nossa política educativa pelo diálogo formador e enriquecedor que traz liberdade nas escolhas e responsabilidade nas ações morais. No contexto da sociedade pós-moderna, a razão prática, como capacidade para decidir, deve orientar nossa conduta humana. Num mundo cheio de possibilidades, as escolhas morais devem ser bem analisadas, reguladas com rigor e disciplina. As pessoas não podem se deixar influenciar pelas propagandas da sociedade de consumo. É preciso desenvolver sempre mais a consciência crítica. Bernard Häring dizia que a formação da capacidade crítica era a grande virtude dos tempos modernos. Crítica em sentido de capacidade de análise, discernimento dos valores morais em questão, escolhas corretas.

A teologia da prevenção no contexto da Aids entende que toda ação moral deve ser pautada pela responsabilidade da ação. A noção de sexo seguro, por exemplo, deve ser objeto de discussão livre entre pais e filhos, marido e esposa, alunos e professores. Todo sexo deve ser seguro, não pode existir sexo “inseguro” ou “desprotegido”. A noção de sexo seguro começa logo no conhecimento entre as pessoas. Você não pode “ficar” com uma pessoa, beijá-la, namorá-la sem conhecê-la profundamente. Dias atrás brincava com meus alunos da Faculdade de Administração da PUC-Campinas, dizendo-lhes que deveriam pedir aos namorados/as exame de sangue, uma vez que podiam não conhecer a história da pessoa que estava ao lado deles. Ela podia estar mentindo ao parceiro. Eles deram risada, mas eu insisti no fato. Um marido já não pode “confiar” cegamente em sua esposa e vice-versa, uma menina já não pode “confiar” cegamente em seu namorado.

Aumentam os casos de Aids entre adolescentes, mulheres casadas e idosos. É preciso atenção, uma atenção vigiada. Então não pode-

mos confiar em mais ninguém? Penso que não é bem assim: devemos confiar, desconfiando. Prevenção implica atenção sempre e constantemente. Em relação à Aids, a moral cristã defende a castidade (solteiros), fidelidade (casados) e “sexo seguro” para pessoas que não conseguem viver segundo as orientações da moral cristã. A teologia moral defende a moral da vida, e, em muitos casos, preservar a própria vida e a dos outros é uma realidade social que a felicidade conjugal exige. No contexto da pós-modernidade, seria muito importante que as pessoas fossem honestas, transparentes e livres, construindo na base do respeito e da solidariedade relacionamentos fortes e duradouros. Mas, como bem sabemos, quantos maridos e esposas traem os cônjuges e não são honestos quando retornam para casa? Quando se deitam no leito do amor e no aconchego da noite, camuflam a verdade, vivendo uma mentira sem o menor constrangimento. E, do mesmo modo, quantos namorados, conhecidos ou amantes se comportam de forma egoísta, escondendo a verdadeira prática sexual? Como as relações normalmente não são transparentes, é preciso muita atenção.

Diante do novo milênio, a questão para nós como Igreja é: quais aspectos de nossa vida e de nossa doutrina precisam mudar para que nos tornemos realmente um sinal mais eficaz e um instrumento de cura para toda a nossa família humana infectada pela Aids? Essa questão envolve não só a práxis de todo teólogo moralista, uma vez que a Aids é problema vinculado ao comportamento, mas também todo o trabalho educativo de todos os grupos de pastoral que, direta e indiretamente, se relacionam com o Povo de Deus em nossas muitas comunidades cristãs. A questão da prevenção da Aids é um desafio para todos os agentes de pastoral, sejam eles internos ou externos à práxis eclesial. É preciso nova mentalidade e nova atitude comportamental que se libertem dos preconceitos que ainda matam. O vírus da Aids está associado ao vírus da ignorância, da injustiça social, da injustiça de gênero, da opressão racial, étnica e cultural. Ainda hoje muitos cristãos morrem em decorrência da

Aids, mas o vírus da ignorância nos torna silenciosos e egoístas, criando uma cortina de subserviência que destrói qualquer forma de solidariedade.

Nesse sentido, é preciso valorizar o trabalho da “Pastoral da Aids”, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e coordenada pelos frades capuchinhos. Tive o prazer de conhecer um pouco desse trabalho e sei da sua grande importância para o povo brasileiro. A Pastoral da Aids é um serviço da Igreja Católica nesse campo profundamente desafiante. Além de todo o trabalho educativo da prevenção, são desenvolvidas ações de capacitação de agentes de pastoral e fortalecimento da espiritualidade cristã. Isso sem contar muitas outras experiências, tais como casas de acolhimento e ações educativas em muitas comunidades, tendo em vista a prevenção, o acolhimento e o combate ao preconceito que vitima. Infelizmente, desde o início, a Aids foi estigmatizada, e podemos observar ainda grande preconceito contra quem se descobre com HIV, implicando até morte social. Os cristãos assim como as comunidades cristãs espalhadas por este Brasil afora precisam cumprir a sua tarefa de educadores e dar o seu exemplo de abertura, diálogo e promoção da responsabilidade comportamental perante uma sociedade indiferente e mercantilista. Não podemos esquecer outras organizações sociais vinculadas direta ou indiretamente ao Ministério da Saúde que também realizam ações importantes no contexto da prevenção. Em meu livro *CNBB, Aids e governo*, publicado pela Editora Átomo em 2005, defendo a necessidade do diálogo fraternal entre o governo e todas as instituições religiosas que combatem esse vírus. Apesar de algumas práticas serem diferentes, o objetivo é o mesmo: controlar a epidemia.

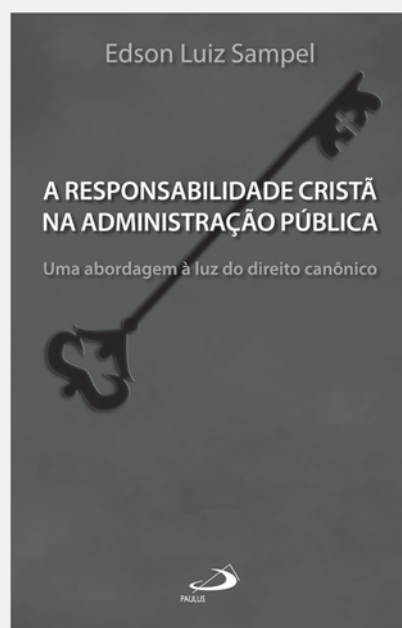
Recentemente, em minha comunidade paroquial, morreu o pai de uma pessoa engajada na catequese, e as pessoas comentaram em “voz baixa” que ele tinha morrido de Aids. Foi um silêncio total, pavor e medo até de mencionar o nome da doença. Presidi a cerimônia de casamento de uma amiga,

estudante e depois professora na Unicamp, que se descobriu com o vírus da Aids, fruto de um relacionamento antigo. Quando ela descobriu ser soropositiva, ficou muito triste, seu marido ficou perplexo. Hoje superaram essa fase e têm um filho, criado com amor e carinho; entretanto, no início, ela tinha receio até de ir buscar o medicamento na prefeitura, temendo encontrar algum aluno que descobrisse sua condição de soropositiva. Eu lhe disse que perdesse o medo e tratasse normalmente a questão, a fim de ajudar a educar as pessoas para que o vírus da ignorância fosse eliminado. Uma das coordenadoras de uma das comunidades que compõem a paróquia onde sou pároco é portadora do vírus HIV há muito tempo. Penso que sua família saiba, mas trata a questão com discrição. Sempre que solicito, ela oferece seu testemunho de cristã e ao mesmo tempo soropositiva. Afirma constantemente que só consegue viver graças ao amor infinito de Deus, que a ama sem julgamentos. Deus realmente não faz discriminação de pessoas. Ama a todos com um coração grande e misericordioso. Converso sempre com ela, mas não é fácil, pois a luta contra o preconceito é muito grande. Espero que, num futuro próximo, ela e outros que conheço possam efetivamente falar abertamente sobre a própria vida a fim de favorecer uma educação mais profícua para o nosso povo. É preciso manter, incentivar e fortalecer a militância das pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids. Infelizmente, ainda tratamos o tema com certo medo, pudor e vergonha. Estamos no século XXI, vivemos em clima de alta tecnologia e grandes avanços na ciência, mas ainda convivemos com um vírus que mata. Enquanto continuarmos tratando esse tema com descaso, medo e preconceito, o vírus continuará matando, pois só será destruído quando a sociedade deixar de ser hipócrita.

Nós, teólogos moralistas, temos a obrigação de trabalhar em prol de uma teologia moral positiva que motive as pessoas a pensar seriamente sobre a qualidade de seus relacionamentos. Uma época de Aids não é época para ficar quietos. É preciso a

irreverência de um menino para que nossa ética sexual seja ampla, atraente e ao mesmo tempo motive as pessoas para uma vida mais saudável e fraterna. Os relacionamentos interesseiros, sem compromisso, casuais devem ser transformados em relacionamentos sérios, comprometidos, honestos e transparentes. A doutrina social da Igreja possui um conteúdo bastante amplo, deve penetrar na alma dos seres humanos e criticar toda forma de laxismo reducionista e relativista. A sexualidade humana deve ser encarada de forma positiva, centrada na pessoa como valor supremo, permanecer fiel ao mandamento divino do “amai-vos uns aos outros” e ao mesmo tempo responder criticamente às necessidades do mundo moderno.

É preciso perder o receio, a vergonha, e começar a pescar em águas mais profundas. O trabalho de acolhimento e prevenção no contexto da Aids é necessidade que os sinais dos tempos nos impõem e a que o evangelho de Jesus nos convoca. A paixão que encontramos no enfrentamento desse polêmico tema nos remete a um sentido positivo. Afinal, a sexualidade é área do nosso ser que pulsa de forma muito forte. Somos apaixonados, e a vivência dessa paixão, se não for bem regrada pela razão, pode nos destruir. A sexualidade é como entrar no mar. É preciso sabedoria, conhecimento, domínio das paixões, razão crítica, senão a gente se afoga, se perde e morre. Trata-se então de questão de responsabilidade pessoal vivida na liberdade dos filhos de Deus. A consciência moral bem formulada, no contexto da pós-modernidade, é exigência que começa na família. O diálogo e a formação de pessoas humanas críticas, com capacidade de discernimento para o correto agir em nossa sociedade, devem ser a meta de toda tarefa educacional. Não podemos mais ignorar a sexualidade, tratá-la com desleixo, ignorância e medo. A vergonha moral deve ser banida do nosso meio. O diálogo responsável, maduro, educativo deve ser norma na família, na Igreja, nas escolas ou em qualquer ambiente social.



Imagens meramente ilustrativas.

A responsabilidade cristã na administração pública

**Uma abordagem
à luz do direito canônico**

Edson Luiz Sampel

Sampel transcreve o elenco dos principais atos administrativos do Estado brasileiro e discorre, brevemente, sobre as características e as responsabilidades de 17 cargos públicos, como presidente da República, ministro de Estado, entre outros. Em seguida, trata das várias nuances da aplicação do cânon 225, § 2º, à luz dos documentos do Concílio Vaticano II.

Formato: 12,5 cm x 18 cm

Páginas: 176

Cód.: 9788534932622

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



É bom deixar claro que a moral das obrigações, do casuísmo rigorista e do fundamentalismo vazio não responde mais às exigências da sociedade pós-moderna. Esta exige pessoas maduras, abertas ao diálogo, bem formadas, com capacidade de discernimento moral, que saibam fazer as próprias escolhas e assumir responsabilidades. Portanto, a chave para a vida em abundância e saudável não é a obediência cega a normas morais oriundas de quem quer que seja, mas a própria consciência, enquanto sacrário, lugar da graça e do amor de Deus. No mundo de hoje, cada pessoa é chamada a fazer suas escolhas, no silêncio da noite e no uso correto e sincero da razão.

Neste sentido, compreendemos que a paixão refletida na fala e na vida de muitas pessoas, sobretudo das que estão diretamente ligadas ao trabalho com soropositivos, deve ser entendida como profundo compadecimento ante a dor do semelhante. Paixão que nos impede a passividade e nos convoca à ação. A “teologia da prevenção”, tal como estamos tentando construir, é, na verdade, uma ação moral, gerada por uma compaixão em sentido teológico. Segundo Jon Sobrino, toda teologia, para ser realmente teologia, precisa se tornar também *intellectus misericordiae*. Mais do que emoções, precisamos de ações morais dirigidas pela razão, tendo em vista o correto discernimento ante as novas ordens morais com que a pós-modernidade nos põe em contato. Uma boa educação, baseada no correto conhecimento da sexualidade, sem as paixões que cegam, sem os fundamentalismos que falsificam a realidade, é uma necessidade para o nosso tempo.

Para além da polêmica em torno do uso ou não da camisinha, o Magistério oficial da Igreja Católica é a favor de uma sexualidade sadia, vivida no contexto de relações de amor que tornam as pessoas felizes do jeito que o Criador as modelou. O uso do preservativo em determinados casos, sob determinadas circunstâncias e condicionamentos, é descrito atualmente como algo que preserva a vida, e não como algo que a evita;

como pró-vida, e não como antívida. Penso que hoje existe certo consenso entre pessoas e instituições que trabalham no combate a Aids sobre a ideia de que reduzir a discussão da necessária prevenção ao uso ou não do preservativo é um falso problema. O mesmo vale sobre se ele é eficiente ou não. Trata-se então de situar a questão central na ação pedagógica de Jesus do cuidado total com a vida. Uma ética do cuidado e um cuidado com a ética devem ser a nossa inspiração básica. A Igreja Católica entende que, em alguns casos, o uso do preservativo pode se tornar até uma obrigação moral.

Entretanto, sabemos que cada caso é um caso, e os nossos educadores morais deverão saber orientar as pessoas do melhor modo possível. A moral casuística de cunho maniqueísta, centrada no “pode/não pode”, não responde mais às exigências do mundo atual. As sociedades pós-modernas exigem pessoas críticas, maduras, autônomas, com capacidade para raciocinar e decidir por si mesmas. Já não precisamos de tutores. Precisamos de pessoas esclarecidas, e não de robôs que seguem cegamente opiniões de padres, agentes de pastorais, professores e tantos outros que fingem saber o que não sabem. Basta de falsas explicações e hipocrisia. A formação da consciência moral implica a capacidade de tomar decisões morais, utilizando a própria experiência e saber racional. A autonomia da consciência moral, como capacidade para tomar decisões e se responsabilizar por elas, é exigência que a sociedade atual impõe a todo cidadão, cristão ou não.

A ética sexual no contexto atual deve tocar nossos mais profundos desejos. Deve nos ajudar a ser livres, criadores do outro e de nós mesmos, a estar em harmonia com nosso corpo, a crescer como pessoas amadas e amantes, cujo amor nos transforma em seres libertos para o respeito mútuo e o compromisso social. A ética sexual atual deve nos pôr em contato conosco para que nos libertemos de qualquer sistema de opressão ou coação. Essa ética é livre ou não é nada. A confiança mútua, o respeito e a

sinceridade no cotidiano da nossa vida devem fluir como um rio que corre lentamente. A felicidade sexual passa pelo respeito ao companheiro/a, pela sensibilidade do amor feito generosidade. Para além da orientação sexual revelada pela história de cada pessoa está o abraço de Deus, que nos chama a uma vida repleta de alegrias. A sexualidade é dom de Deus. Somos seres sexuados, e o exercício da nossa sexualidade nos faz irmãos e irmãs com a mesma dignidade, independentemente da nossa identidade sexual.

BIBLIOGRAFIA

AZPITARTE, E. L. *Ética sexual*. São Paulo: Paulinas, 1991.
COMBLIN, J. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008.
DEYOUNG, C. P. *Fé viva*. São Paulo: Paulus, 2008.
JOSAPHAT, F. C. *Moral, amor & humor*. Rio de Janeiro: Nova Era, 1997.
KEENAN, J. F. (Org.). *Eticistas católicos e prevenção da Aids*. São Paulo: Loyola, 2006.
PARKER, R. *Políticas institucionais e Aids*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Abia, 1997.
SOBRINO, J. *O princípio misericórdia*. Petrópolis: Vozes, 1994.
TRASFERETTI, J. CNBB, *Aids e governo: tarefas para uma teologia da prevenção*. Campinas: Alínea, 2005.
_____; GOMES, A. *Homossexualidade: orientações formativas e pastorais*. São Paulo: Paulus, 2011.
_____; GONÇALVES, P. S. (Org.). *Teologia na pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.
_____; LIMA, L. R. *Teologia, sexualidade e Aids*. Aparecida: Santuário, 2009.
_____; ZACHARIAS, R. (Org.). *Ser e cuidar: da ética do cuidado ao cuidado da ética*. Aparecida: Santuário, 2010.
VIDAL, M. *Ética da sexualidade*. São Paulo: Loyola, 2002.

FOLHETO O DOMINGO
CELEBRAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS



Trata-se de um excelente subsídio para as celebrações litúrgicas nas comunidades sem padres. O folheto auxilia na preparação e na animação das celebrações da Palavra, trazendo as leituras, orações, comentários e dicas para a reflexão sobre as leituras, além de artigos para o enriquecimento catequético-pastoral e espiritual.

Assinaturas: (11) 3789-4000
ou pelo e-mail: assinaturas@paulus.com.br

Criação PAULUS / Imagem meramente ilustrativa.

Viktor E. Frankl

A
**VONTADE
DE SENTIDO**



Fundamentos e aplicações da logoterapia

PAULUS

A vontade de sentido

Fundamentos e aplicações da logoterapia

Viktor E. Frankl

Frankl é um dos mais conhecidos e talentosos psiquiatras de todos os tempos. As incríveis tentativas de desumanização do ser humano ocorridas nos campos de concentração de Auschwitz e Dachau levaram-no a iniciar a humanização da psiquiatria por meio da logoterapia, ciência esmiuçada com primor neste livro.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 248
Cód.: 9788534932684

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



PAULUS

Imagens meramente ilustrativas.

SUGESTÕES PARA A LITURGIA

Ir. Veronice Fernandes, pddm*

JANEIRO

1º de janeiro – Santa Maria Mãe de Deus – Ano-Novo

1. O Mistério que celebramos

Neste dia, na oitava do Natal, celebramos a solenidade da Santa Mãe de Deus.

Bendizemos o Senhor pelo “admirável intercâmbio! O Criador da humanidade, assumindo corpo e alma, quis nascer de uma Virgem. Feito homem, nos doou sua própria divindade!” (antífona das vésperas, Liturgia das Horas).

Maria, a mãe de Deus, é a grande colaboradora neste acontecimento salvífico. Obediente e fiel, deu à luz o Filho unigênito, Jesus, o Admirável, Deus, Príncipe da paz, cujo reino nunca terá fim.

Hoje brota de todos os cantos da terra sincera ação de graças pelo fim de um ano, vivido por tantas pessoas e povos, não obstante todos os percalços, num empenho constante pela defesa da vida.

Iniciando novo ano, no dia mundial da paz, é tempo de reforçar a esperança e juntar esforços para que de fato a paz reine neste mundo. Já dizia Paulo VI: “A paz, a paz deve guiar o destino dos povos e da humanidade toda! Se quereis ser irmãos, deixai cair as armas de vossas mãos. Não se pode amar com armas ofensivas em punho!” (discurso à ONU, 4/10/1965).

2. Sugestões para a celebração

- Um jovem ou uma criança entra com a bandeira da paz e a coloca perto do círio pascal. Enquanto a bandeira é conduzida, canta-se o refrão: “*Força da paz cresça sempre, sempre mais, que reine a paz, acabem as fronteiras. Força da paz*”, ou outro refrão apropriado. Chegando à frente, faz-se um minuto de silêncio e, em seguida, repete-se o refrão.
- Escolher cantos condizentes com o Mistério celebrado. O *Hinário Litúrgico da CNBB 1* e o *Ofício Divino das Comunidade* (ODC) trazem muitas sugestões.
- Na prece dos fiéis, pode ser usada a ladainha:

Irmãos e irmãs, em comunhão com todas as pessoas e as Igrejas, elevemos confiantes nossas preces ao Senhor da paz.

Cristo, nossa paz!

Senhor, tem piedade de nós!

Cristo, tem piedade de nós!

Senhor, tem piedade de nós!

Tu que és a nossa paz, faze-nos instrumentos de tua paz!

Tu que derrubaste o muro de separação entre os povos, faze-nos instrumentos de tua paz!

* Pia discípula do Divino Mestre, mestra em Teologia, com especialização em Liturgia. Atual provincial da congregação, é membro do Centro de Liturgia, da Equipe de Reflexão da Pastoral Litúrgica da CNBB e trabalha como assessora nos cursos de formação litúrgica.

Tu que vieste conduzir nossos passos no caminho da paz, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que, ao nascer, os anjos anunciaram paz para toda a terra, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que proclamaste felizes os promotores da paz, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que enviaste os apóstolos às casas anunciar a paz, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que tiraste a espada de Pedro, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que nos ordenaste orar por nossos inimigos, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que impediste que apedrejassem a mulher adúltera, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que perdoaste os que te crucificaram, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que morreste para reconciliar o céu e a terra, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que, ressuscitado, proclamaste aos discípulos: A paz esteja com vocês, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Tu que suplicaste ao Pai enviar o Espírito de concórdia e mansidão, **faze-nos instrumentos de tua paz!**

Desarma os povos, **ouve-nos, Senhor!**

Alimenta o mundo, **ouve-nos, Senhor!**

Acaba com as guerras, **ouve-nos, Senhor!**

Educa-nos para a paz, **ouve-nos, Senhor!**

Arranca a violência de nossa cultura, **ouve-nos, Senhor!**

Firma-nos no caminho dos direitos humanos, **ouve-nos, Senhor!**

Conduze-nos na estrada da justiça, **ouve-nos, Senhor!**

Orienta-nos a resolver nossos conflitos de forma não violenta, **ouve-nos, Senhor!**

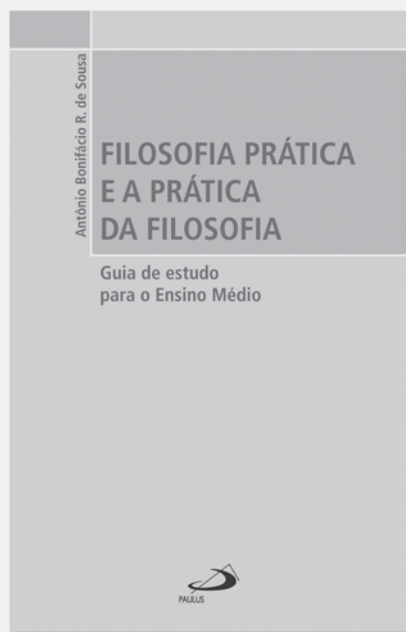
Ajuda-nos a diminuir nosso potencial de agressão, **ouve-nos, Senhor!**

Desmascara nossos preconceitos e discriminações, **ouve-nos, Senhor!**

Torna-nos tolerantes, **ouve-nos, Senhor!**

Fortalece as pessoas e grupos que lutam pela paz, **ouve-nos, Senhor!**

Sustenta as religiões na via da não violência, **ouve-nos, Senhor!**



Imagens meramente ilustrativas.

Filosofia prática e a prática da filosofia

Guia de estudo
para o Ensino Médio

Antônio Bonifácio R. de Sousa

Esta obra pretende ser um plano de voo filosófico que conduzirá o leitor às portas da Filosofia Sistemática. Com a prática filosófica, será possível resgatar e aprofundar a curiosidade da criança criativa que existe dentro de cada um de nós, em direção à sabedoria e à verdade.

Formato: 13,5 cm x 21 cm

Páginas: 152

Cód.: 9788534920599

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Ilumina-nos a fazer da paz uma agenda de ação, **ouve-nos, Senhor!**

Traze a paz a todos os povos, **ouve-nos, Senhor!**

Cristo, ouve-nos.

Cristo, atende-nos.

- Para a bênção final pode ser usada a fórmula do livro dos Números:
 - O Senhor te abençoe e te guarde!
 - Amém.
 - O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti e te seja benigno!
 - Amém.
 - O Senhor mostre para ti a sua face e te conceda a paz!
 - Amém.

8 de janeiro – Epifania do Senhor

1. O Mistério que celebramos

“O povo que andava nas trevas viu uma grande luz; para os que habitavam nas sombras da morte, uma luz resplandeceu.”

Estamos em tempos epifânicos. Hoje o Senhor se manifestou aos magos do Oriente. Deus Pai revelou o seu próprio Filho a todas as nações.

A Epifania celebra a manifestação de Cristo que é para todos. Jesus inaugura o reino numa perspectiva universal.

Como os magos que seguiram o caminho da luz, hoje somos chamados a deixar-nos guiar pelo Senhor, Luz do mundo. Ele nos convida, ainda, a abrir-nos a todos os povos e culturas, num diálogo respeitoso e edificante.

2. Sugestões para a celebração

- Alguém entra com o incensório e incensa o altar, o círio, o menino Jesus, a mesa da Palavra e toda a assembleia. Usar o incenso também durante o canto do glória, antes da proclamação do Evangelho, na apresentação das oferendas, durante o canto do santo e durante a consagração.
- Retomando um antigo costume da Igreja, após a proclamação do Evangelho, o diácono ou outro ministro pode fazer o anúncio do dia da Páscoa.

O(A) coordenador(a), ou outro(a) ministro(a), à mesa da Palavra, pode proclamar ou cantar:

Irmãos caríssimos,
a glória do Senhor se manifestou
e sempre há de se manifestar no meio de nós,
até a sua vinda no fim dos tempos.
Nos ritmos e nas variações do tempo,
recordamos e vivemos os mistérios da salvação.
O centro de todo ano litúrgico
é o tríduo do Senhor crucificado, sepultado
e ressuscitado,
que culminará no domingo da Páscoa, este
ano no dia 8 de abril.
Em cada domingo, Páscoa semanal,
a Igreja torna presente este grande acontecimento,
no qual Jesus Cristo venceu o pecado e a morte.
Da Páscoa derivam todos os dias santos:
as Cinzas, início da Quaresma, no dia 22
de fevereiro;
a Ascensão do Senhor, no dia 20 de maio;
a festa de Pentecostes, no dia 27 de maio;
o primeiro domingo do Advento, no dia 2
de dezembro.
Também nas festas da Santa Mãe de Deus,
dos apóstolos, dos santos e santas,
a Igreja, peregrina sobre a terra,
proclama a Páscoa do Senhor.
A Cristo que era, que é e que há de vir,
Senhor do tempo e da história,
louvor e glória pelos séculos dos séculos.
Amém.¹

- Nas regiões onde existe Folia de Reis, seria bom convidar o grupo para prestar uma homenagem ao menino Jesus. Pode ser no início da celebração, depois da homilia ou no final da celebração.

15 de janeiro – 2º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

Ainda em clima de manifestação, fazendo a passagem do tempo do Natal para o tempo comum, hoje nos encontramos com Jesus,

apontado por João Batista como o Cordeiro de Deus.

Diante do anúncio do Batista, dois dos seus discípulos encontraram a pessoa de Jesus e sua proposta, foram ver onde ele morava e permaneceram com ele. Um encontro que ficou marcado para sempre e os levou a assumir o seguimento.

O encontro com Jesus é tão profundo, que o discípulo não o guarda só para si. André anuncia a pessoa de Jesus e conduz Simão Pedro a Jesus.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- “A finalidade dos ritos iniciais é fazer com que os fiéis, reunindo-se em assembleia, constituam uma comunhão e se disponham para ouvir atentamente a palavra de Deus e celebrar dignamente a eucaristia (...)” (IGMR 46).²
- No início da celebração, o animador ou animadora pode fazer uma monição, dando o sentido do novo tempo que se inicia (tempo comum) e convidando a comunidade a percorrer o itinerário proposto para o caminho de seguimento de Jesus Cristo, desde o chamamento dos discípulos até os ensinamentos a respeito do fim dos tempos.
- Na liturgia da Palavra, assumimos a atitude de Samuel, dos discípulos do Senhor, e nos colocamos atentamente com o “ouvido do coração” a escutar e acolher a palavra do Senhor. Um refrão meditativo pode ajudar a reunir o coração: *“Fala, Senhor, fala da vida, só tu tens palavra eterna, queremos ouvir”*.
- Valorizar o gesto da fração do pão, utilizando pão ázimo para que possa possibilitar a fração do pão. Enquanto o pão é partilhado, a comunidade entoia o canto do Cordeiro de Deus, repetindo várias vezes, até que se conclua a fração.

22 de janeiro – 3º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

“O tempo se completou.” Deus interveio na história humana, chamando à conversão e

à adesão ao evangelho. Continua acontecendo a troca de dons entre o céu e a terra. Deus continua a fazer história com o seu povo. O começo é na Galileia, lugar do pequeno e do simples. Deus continua nos vendo e nos chamando. Segui-lo implica mudar de vida.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- “Reunido o povo, enquanto o sacerdote entra com o diácono e os ministros, começa o canto da entrada. A finalidade desse canto é abrir a celebração, promover a união da assembleia, introduzir no mistério do tempo litúrgico ou da festa, e acompanhar a procissão do sacerdote e dos ministros” (IGMR 47).
- Pode ser realizada a bênção e a aspersão com água.
- Todos podem escutar o Evangelho com velas acesas.
- Após a homilia, as pessoas que exercem ministérios na comunidade podem renovar seu compromisso ministerial.
- Antes do prefácio, convidar a comunidade a agradecer os “sinais” do reino entre nós.
- Bênção final do tempo comum (V) do Missal Romano.
- As palavras do rito do envio podem estar em consonância com o Mistério celebrado: *O tempo já se completou. O reino de Deus está próximo. Ide em paz e propagai a todos esta boa notícia, e o Senhor vos acompanhe.*

29 de janeiro – 4º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

Prosseguindo o nosso itinerário espiritual, hoje a liturgia nos apresenta Jesus que ensina com autoridade. Ele fala e faz. Uma autoridade capaz de eliminar todo tipo de mal.

Aos poucos vamos conhecendo o jeito de ser de Jesus, cada vez mais capazes de enxergar as necessidades dos outros e promovendo a paz e a justiça.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- A respeito do sinal da cruz:

“(...) proclamando que quem nos reúne é a Trindade santa, nós tocamos o nosso corpo em forma de cruz. Esse ‘toque’ tem um sentido simbólico e espiritual profundo. Por ele, no fundo, testemunhamos que, pelo mistério pascal (cruz e ressurreição) fomos (e somos!) ‘tocados’ pelo amor da Trindade. (...) O sinal da cruz no início da Liturgia não tem nada a ver com ‘invocação’ à Santíssima Trindade, como muitos pensam. Não tem sentido chamar esta ação litúrgica de ‘invocação’ à Trindade. Pois é Ela que, por gratuita iniciativa sua, já nos reúne em assembleia para, em comunhão de fé e amor, ouvirmos ‘atentamente’ a Palavra e celebrarmos ‘dignamente’ a eucaristia (...) Simplesmente celebramos o fato de ser Ela que nos reúne para sermos ‘tocados’ pela presença viva do Senhor, na Palavra e no Sacramento (...).”³

- Na recordação da vida, logo no início da celebração ou antes da oração do dia, podemos lembrar as pessoas doentes ou que passam por qualquer tipo de sofrimento. Lembrar também os profetas de hoje.
- Após a proclamação da Palavra, fazer alguns instantes de silêncio. O silêncio valoriza a Palavra.
- As palavras do rito do envio podem estar em consonância com o Mistério celebrado: *Jesus ensina com autoridade e liberta as pessoas de todo tipo de mal. Ide em paz e propagai a todos esta boa notícia, e o Senhor vos acompanhe.*

FEVEREIRO

5 de fevereiro – 5º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

Jesus continua se revelando, e pouco a pouco seus discípulos vão descobrindo quem é ele.

Hoje ele se apresenta como aquele que cura as doenças e expulsa os demônios. Não obstante as necessidades das pessoas que o procuram, Jesus se retira para a oração; não se entrega ao ativismo sem espiritualidade.

Caminhando na estrada de Jesus, vamos aprendendo sua pedagogia de compaixão e solidariedade para com os pequenos e fracos.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- A respeito da saudação inicial:

Feito o Sinal da Cruz, o presidente da celebração, abrindo os braços, saúda a Assembleia. A saudação, no começo da celebração, é muito antiga. Pelo menos, desde o tempo de santo Agostinho, já se tem notícia dela. “Entrei... saudei o povo e as sagradas escrituras foram lidas” (A cidade de Deus, 22,8). Ela indica que a convocação da Assembleia é um gesto de fé e que vai se realizar um acontecimento em que Cristo Jesus e seu Espírito serão protagonistas (...).⁴

- Na recordação da vida, logo depois da saudação inicial ou antes da oração do dia, podemos lembrar as pessoas doentes ou os que passam por qualquer tipo de sofrimento.
- Pode ser feita a oração de bênção pela saúde.⁵

Terminada a homilia, toma-se um vaso com algum tipo de óleo medicinal, preparado em lugar visível.

Irmãos e irmãs, vamos bendizer a Deus por este óleo e pela cura que Deus pode realizar em nós por meio dele.

Quem preside reza:

Deus, nosso Criador, entregaste à humanidade todas as árvores, com suas folhas e raízes, com seus frutos e sementes, para o sustento de nossa vida e para a cura de nossos males. Pela força deste óleo, que unge nosso corpo, tu curas nossas enfermidades com a amorosa energia do teu Espírito e nos fortaleces no gosto de viver e servir. Por Jesus, o divino samaritano, vem ao encontro

de nossas fraquezas, reanima quem está caído, consola quem está triste, tira da solidão quem está sozinho. Isto te pedimos em nome dele, Jesus, nosso Senhor. Amém.

Os(as) ministros(as) dos enfermos se colocam em pontos diferentes da Igreja, e as pessoas que desejarem se aproximam para a unção. A unção pode ser na frente, nas mãos. Enquanto unge, o(a) presidente da celebração reza:

Por esta santa unção, o Espírito de Deus venha em socorro de tuas fraquezas, alivie todo sofrimento que te aflige, cure a tua enfermidade e dê o consolo do seu perdão e a sua paz, agora e sempre. Amém.

Depois da oração, pode-se cantar: “Eu vim para que todos tenham vida...”.

- As palavras do rito do envio podem estar em consonância com o Mistério celebrado: *Jesus passou entre nós fazendo o bem. Ide em paz e lutai sempre pela defesa da vida, e que o Senhor vos acompanhe.*

12 de fevereiro – 6º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

Prosseguimos nosso caminho com Jesus no Evangelho de Marcos. Jesus continua sua missão.

Mais uma vez, vemos Jesus cheio de compaixão diante do sofrimento humano. A compaixão é para com um homem que sofria de uma doença, na época de Jesus chamada lepra, hoje denominada hanseníase.

O Primeiro Testamento considerava o doente de lepra impuro e separava-o da sociedade. Jesus considera a vida humana mais importante que o preconceito; cheio de compaixão, acolhe e toca o homem, livrando-o da doença que o aflige, e resgata a sua dignidade, incluindo-o na sociedade.

Que o Senhor nos ajude a oferecer a nossa vida para que a inclusão social aconteça verdadeiramente.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- A respeito do ato penitencial: “(...) o sacerdote convida para o ato penitencial, que, após breve pausa de silêncio, é realizado por toda a assembleia através de uma fórmula de confissão geral e concluído pela absolvição do sacerdote, absolvição que, contudo, não possui a eficácia do sacramento da penitência (...)” (IGMR 51).
- Na recordação da vida, logo no início da celebração ou antes da oração do dia, lembrar as pessoas que sofrem qualquer tipo de exclusão ou de discriminação.
- Pode ser feita a oração de bênção pela saúde, como no domingo passado.
- Na hora da homilia, um membro da pastoral da saúde pode dar um testemunho.
- As palavras do rito do envio podem estar em consonância com o Mistério celebrado: *Sede compassivos e misericordiosos. Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*

19 de fevereiro – 7º domingo do tempo comum

1. O Mistério que celebramos

Nesta celebração somos agraciados pela misericórdia infinita do Senhor. Misericórdia que perdura de geração em geração, numa fidelidade infinita. O povo da primeira aliança experimentou sempre o amor de Deus. Jesus Cristo é revelação da face misericordiosa do Pai que está sempre pronto a curar e perdoar.

Do Senhor recebemos o perdão dos pecados e a cura de todo tipo de paralisia e doença que nos afligem.

2. Sugestões para a celebração

- A respeito da bênção da água e aspersão: “Aos domingos, particularmente no tempo pascal, em lugar do ato penitencial de costume, pode-se fazer, por vezes, a bênção e aspersão da água em recordação do batismo” (IGMR 51).
- A saudação inicial pode ser com estas palavras: *A graça e a compaixão de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor infinito do*

Pai e comunhão do Espírito Santo estejam convosco.

- Dar atenção especial ao ato penitencial.
- Preparar-se para a escuta atenta da palavra do Senhor, cantando um refrão meditativo:

“A palavra de Deus é luz que nos guia na escuridão e fermento de paz, de justiça e perdão”.

- A oração eucarística pode ser sobre Reconciliação I.
- Bênção final do tempo comum (I) do Missal Romano.
- As palavras do rito do envio podem estar em consonância com o Mistério celebrado: *Sede compassivos e misericordiosos. Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe.*

26 de fevereiro – 1º domingo da Quaresma

1. O Mistério que celebramos

A celebração deste domingo nos ajuda a prosseguir o caminho quaresmal iniciado na Quarta-feira de Cinzas.

Como Jesus, somos conduzidos pelo Espírito ao deserto para retomar o caminho de fidelidade a Deus, vencendo todo tipo de tentação.

Que neste tempo de graça e salvação posamos progredir no conhecimento de Jesus Cristo, o obediente até a morte, e morte de cruz, intensificando a prática da oração, do jejum e da esmola (solidariedade). Que a nossa fraternidade se intensifique com todos os que sofrem por causa do precário sistema de saúde no nosso país. Que de fato “a saúde se difunda sobre a terra!”.

2. Sugestões para a celebração e lembretes

- A respeito do “Senhor, tende piedade”: “Depois do ato penitencial inicia-se sempre o ‘Senhor, tende piedade’, a não ser que já tenha sido rezado no próprio ato penitencial. Tratando-se de um canto em que os fiéis aclamam o Senhor e imploram a sua misericórdia, é executado normalmente por todos, tomando parte nele o povo e o grupo de cantores ou o cantor” (IGMR 52).
- Manter o espaço da celebração despojado e sóbrio.
- Destacar a cruz, ladeando-a com duas velas acesas.
- Valorizar o ato penitencial. Seja ritualizado de tal modo que de fato a comunidade celebrante faça a experiência da misericórdia divina.
- Guardar o gesto do abraço da paz para a noite pascal.

Notas:

1. CARPANEDO, Penha; GUIMARÃES, Marcelo. *Dia do Senhor: guia para as celebrações das comunidades, ciclo do Natal*. São Paulo: Paulinas: Apostolado Litúrgico, 2002. p. 181-182.
2. Instrução Geral do Missal Romano.
3. Ver o texto completo em: SILVA, Frei José Ariovaldo da. *O sinal da cruz no início da liturgia*. Fichas da CNBB, 6. E ainda: CNBB. *Liturgia em mutirão: subsídios para a formação*. Brasília: CNBB, 2007. p. 92-94.
4. Ver o texto completo em: FRANCISCO, Manoel João. *Saudação do presidente*. Fichas da CNBB, 50. E ainda: CNBB. *Liturgia em mutirão: subsídios para a formação*. Brasília: CNBB, 2007. p. 95-96.
5. CARPANEDO, Penha; GUIMARÃES, Marcelo. *Dia do Senhor: guia para as celebrações das comunidades, tempo comum, ano B*. São Paulo: Paulinas: Apostolado Litúrgico, 2003. p. 68.

Assine a Revista ECOando



Tel.: 11 3789-4000 (São Paulo e Gde. S. Paulo)
Para outras localidades, ligue 0800 164011
ou envie um e-mail para assinaturas@paulus.com.br

+
+
+
+
+
+



ECOando

Formação interativa com catequistas
ECOando

Cód.: 9780000003935

Subsídio especialmente voltado para a formação das lideranças e dos catequistas em geral. A cada número, o leitor tem nas mãos um tema que é desenvolvido de forma atual, dinâmica e interativa. Este periódico é apresentado com ricas ilustrações e é totalmente colorido.

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Pe. Johan Konings, sj*

SANTA MÃE DE DEUS (1º de janeiro)

NASCIDO DE MULHER, NASCIDO SOB
A LEI

I. INTRODUÇÃO GERAL

Celebramos a oitava de Natal, a solenidade da Santa Mãe de Deus. Até a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, era chamada festa da Circuncisão de Nosso Senhor. O Evangelho relata que Jesus recebeu a circuncisão, acompanhada da imposição do nome, como prescreve a tradição de Israel. Esse rito significava a integração do “nascido de mulher” na comunidade judaica, como ressalta a segunda leitura. A inserção de Jesus na humanidade e no povo passa pelo útero de Maria. Jesus nasce de mãe judia e submetido à Lei judaica.

Como, no século IV, foi escolhido o dia 25 de dezembro para celebrar o Natal, a oitava coincide com o ano-novo romano, fixado em 1º de janeiro por Júlio Cesar. Assim, a festa de hoje coincide com o início do ano civil, atualmente celebrado como dia da paz mundial. Neste contexto, cabe bem a primeira leitura, que evoca a bênção do ano-novo israelita (Nm 6,27), reforçada pelo salmo responsorial. Aliás, o próprio nome que Jesus recebe sugere que ele é a bênção: *yeshua*, “o Senhor salva”. Maria deu Jesus à humanidade como um presente de Deus (cf. 4º domingo do Advento), e Deus faz “brilhar sua face” sobre o povo e sobre a humanidade no nome de Jesus. (No

dia 3 de janeiro há uma celebração própria do Santíssimo Nome de Jesus.)

Recentemente, a solenidade de hoje foi posta sob o patrocínio de Maria, “Mãe de Deus”, lembrando o título de *Theotokos*, “Genitora (Mãe) de Deus”, que lhe foi dado pelo Concílio de Éfeso em 431 d.C. Decerto Deus não tem mãe, mas escolheu Maria como mãe para o Filho que em tudo realiza a obra de Deus. Santificou em Maria a maternidade quando o Filho assumiu a humanidade. A maternidade é, como a humanidade, *capax Dei*, capaz de receber Deus. Deus é tão grande que conhece também o mistério da maternidade, e por dentro! Para captar isso, talvez tenhamos de modificar um pouco nosso conceito de Deus.

Deus não ama em geral abstratamente, mas por meio de pessoas e comunidades concretas. Só aquilo que é concreto pode ser realidade. Assim como Maria foi, no seio do povo de Israel, o caminho concreto para o Salvador, comunidades concretas serão portadoras de Cristo, salvação de Deus para o mundo hoje.

* Nascido na Bélgica, reside há muitos anos no Brasil, onde leciona desde 1972. É doutor em Teologia e mestre em Filosofia e em Filologia Bíblica pela Universidade Católica de Lovaina. Atualmente é professor de Exegese Bíblica na Faje, em Belo Horizonte. Dedicar-se principalmente aos seguintes assuntos: Bíblia – Antigo e Novo Testamento (tradução), Evangelhos (especialmente o de João) e hermenêutica bíblica. Entre outras obras, publicou: *Descobrir a Bíblia a partir da Liturgia*; *A Palavra se fez livro*; *Liturgia dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis – anos A-B-C*; *Ser cristão*; *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*; *A Bíblia nas suas origens e hoje*; *Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da “Fonte Q”*.

Por isso, Maria é protótipo da Igreja e das comunidades eclesiais.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Nm 6,22-27)

A 1ª leitura é a bênção do sacerdote de Israel sobre o povo. Na manhã da criação, Deus abençoou os seres humanos e os animais, dando-lhes alimento e força de vida (Gn 1,28-30). A bênção de Deus é um augúrio de paz para a natureza e o ser humano. Para quem se coloca diante dessa bênção, Deus deixa brilhar “a luz de sua face”, sua graciosa presença. Só Deus pode realmente abençoar, benzer, “dizer bem”; os humanos abençoam invocando o nome de Deus. Em continuidade com este pensamento, o salmo responsorial expressa um pedido de bênção (Sl 67[66],2-3.5-6.8).

2. II leitura (Gl 4,4-7)

A 2ª leitura é tomada da carta de Paulo aos Gálatas, que é a “Carta” (no sentido de documento) da liberdade cristã. Cristo veio para nos tornar livres (Gl 5,1). “Nascido de mulher, nascido sob a Lei” (Gl 4,4), viveu entre nós sob o regime passageiro que vigorava no Antigo Testamento. Vivendo conosco sob o regime da Lei, ensinou-nos a perceber e interpretar a Lei como dom do Pai e não como escravidão, à diferença dos contemporâneos de Paulo. Estes queriam impô-la como um jugo aos cristãos da Galácia, que nem sequer eram judeus de origem. Já não somos escravos, diz Paulo, mas filhos; portanto, livres. O Filho de Deus tornou-se nosso irmão, nele temos o Espírito que, em nosso coração, ora: “Abba, Pai” (4,6 – provavelmente uma alusão ao pai-nosso rezado nas comunidades, cf. Mt 6,9-13; Lc 11,2-4).

Comemorando a vinda de Cristo, pensamos especialmente na “mulher” que o integrou em nossa comunidade (Gl 4,4). “Nascido de mulher” é uma maneira bíblica para designar o ser humano (cf. Mt 11,11; Lc 7,28).

3. Evangelho (Lc 2,16-21)

O evangelho de hoje menciona dois temas: a adoração dos pastores junto ao presépio de

Belém e a circuncisão de Jesus no oitavo dia, acompanhada da imposição de seu nome. O primeiro tema já foi focalizado no evangelho da missa da aurora no Natal, e na mesma linha podemos destacar, na festa da Mãe de Deus, que “Maria guardava todos estes fatos e meditava sobre eles no seu coração”.

Nossa atenção, porém, vai para o segundo tema, a circuncisão com a imposição do nome, que se harmoniza com o da 2ª leitura. Jesus sujeita-se à antiga Lei (cf. 2ª leitura) e recebe o nome dado pelo anjo, ou seja, por Deus mesmo (Lc 1,31-33; Mt 1,21; cf. Hb 1,4-5): “O Senhor salva”. Jesus é o salvador enviado por Deus à humanidade.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

– *O nome e a cidadania de Jesus.* Celebramos hoje a “cidadania” de Jesus: seu nome, sua identidade, seu lugar na sociedade humana. A 2ª leitura evoca duas dimensões da inserção de Jesus na sociedade humana: *nasceu de mulher*, membro da família humana; e *nasceu sujeito à Lei*, cidadão de uma comunidade política e religiosa. Exatamente por assumir a lei de um povo concreto, ele é verdadeiro representante da humanidade. Quem não pertence a nada não representa ninguém. Porque, concretamente, por ser judeu é que Jesus pôde ser o salvador da humanidade toda. Integrado na comunidade judaica pela circuncisão, no oitavo dia recebe o nome de Jesus, escolhido por Deus mesmo. Muita gente, quando escolhe o nome do filho, projeta nisso uma expectativa. Maria e José não escolheram o nome. Alinharam-se com Deus, que projeta seu próprio plano de salvação no nome de Jesus: “O Senhor salva”. O nome de Jesus assinala a participação pessoal de Deus na história da comunidade humana e política. Por isso, assim como o sacerdote Aarão abençoava os israelitas invocando o nome do Senhor Deus, podemos benzer a nós e a todos com o nome de Jesus (1ª leitura).

Deus respeita a Lei que ele mesmo comunicou ao povo. Seu Filho nasceu sob a Lei e foi circuncidado conforme a Lei. As estruturas políticas e sociais do povo, quando condizen-

tes com a vontade de Deus, são instrumentos para Deus se tornar presente em nossa história. Deus mostrou isso em Jesus. E quando as leis e estruturas são manipuladas a ponto de se tornarem injustas, o Filho de Deus as assume para transformá-las no sentido do seu amor. Por isso, Jesus morreu por causa da Lei injustamente aplicada a ele.

– *Maria, “porta do céu”*. Em Jesus, Deus quis ter uma mãe. A inserção de Deus em nossa história passa pela ternura materna. Sem esta não se pode construir a história conforme o projeto de Deus. Assim, Deus, na “sua” história salvífica, santificou uma dimensão especificamente feminina. Nas ladainhas chamamos Maria “Porta do Céu”. Porta para nós subirmos e para Deus descer.

Jesus nasceu de mulher e sob a Lei, de mãe humana e dentro de uma sociedade humana. Foi acolhido na sociedade judaica pela circuncisão e pela imposição do nome, como teria acontecido a qualquer indivíduo do sexo masculino entre nós que tivesse nascido naquela sociedade. Maria é, portanto, mãe do verdadeiro homem e judeu Jesus de Nazaré, mas nós a celebramos hoje como Mãe de Deus. Esse título deve ser entendido como “Genitora (é assim que o Concílio de Éfeso a chama) do Filho de Deus”. Este Filho foi igual a nós em tudo, menos no pecado, e viveu e sofreu na carne de maneira verdadeiramente humana (cf. Hb 4,15; 5,7-8). Duas décadas depois de Éfeso, o Concílio de Calcedônia o chamou “verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem”. É por ser mãe de Jesus humanamente que Maria é chamada Mãe de Deus, pois a humanidade e a divindade em Jesus não se podem separar. Dando Jesus ao mundo, Maria faz Deus nascer no meio do povo. Ela é o ponto de inserção de Deus na humanidade. Toda mulher-mãe é ponto de inserção de vida nova no meio do povo. Em Maria, essa vida nova é vida divina. Deus se insere no povo por meio da maternidade que ele mesmo criou.

Assim como Maria se tornou “Porta do Céu”, a comunidade humana é chamada a tornar-se acesso de Deus ao mundo e do mundo a Deus. A vida do povo, sua “lei”,

suas tradições, cultura e estruturas políticas e sociais devem ser um caminho de Deus e para Deus, não um obstáculo. Por isso é preciso transformar a vida humana e as estruturas da sociedade quando não servem para Deus e não condizem com a dignidade que Deus lhes conferiu pelo nascimento de Jesus de mulher e sob a Lei.

– *Jesus de Maria, bênção do povo*. Para os cristãos, o novo ano litúrgico já começou no 1º domingo do Advento, mas no dia 1º de janeiro os cristãos participam como cidadãos do ano-novo civil com a festa de Maria, Mãe do Deus Salvador, Jesus Cristo. Queremos felicitar de modo especial a Mãe da família dos cristãos – pois, ao visitarmos hoje a casa de nossos amigos, não cumprimentamos primeiro a dona da casa?

A Igreja marcar este dia com a festa de Maria, Mãe de Deus, é um voto de paz e bênção para o mundo! A bênção maior da parte de Deus: o seu Filho, Jesus. Os nossos votos de paz e bênção devem ser a extensão da bênção que é Jesus e que Maria fez chegar até nós. Desejamos paz e bênção aos nossos amigos em Jesus. Então, nossos votos serão profundamente cristãos, não apenas fórmula social. Desejaremos aos nossos semelhantes aquilo que veio até nós em Jesus: o amor de Deus na doação da vida para os irmãos. É isso que se deve desejar neste dia mundial da paz. *Somente onde reinam os sentimentos de Jesus pode existir a paz que vem de Deus.*

EPIFANIA DO SENHOR (8 de janeiro)

ONDE A ESTRELA PAROU

I. INTRODUÇÃO GERAL

Epifania, em grego, significa manifestação: celebramos a manifestação de Deus ao mundo, representado pelos reis magos que vêm adorar o menino Jesus em Belém. Ele é a luz que brilha não só para o povo oprimido de Israel (como anuncia a 1ª leitura na noite de Natal), mas também para todos os povos, segundo a visão do profeta universalista que escreveu o fim do livro de Isaías. Essa visão

recebe um sentido pleno quando os magos vindos do Oriente procuram, nos arredores de Jerusalém, o Messias que devia nascer da estirpe de Davi (Evangelho). A 2ª leitura comenta, mediante o texto de Ef 3,2-6, esse fato como revelação do mistério de Deus para Israel e para os pagãos.

Assim, a liturgia de hoje realça o sentido universal da obra de Cristo. Mas não se trata do universalismo abstrato, global e midiático de nosso mundo contemporâneo. A inserção de Jesus na humanidade, que contemplamos no domingo passado (na festa da Mãe de Deus), acontece num ponto bem concreto e modesto: um povoado que nem está no mapa dos magos! O ponto por onde passa a salvação não precisa ser grandioso. O humilde povoado visitado pelos magos representa a comunidade-testemunha, o contrário do reino do poderoso Herodes. Belém é centro do mundo, porém não para si mesma, e sim para quem procura a manifestação de Deus. A estrela parou não sobre Roma nem sobre a Jerusalém de Herodes, mas sim sobre a Belém do presépio. Essa estrela não se importa com o poder humano. Deus manifesta-se no meio dos pobres, no Jesus pobre.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 60,1-6)

Como foi recordado na 1ª leitura da noite de Natal, o profeta Isaías (9,1) anunciou *nova luz* para a Galileia, região despovoada pelas deportações praticadas pelos assírios em 732 a.C. Duzentos anos depois, o “Terceiro Isaías” retoma a imagem da luz. Aplica-a à Sião (Jerusalém) e ao povo de Judá, que acaba de voltar do exílio babilônico e está iniciando a reconstrução da cidade e do Templo (Is 60,1). Jerusalém, restaurada depois do exílio babilônico, é vista como o centro para o qual convergem as caravanas do mundo inteiro. O profeta anuncia a adoração universal em Jerusalém. Enquanto as nações estão cobertas de nuvens escuras, a luz do Senhor brilha sobre Jerusalém. Esqueçam-se a fadiga e o desânimo, pois Deus está perto. As nações devolvem a Jerusalém seus filhos e filhas que ainda vivem

no estrangeiro, e estes oferecem suas riquezas ao Deus que realmente salva seu povo.

Quinhentos anos depois, os magos (sábios, astrólogos) vindos do Oriente darão um sentido pleno e definitivo ao texto de Isaías: a eles o Cristo aparece como “luz” cheia do mistério de Deus.

2. II leitura (Ef 3,2-3a.5-6)

As promessas do Antigo Testamento dirigem-se ao povo de Israel. Deus, porém, vê as promessas feitas a Israel num horizonte bem mais amplo. Seu plano é universal e inclui todos os povos, judeus e gentios. Os antigos profetas já tinham certa visão disso, mas os judeus do ambiente de Paulo apóstolo não pareciam percebê-lo. Paulo mesmo havia aprendido com surpresa a revelação do grande mistério, de que também os gentios são chamados à paz messiânica. Essa revelação, ele a assume como sua missão pessoal, a fim de levar a boa-nova aos gentios.

3. Evangelho (Mt 2,1-12)

O evangelho narra a chegada dos magos do Oriente que querem adorar o Messias recém-nascido, cujo astro eles viram brilhar sobre Jerusalém (cf. 1ª leitura). A chegada dos magos e sua volta constituem a moldura (inclusão) dessa narrativa, cujo centro é a estupefação de Herodes e de toda a cidade por causa da notícia que os magos trazem. O ponto alto é a busca, pelos escribas, de um texto que aponte para esse fato. O texto em questão é Miqueias 5,1: “E tu, Belém, terra de Judá, de modo algum és a menor entre as principais cidades de Judá, porque de ti sairá um chefe que vai ser o pastor de Israel, o meu povo”. Informado pelos escribas, Herodes encaminha os magos para adorarem o recém-nascido em Belém e informá-lo para que ele também vá (Belém fica a oito quilômetros de Jerusalém). O narrador, entretanto, deixa prever a má-fé de Herodes, que planeja matar os meninos recém-nascidos da região, tema que será desenvolvido no próximo episódio de Mateus, igualmente construído em torno de uma citação do Antigo Testamento.

No novo povo de Deus, não importa ser judeu ou gentio, importa a fé. O Evangelho de Mateus termina na missão de evangelizar “todas as nações” (28,18-20), e desde o início os “magos” prefiguram essa missão universal. Os doutores de Jerusalém, ao contrário, sabiam, pelas Escrituras, onde devia nascer o Messias – em Belém, a poucos quilômetros de Jerusalém –, mas não tinham a estrela da fé para os conduzir.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

A visão do Terceiro Isaías sobre a restauração do povo na luz de Deus que brilha sobre a Cidade Santa realiza-se no povo fundado por Jesus Cristo. Este é o “mistério”, o projeto escondido de Deus, o evangelho que Paulo levou a judeus e gentios.

Mateus, no evangelho, traduz a fé segundo a qual Jesus é o Messias universal, numa narração que descreve a realização da profecia: astrólogos do Oriente veem brilhar sobre Belém, a cidade de Davi, a estrela do recém-nascido Messias, “rei dos judeus”. Querem adorá-lo e oferecer-lhe seus ricos presentes. Herodes, entretanto, com os doutores e os sacerdotes, não enxerga a estrela que brilha tão perto; é obcecado por seu próprio brilho e sede de poder. Os reis das nações pagãs chegam de longe para adorar o Menino, mas os chefes de Jerusalém tramam sua morte. As pessoas de boa vontade, aqueles que realmente buscam o Salvador, encontram-no em Jesus, mas os que só gostam de seu próprio poder têm medo de encontrá-lo.

Significativamente, o medo de Herodes, o Grande, o levará a matar todos os meninos de Belém de dois anos para baixo. A estrela conduziu os magos a uma criança pobre, que não tinha nada de sensacional. Mas o rei Herodes, cioso de seu poder, pensa que Jesus será poderoso e, portanto, perigoso. Para eliminar esse “perigo”, o rei, que tinha matado seus próprios filhos e sua mulher Mariame, manda agora matar todos os meninos de Belém.

Por que se matam ou se deixam morrer crianças também hoje? Porque os poderosos absolutizam seu poder e não querem dar



Imagens meramente ilustrativas.

Uma nova evangelização

**Pastoral de conjunto
e pastorais orgânicas**

*João Bosco de Oliveira
e Aparecida de Fátima Fonseca de Oliveira*

Um desafio realmente oportuno é contemplado por estas páginas: alcançar uma integração das pastorais, movimentos, associações e serviços eclesiais em um trabalho articulado com a diocese ou a paróquia. A partir desta dinâmica, os autores oferecem embasamento teórico e iniciativas para ajudar a compenetração das ações evangelizadoras, com base nas Sagradas Escrituras e no Magistério da Igreja.

Formato: 13 cm x 20 cm
Páginas: 296
Cód.: 9788534921633

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



chances aos pequenos, nem sequer de viver. Preferem sangrar o povo pela indústria do armamento, dos superfluos, da fome...

Pobre e indefeso, *Jesus é o “não poder”*. Ele não se defende, não tem medo. Em redor dele se unem os que vêm de longe, simbolizados pelos magos. E estes, avisados em sonho, “voltam por outro caminho”. O caminho, na Bíblia, é o símbolo da opção de vida da pessoa (Sl 1). Os reis magos *optaram* por obedecer à advertência de Deus; optaram pelo menino salvador, contra Herodes e contra todos os que rejeitam o “menino”, matando vidas inocentes.

O nome oficial da festa dos Reis Magos, “Epifania”, significa manifestação ou revelação. Contemplamos o paradoxo da grandeza divina e da fragilidade da criança no menino Jesus. Pensamos nos milhões de crianças abandonadas nas ruas de nossas cidades, destinadas à droga, à prostituição. Outros milhões mortas pela fome, pela doença, pela guerra, pelo aborto. Órgãos extraídos, fetos usados para produzir células que devem rejuvenescer velhos ricos... Qual é o valor de uma criança?

Deus se manifesta ao mundo numa criança, e nós somos capazes de matá-la, em vez de reconhecer nela a luz de Deus. Por que Deus se manifestou numa criança? Por esquisitice, para nos enganar? Nada disso. Salvação significa sermos libertados dos poderes tirânicos que nos escravizam para realizarmos a liberdade que nos permite amar. Pois para amar é preciso ser livre, agir de graça, não por obrigação nem por cálculo. Por isso, a salvação que vem de Deus não se apresenta como poder opressor, a exemplo do de Herodes. Apresenta-se como antipoder, como uma criança, que na época não tinha valor.

O pequenino de Belém é venerado como rei, mas, no fim do Evangelho, esse “Rei” (Mt 25,34) julgará o universo, identificando-se com os mais pequeninos: “O que fizestes a um desses mais pequenos, que são meus irmãos, a mim o fizestes” (25,40). Quanta lógica em tudo isso!

Deus não precisa nos esmagar com seu poder para se manifestar. Para ser universal, prefere o pequeno, pois só quem vai até os

pequenos e os últimos é realmente universal. Falta-nos a capacidade de reconhecer no frágil, naquele que o mundo procura excluir, o absoluto de nossa vida – Deus. Eis a lição que os reis magos nos ensinam.

O menino nascido em Belém atraiu os que viviam longe de Israel geograficamente. Mas a atração exercida por Jesus envolve também os social e religiosamente afastados, os pobres, os leprosos, os pecadores e pecadoras. Todos aqueles que, de alguma maneira, estão longe da religião estabelecida e acomodada recebem, em Jesus, um convite de Deus para se aproximarem dele.

Quem seriam esses “longínquos” hoje? O povinho que fica no fundo da igreja ou que não vai à igreja porque não tem roupa decente. Graças a Deus estão surgindo capelas nos barracos das favelas, bem semelhantes ao lugar onde Jesus nasceu e onde a roupa não causa problema. Há também os que se afastaram porque seu casamento despencou (muitas vezes se pode até questionar se ele foi realmente válido). Jesus se aproximou da samaritana, da pecadora, da adúltera... Será que para estas pessoas não brilha alguma estrela em Belém?

Será que, numa Igreja renovada, o menino Jesus poderá de novo brilhar para todos os que vêm de longe, os afastados, como sinal de salvação e libertação?

2º DOMINGO DO TEMPO COMUM (15 de janeiro)

VOCAÇÃO: BUSCA E CONVITE

I. INTRODUÇÃO GERAL

No Brasil, a festa do Batismo do Senhor, encerramento do tempo natalino, substitui o primeiro domingo do tempo comum, de modo que este começa com o segundo domingo. A espinha dorsal da liturgia da Palavra nos domingos do tempo comum é a leitura contínua do Evangelho do ano (no caso, Marcos), e os textos evangélicos são ilustrados, na 1ª leitura, por episódios do Antigo Testamento. A 2ª leitura não se integra

nesse sistema e recebe sua temática, de modo independente, da leitura semicontínua das cartas do Novo Testamento (hoje, a questão da fornicção em Corinto).

A leitura evangélica está em continuidade com a do Batismo do Senhor. Narra a vocação dos primeiros discípulos de Jesus. Ora, como o Evangelho do ano, Marcos, é mais breve que os outros, a liturgia de hoje abre espaço para o Evangelho de João (normalmente lido só na Quaresma e no tempo pascal). De acordo com o Quarto Evangelho, João Batista encaminha dois de seus discípulos para Jesus, apontando-o como o Cordeiro de Deus. E, quando vão em busca de Jesus, este lhes responde com o misterioso: “Vinde e vede”. A liturgia combina com esse texto a vocação de Samuel, na 1ª leitura. As duas vocações, porém, são diferentes. No caso de Samuel, trata-se da vocação específica do profeta; no episódio dos discípulos de Jesus, trata-se da vocação de discípulos para integrar a comunidade dos seguidores. São chamados, antes de tudo, a “vir” até Jesus para “ver” e a “permanecer/morar” com ele. Daí se inicia um processo de “vocação em cadeia”. Os que foram encaminhados pelo Batista até Jesus chamam outros (“André... foi encontrar seu irmão...”). Dentro dessa dinâmica global da vocação cristã se situam as vocações específicas, como a de Simão, que, ao aderir a Cristo, é transformado em pedra de arrimo da comunidade cristã.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (1Sm 3,3b-10.19)

Desde seu nascimento, o profeta Samuel fora dedicado ao serviço de Deus no santuário de Silo, em agradecimento pelo favor que Deus demonstrara a Ana, sua mãe estéril (cf. 1Sm 1,21-28). Mas o serviço no santuário não esgotou sua missão. Antes que Samuel fosse capaz de o entender, Deus o chamou para a missão de profeta. A vocação de Deus, porém, não é coisa evidente. Descobre-se pouco a pouco. Três vezes Samuel ouve a voz, pensando ser a voz do sacerdote Eli. Este faz Samuel entender que é a voz do Senhor; então, quando ouve novamente o chamado, ele responde: “Fala,

teu servo escuta”. Escutar é a primeira tarefa do porta-voz de Deus.

2. Evangelho (Jo 1,35-42)

Como dissemos, o evangelho é tomado de João, no episódio do testemunho do Batista: a vocação dos primeiros discípulos. João Batista encaminha seus discípulos para se tornarem discípulos de Jesus (o tema volta em Jo 3,22-30). A busca desses discípulos corresponde a um convite de Jesus para que eles venham ver e para que permaneçam com ele (Jo 1,35-39). E a partir daí segue uma reação em cadeia (1,41.45).

Temos aqui a apresentação tipicamente joanina da busca do Salvador. Nos outros Evangelhos, Jesus se apresenta anunciando a irrupção do reino de Deus. Em João, ele é a resposta de Deus à busca do ser humano, assim como o Antigo Testamento diz que a Sabedoria se deixa encontrar pelos que a buscam (cf. Sb 6,14). Devemos buscar o encontro com Deus no momento oportuno, enquanto se deixa encontrar (Is 55,6). “Vinde ver...” é a resposta misteriosa de Jesus à busca dos discípulos que o Batista encaminhou para ele, apontando-o como o “Cordeiro de Deus”. Descobrimos, portanto, atrás da cena narrada no evangelho (Jo 1,35-39), toda uma meditação sobre o encontro com Deus em Jesus Cristo, revelação de Deus que supera a Sabedoria do Antigo Testamento.

Pelo testemunho do Batista, os que buscavam o Deus da salvação o vislumbraram no Cordeiro de Deus, o Homem das Dores. Querem saber onde é sua morada (o leitor já sabe que sua morada é no Pai; cf. Jo 14,1-6). Jesus convida a “vir e ver”. “Vir” significa o passo da fé (cf. 6,35.37.44.45.65; também 3,20-21 etc.). “Ver” é termo polivalente, que, no seu sentido mais tipicamente joanino, significa a visão da fé (cf. sobretudo Jo 9). Finalmente, os discípulos “permanecem/demoram-se” com ele (“permanecer” ou “morar” expressa, muitas vezes, a união vital permanente com Jesus; cf. Jo 15,1ss). Os que foram à procura do mistério do Salvador e Revelador acabaram sendo convidados e iniciados por ele.

Um encontro como este transborda. Leva a contagiar os outros que estão na mesma busca. André, um dos dois que encontraram o procurado, vai chamar seu irmão Simão para partilhar sua descoberta (v. 41: “Encontramos!”). Simão se deixa conduzir até o Senhor, que logo transforma seu nome em Cefas (rocha, “Pedro”), dando-lhe nova identidade. Na continuação do episódio (1,45), encontramos mais uma semelhante “reação em cadeia”. Como o Batista apresentou seus discípulos a Jesus, em seguida os discípulos procuraram outros candidatos. Esses traços da narrativa podem aludir à Igreja das origens, consciente de que o “movimento de Jesus” teve suas origens no “movimento do Batista” e de que, nas gerações futuras, os fiéis já não seriam chamados por Jesus mesmo, mas por seus irmãos na fé.

3. II leitura (1Cor 6,13c-15a.17-20)

Como foi dito na introdução, a temática da 2ª leitura não é estabelecida em função das duas outras leituras. Paulo trata da mentalidade da comunidade de Corinto, influenciada por certo libertinismo. Liberdade, sim, libertinagem, não, é o teor de sua reação. “Tudo é permitido”, dizem certos cristãos de Corinto, e Paulo responde: “Mas nem tudo faz bem” (6,12). Quem se torna escravo de uma criatura comete idolatria: assim, quem se vicia nos prazeres do corpo. O ser humano não é feito para o corpo, mas o corpo para o ser humano, e este para Deus: seu corpo é habitação, templo de Deus, e serve para glorificá-lo.

A oposição de Paulo à libertinagem sexual não se deve ao desprezo do corpo, mas à estima que ele lhe dedica. O corpo não fica alheio ao enlevo do espírito, antes o sustenta e dele participa; por isso, qualquer ligação vulgar avilta a pessoa toda. O ser humano todo, também o corpo, é habitáculo do Espírito Santo. A pessoa deve ser governada para este fim do ser humano integral, membro de Cristo, e não subordinada às finalidades particulares do corpo. Absolutizar os prazeres corporais é idolatria, e essa é uma mensagem que precisa ser destacada no contexto de nossa “civilização”.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

Segundo o Evangelho de João, foi dentre os discípulos do Batista que surgiram os primeiros seguidores de Jesus. O próprio Batista incentivou dois de seus discípulos a seguir Jesus, “o Cordeiro que tira o pecado do mundo”. Enquanto se põem a segui-lo, procurando seu paradeiro, Jesus mesmo lhes dirige a palavra: “Que procurais?” – “Mestre, onde moras?”, respondem. E Jesus convida: “Vinde e vede”. Descobrir o Mestre e poder ficar com ele os empolga tanto, que um dos dois, André, logo vai chamar seu irmão Pedro para entrar nessa companhia também. E no dia seguinte Filipe (o outro dos dois) chama Natanael a integrar o grupo. A 1ª leitura aproxima disso o que ocorreu, mil anos antes, ao jovem Samuel, “coroinha” do sacerdote Eli no templo de Silo. Deus o estava chamando, mas ele pensava que fosse o sacerdote. Só na terceira vez o sacerdote lhe ensinou que quem chamava era Deus mesmo. Então respondeu: “Fala, Senhor, teu servo escuta”.

“Vocação” é um diálogo entre Deus e a gente – geralmente por meio de algum intermediário humano. A pessoa não decide por si mesma como vai servir a Deus. Tem de ouvir, escutar, meditar. Que vocação? Para que serviço Deus ou Jesus nos chamam? Logo se pensa em vocação específica para padre ou para a vida religiosa. Mas antes disso existe a vocação cristã geral, a vocação para os diversos caminhos da vida, conduzida pelo Espírito de Deus e da qual Cristo é o portador e dispensador. Essa vocação cristã realiza-se no casamento, na vida profissional, na política, na cultura etc. Seja qual for o caminho, importa ver se nele seguimos o chamado de Deus, e não algum projeto concebido em função de nossos próprios interesses.

O convite de Deus pode ser muito discreto. Talvez esteja escondido em algum fato da vida, na palavra de um amigo... ou de um inimigo! Ou simplesmente nos talentos que Deus nos deu. De nossa parte, haja disposição positiva. Importa estarmos atentos. Os discípulos estavam à procura. Quem não procura pode não perceber o discreto chamamento de Deus. A

disponibilidade para a vocação mostra-se na atenção e na concentração. Numa vida dispersiva, a vocação não se percebe. E importa também expressar nossa disponibilidade na oração: “Senhor, onde moras? Fala, Senhor, teu servo escuta”. Sem a oração, a vocação não tem vez.

Finalmente, para que a vocação seja “cristã”, é preciso que Cristo esteja no meio. Há os que confundem vocação com dar satisfação aos pais ou alcançar um posto na poderosa e supostamente segura instituição que é a Igreja. Isso não é vocação de Cristo. Para saber se é realmente Cristo que está chamando, precisamos de muito discernimento, essencial para distinguir sua voz nas pessoas e nos fatos por meio dos quais ele fala.

3º DOMINGO DO TEMPO COMUM (22 de janeiro)

O REINO DE DEUS ESTÁ AÍ:
CONVERTEI-VOS

I. INTRODUÇÃO GERAL

Encerrado o tempo natalino, os evangelhos da liturgia dominical apresentam em *lectio continua* o início da pregação de Jesus segundo o evangelista do ano, no caso, Marcos. Assim, ouvimos hoje a proclamação da chegada do reino de Deus e da conversão que deve acompanhar essa boa notícia. Isso não deixa de suscitar algumas perguntas. Por que “conversão” ao receber uma boa notícia?

De fato, na 1ª leitura e no evangelho de hoje, a pregação da conversão ressoa em duas articulações bem diferentes, revelando a distinção entre o antigo e o novo. Na 1ª leitura, de Jonas, trata-se de pregação ameaçadora, dirigida à “grande cidade” Nínive, capital da Assíria. Diante do medo que a pregação inspira, a população abandona o pecado e faz penitência, proclamando o jejum e vestindo-se de saco; e Deus, demonstrando sua misericórdia universal, poupa a cidade.

O Evangelho de Marcos, por outro lado, resume a pregação inicial de Jesus, não na

capital do mundo, nem mesmo no centro do judaísmo, mas na periferia da Palestina. Não anuncia uma catástrofe, mas a plenitude do tempo. “O tempo está cumprido”. Chega de castigo: o “reino de Deus” está aí. É uma mensagem de salvação, dirigida aos pobres da Galileia. O “Filho”, que no batismo recebeu toda a afeição do Pai e foi ungido com o Espírito profético e messiânico, leva a boa-nova aos pobres, partilhando a opressão e demonstrando a compreensão verdadeira do amor universal de Deus, que começa pelos últimos.

Enquanto a mensagem de Jonas logrou êxito por causa do medo, a mensagem de Cristo solicita conversão pela fé na boa-nova. Enquanto na história de Jonas a aceitação da mensagem faz Deus desistir de seus planos e a história continua como antes, no Novo Testamento vemos que a proclamação da boa-nova exige fé e participação ativa no reino cuja presença é anunciada.

Como no domingo passado, a 2ª leitura tem um tema independente, tomado das “questões particulares” da Primeira Carta aos Coríntios (cf. domingo passado), a visão de Paulo a respeito dos diversos estados de vida.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Jn 3,1-5.10)

A 1ª leitura de hoje narra, no estilo profético-sapiencial, a conversão de Nínive segundo o livro de Jonas. Deus quer a conversão de todos, e não só do povo de Israel. Por isso, Jonas deve pregar a conversão em Nínive, capital do império dos gentios (a Assíria). E acontece o que um judeu piedoso não poderia imaginar: a cidade se converte em consequência da pregação do profeta fujão. Deus chama à conversão, e quem aceita o chamado é salvo.

O salmo responsorial (Sl 25[24],4ab-5ab.6-7bc.8-9) sublinha a importância da conversão: Deus guia ao bom caminho os pecadores.

2. Evangelho (Mc 1,14-20)

Devidamente introduzido pela aclamação, o evangelho narra o início da pregação de Jesus como anúncio da chegada do reino de

Deus e exortação à correspondente conversão. O Evangelho de Marcos é o evangelho da “irrupção do reino de Deus”. Como Jonas, na 1ª leitura, Jesus aparece como profeta apocalíptico, mas, em vez de uma catástrofe, anuncia a boa-nova da chegada do reino e pede conversão e fé. E isso com a “autoridade” do reino que se revela na expulsão de demônios e outros sinais (Mc 1,22.27). Ele é o “Filho de Deus” (1,1; 9,7; 15,39; cf. 1,11).

Mas por que essa mensagem exige conversão? A mensagem de Jonas logrou êxito e produziu penitência à base do medo, a mensagem de Cristo solicita conversão à base da fé na boa-nova. Observe-se que conversão não é a mesma coisa que penitência. Certas Bíblias traduzem, erroneamente, Mc 1,15 como “fazei penitência” em vez de “convertei-vos”. Penitência tem a ver com pena, castigo. Conversão é dar nova virada à vida. O grego *metanoia* sugere uma mudança de mentalidade. Por trás disso está o hebraico *shuv*, “voltar” (a Deus), não por causa do medo, mas por causa da confiança no dom de Deus, o “reino de Deus”, que é o acontecer da vontade amorosa do Pai, como reza o pai-nosso: “Venha o teu reino, seja feita a tua vontade”. Onde reinam o amor e a justiça, conforme a vontade de Deus, acontece o reino de Deus. Na medida em que Jesus se identifica com essa vontade e a cumpre até o fim, até a morte, ele realiza e traz presente esse reino em sua própria pessoa. Ele é o reino de Deus que se torna presente. Todo o Evangelho de Marcos desenvolve essa verdade.

No início, o significado de Jesus e de sua pregação está envolto no mistério, mas, aos poucos, há de revelar-se para quem acreditar na boa-nova, sobretudo quando esta se tornar cruz e ressurreição.

Por isso, enquanto na história de Jonas a aceitação da mensagem faz Deus desistir do castigo anunciado, em Mc 1 a proclamação da boa-nova exige fé e participação ativa no reino que a partir de agora abre espaço. A aceitação da pregação de Jesus faz o homem participar do reino que ele traz presente. Essa adesão ativa é exemplificada no chamamento dos primeiros seguidores. Imediatamente depois de ter evocado a primeira pregação de

Jesus, Marcos narra a vocação dos primeiros discípulos, vocação que os transforma, pois faz dos pescadores de peixe “pescadores de homens”. Eles são uma espécie de parábola viva: sua profissão é símbolo da realidade do reino à qual eles estão sendo convidados. E eles abandonam o que eram e o que tinham – até mesmo o pai no barco...

3. II leitura (1Cor 7,29-31)

Em 1Cor 7, Paulo responde a perguntas com relação ao casamento. As respostas, cheias de bom senso e sem desprezo algum da sexualidade (cf. comentário do domingo passado), revelam um tom de “reserva escatológica”; ou seja: tudo isso não é o mais importante para quem vive na expectativa da parúsia. Porque “o tempo é breve” (7,29), matrimônio ou celibato, dor ou alegria, posse ou pobreza são, em certo sentido, indiferentes. Paulo se estende a respeito do matrimônio (recordando as palavras do Senhor) e a respeito do celibato (expressando seus próprios conselhos). O estado de vida é realidade provisória, que perde sua importância diante do definitivo que se aproxima depressa (Paulo, como os primeiros cristãos em geral, acreditava que Cristo voltaria em breve). Na continuação do texto, Paulo mostra o valor de seu celibato como plena disponibilidade para as coisas de Cristo – uma espécie de antecipação da parúsia (7,32).

Casamento, prazer, posse, como também o contrário de tudo isso, são o revestimento provisório da vida, o “esquema” (como diz o texto grego) que desaparecerá. Já temos em nós o germe de uma realidade nova, e esta é que importa. Assim, Paulo evoca a dialética entre o provisório e o definitivo, o necessário e o significativo, o urgente e o importante. Mas essa dialética deve ser formulada novamente em cada geração e em cada pessoa. Nossa maneira de articulá-la não precisa ser, necessariamente, a mesma de Paulo, que pensa na vinda próxima do Cristo glorioso. Podemos repartir com ele um sadio “relativismo escatológico” (*Quid hoc ad aeternitatem?*), porém, a maneira de relativizar o provisório pode ser diferente da sua. Relativizar significa “tornar

relativo”, “pôr em relação”. O cuidado de viver bem o casamento ou qualquer outra realidade humana – o trabalho, o bem-estar etc. – deve ser posto em relação com o reino de Deus e sua justiça.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

O evangelho contém os temas do anúncio do reino, da conversão e do seguimento. Como o tema da conversão será aprofundado na Quaresma, podemos orientar a reflexão para o tema do seguimento dos discípulos, pensando também no lema da Conferência de Aparecida: “discípulos-missionários”.

Muitos jovens entre os que demonstram sensibilidade aos problemas dos seus semelhantes encontram-se diante de um dilema: continuar dentro do projeto de sua família ou dispor-se a um serviço mais amplo, lá onde a solidariedade o exige. Foi um dilema semelhante que Jesus fez surgir para seus primeiros discípulos (evangelho). Ele andava anunciando o reinado do Pai celeste, enquanto eles estavam trabalhando na empresa de pesca do pai terrestre. Jesus os convidou a deixar o barco e o pai e a tornar-se pescadores de gente. O reino de Deus precisa de colaboradores que abandonem tudo, para que cativem a massa humana que necessita do carinho de Deus.

Esse carinho de Deus é aceito na conversão e na fé: conversão para sair de uma atitude não sincronizada com seu amor e fé como confiança no cumprimento de sua promessa. Deus quer proporcionar ao mundo seu carinho, sua graça. Não quer a morte do pecador, e sim que ele se converta e viva. Jesus convida à conversão porque o reino de Deus chegou (Mc 1,14-15). Para ajudar, chama pescadores de gente. Tiramos daí três considerações:

- Deus espera a conversão de todos, para que possam participar de seu reino de amor, justiça e paz.
- Para proclamar a chegada do seu reinado e suscitar a conversão, o coração novo, capaz de acolhê-lo, Deus precisa de colaboradores que façam de sua missão a sua vida, até mesmo à custa de outras ocupações (honestas em si).

- Mas, além dos que largam seus afazeres no mundo, também os outros – todos – são chamados a participar ativamente na construção desse reino, exercendo o amor e a justiça em toda e qualquer atividade humana.

É este o programa da Igreja, chamada a continuar a missão de Jesus: o anúncio da vontade de Deus e de sua oferta de graça ao mundo; a vocação, formação e envio de pessoas que se dediquem ao anúncio; e a orientação de todos para a participação no reino de Deus, vivendo na justiça e no amor.

4º DOMINGO DO TEMPO COMUM (29 de janeiro)

O “PODER-AUTORIDADE” DE JESUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

Uma das características do antigo judaísmo é seu caráter profético, a presença de personagens carismáticos, considerados porta-vozes de Deus. A figura do profeta ganhou sua imagem “clássica” no livro do Deuteronômio, iniciado no tempo da reforma religiosa de Josias (±620 a.C.) e apresentado como recapitulação da Lei de Moisés. O profeta deve ser alguém como Moisés, alguém que fale de modo confiável em nome de Deus (1ª leitura). Com o tempo, a figura do “profeta como Moisés” tornou-se imagem do Messias que havia de vir.

O evangelho de hoje (Mc 1,21-28) apresenta Jesus segundo esse modelo, como alguém que ensina “com autoridade”, não como os escribas! Essa autoridade evoca o poder profético de ensinar no nome de Deus e fazer sinais que confirmem a palavra. Entretanto, paira um mistério sobre a figura de Jesus no Evangelho de Marcos. Jesus proíbe aos discípulos e aos beneficiados de suas curas publicar o exercício de sua “autoridade” que eles presenciaram. O mistério da identidade de Jesus só será desvendado na hora da morte, quando o centurião romano proclamar: “Este homem era verdadeiramente Filho de Deus” (15,39). Só na morte fica claro, sem ambiguidade, o modo e o

sentido da obra messiânica de Cristo, segundo “os pensamentos de Deus” (cf. Mc 8,31-33).

A 2ª leitura é tomada, mais uma vez, das “questões práticas” de 1 Coríntios. Na linha da “reserva escatológica” (cf. domingo passado), Paulo explica as vantagens do celibato, ao menos quando assumido com vistas à escatologia.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dt 18,15-20)

Pela instituição do profetismo, o povo de Israel se distingue das nações pagãs, que praticam todo tipo de adivinhação e superstição (Dt 18,14). Deus suscitará em Israel profetas conforme o modelo de Moisés, seu porta-voz no Sinai. O profeta deve anunciar a cada geração a palavra de Deus, não sensacionalismo, adivinhação ou seja lá o que for. Tais serão os “profetas “como eu” que Moisés anuncia em Dt 18,15 (cf. 18,18). O profeta deve ser alguém como Moisés, alguém que escute a palavra de Deus e a quem Deus coloque suas palavras na boca para transmiti-las, alguém que não fale em nome de Deus o que este não lhe tiver inspirado nem fale em nome de outros deuses; alguém cujas palavras sejam confirmadas pelos fatos (18,15-22). Mas, pouco depois do exílio babilônico, essa instituição entra em declínio e a expressão “um profeta como eu” (Dt 18,15) acaba sendo interpretada num sentido individual, significando o Messias. Jo 6,14 (cf. 1,21.45; At 3,22-23) mostra que Jesus foi identificado com esse Messias-profeta.

2. Evangelho (Mc 1,21-28)

A palavra de Jesus é um acontecer e um agir. Marcos não narra o conteúdo daquilo que Jesus pregou na sinagoga de Cafarnaum, mas o efeito: Jesus age com *autoridade* (1,22.27) na expulsão dos espíritos imundos, que reconhecem nele o representante de Deus. Jesus ensina com autoridade, não como os escribas! Essa “autoridade” evoca o poder profético de ensinar no nome de Deus e fazer sinais que confirmem a palavra.

Ora, o termo grego que Marcos usa (*exousía*) não é costumeiro, no judaísmo helenístico,

para falar do poder profético, e sim do poder escatológico do “filho de homem” descrito no livro de Daniel! Ao ler Mc 1,21-28 tem-se a impressão de que o povo viu em Jesus um profeta, o que é confirmado pelas opiniões populares citadas em Mc 6,15 e 8,28. Mas a presença da “autoridade” nele esconde algo que o povo não consegue entender: “Que é isso?” (1,27). Ao percorrermos o Evangelho de Marcos, descobrimos que a identidade que Jesus atribui a si mesmo é a do Filho do homem, o enviado escatológico de Deus, prefigurado em Dn 7,13-14. A este pertence a *exousía*, a “autoridade” (Dn 7,14). Quem percebe a identidade de Jesus é o demônio por ele expulso (Mc 1,24): o demônio reconhece aquele que põe em perigo o seu domínio!

No Evangelho de Marcos paira um mistério sobre a figura de Jesus: o “segredo messiânico”. Aos demônios (1,25.34; 3,12), aos miraculados (1,44; 5,43; 7,34; 8,26), aos discípulos (8,30; 9,9), Jesus lhes proíbe publicar o exercício da “autoridade” que presenciaram. Se Jesus ensina com autoridade e poder efetivo, que confirmam sua palavra profética, devemos enxergar nele o “Filho do homem”, que vem com os plenos poderes de Deus.

3. II leitura (1Cor 7,32-35)

No espírito da “reserva escatológica” que vimos domingo passado, dando importância não tanto ao estado de vida, mas antes à diligência escatológica com a qual ele é assumido, Paulo explica que o estado celibatário lhe permite uma dedicação mais intensa àquilo que se relaciona de modo imediato com o reino escatológico. Não condena, porém, as “mediações do reino”, entre as quais o casamento, para o qual Jesus mesmo deu instruções (1Cor 7,10). O celibato é um conselho pessoal de Paulo (7,25). Como o sentido da escatologia é que o Senhor nos encontre ocupado com sua causa, Paulo aconselha o estado de vida que deixa nosso espírito mais livre para pensar nisso. Conselho não para truncar nossa liberdade, mas para a libertar mais ainda. É claro, está falando do celibato assumido, não do celibato “levado de carona”, como é, muitas vezes, o de parte de nosso clero; porque, se não é assu-

mido interiormente, desvia mais da causa do Senhor do que as preocupações matrimoniais. Bem entendido, porém, o celibato, além de proporcionar liberdade para Deus aos que o assumem, constitui um lembrete para os casados, a fim de que, no meio de suas preocupações, conservem a reserva escatológica, que os faz ver melhor o sentido último de tudo quanto fazem.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

Jesus é o profeta do reino de Deus. Mas que é um profeta? Conforme a 1ª leitura, o profeta é mediador e porta-voz de Deus. Moisés lembra aos israelitas que, quando da manifestação de Deus no monte Sinai (Ex 19), tiveram tanto medo, que Deus precisou estabelecer um intermediário para falar com eles. Esse intermediário foi Moisés, o primeiro “profeta bíblico”. E ele ensina que sempre haverá profetas em Israel para serem mediadores e porta-vozes de Deus, de modo que os israelitas já não precisam recorrer aos adivinhos cananeus, que consultam as divindades mediante sortilégios, búzios, necromantes (que evocam espíritos) etc. O profeta é aquele que fala com a autoridade de Deus que o envia. Muitas vezes, sua palavra é corroborada por Deus por meio de sinais milagrosos.

No evangelho, Jesus é apresentado como porta-voz de Deus e de seu reino. Deus mostra que está com ele. Dá-lhe “poder-autoridade” para fazer sinais. Na sinagoga de Cafarnaum, Jesus expulsa um demônio, e o povo reconhece: “Um ensinamento novo, dado com autoridade...” (Mc 1,27).

Ora, os sinais milagrosos servem para mostrar a autoridade do profeta, mas não são propriamente sua missão. Servem para mostrar que Deus está com ele, mas sua tarefa não é fazer coisas espantosas. Sua tarefa é ser porta-voz de Deus. Jesus veio para nos dizer e mostrar que Deus nos ama e espera que participemos ativamente de seu projeto de amor. Por outro lado, os sinais, embora não sejam sua tarefa propriamente, não deixam de revelar um pouco em que consiste o reino que Jesus anuncia. São sinais da bondade de

Coleção "Animação Bíblica": em sintonia com você e a pastoral!



A coleção “Animação Bíblica” acaba de lançar dois títulos indispensáveis para o leitor compreender ainda melhor a atividade pastoral. Com linguagem acessível e de leitura agradável, os livros distinguem pastoral bíblica e animação bíblica da pastoral, interpretam a caminhada latino-americana a partir da ótica da Igreja católica e expõem as reflexões que a constituição dogmática *Dei Verbum* estimulou nessa área. Confira!

Da pastoral bíblica à animação bíblica da pastoral

Gabriel Naranjo Salazar

Formato: 13 cm x 18 cm

Páginas: 48

Cód.: 9788534933087

A animação bíblica da pastoral

Sua identidade e missão

Santiago Silva Retamales

Formato: 13 cm x 18 cm

Páginas: 48

Cód.: 9788534933070

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Deus. Jesus nunca faz sinais danosos para as pessoas (como as pragas do Egito, que sobrevieram pela mão de Moisés). O primeiro sinal de Jesus, em Marcos, é uma expulsão de demônio. A possessão demoníaca simboliza o mal que toma conta do ser humano sem que este o queira. Libertando o endemoninhado do seu mal, Jesus demonstra que o reino por ele anunciado não é apenas apelo livre à conversão de cada um, mas luta vitoriosa contra o mal que se apresenta maior que a gente.

O mal que é maior que a gente existe também hoje: a crescente desigualdade social, a má distribuição da terra e de seus produtos, a lenta asfixia do ambiente natural por conta das indústrias e da poluição, a vida insalubre dos que têm de menos e dos que têm demais, a corrupção, o terror, o tráfico de drogas, o crime organizado, o esvaziamento moral e espiritual pelo mau uso dos meios de comunicação... Esses demônios parecem dominar muita gente e fazem muitas vítimas. O sinal profético de Jesus significa a libertação desse “mal do mundo” que transcende nossas parcas forças. E sua palavra, proferida com a autoridade de Deus mesmo, ensina-nos a realizar essa libertação.

Como Jesus, a Igreja é chamada a apresentar ao mundo a palavra de Deus e o anúncio de seu reino. Como confirmação dessa mensagem, deve também demonstrar, em sinais e obras, que o poder de Deus supera o mal: no empenho pela justiça e no alívio do sofrimento, no saneamento da sociedade e na cura do meio ambiente adoentado. Palavra e sinal, eis a missão profética da Igreja hoje.

5º DOMINGO DO TEMPO COMUM (5 de fevereiro)

A AUTORIDADE DE JESUS E OS ENFERMOS

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo nos ajuda a refletir sobre um assunto bem atual: a “teologia da prosperidade!” O livro de Jó nos confronta com algo incompreensível para quem acredita

que Deus recompensa os bons e castiga os maus nesta vida: Jó é um homem justo e, apesar disso, perdeu tudo. Durante 40 capítulos, Jó protesta contra a injustiça de seu sofrimento sem explicação, mas no fim Deus mostra a sua presença, e Jó se consola e se cala.

Também Jesus, no Novo Testamento, nunca apresenta uma explicação do sofrimento, porque *não há explicação*. Mas ele traz uma *solução*: assume o sofrimento. Inicialmente, curando-o. No fim, sofrendo-o, em compaixão universal. Se Jó nos mostra que Deus está presente onde o ser humano sofre, Jesus nos mostra que Deus conhece o sofrimento do ser humano por dentro. E ele o assume até o fim.

A 2ª leitura continua com os assuntos dos coríntios, que pretendem ter a liberdade de fazer tudo o que têm direito de fazer. Paulo não concorda: nem sempre devo fazer uso de meu direito. A caridade, a paciência para com o menos forte, com o inseguro na fé, valem mais que meu direito pessoal.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Jó 7,1-4.6-7)

Jó foi fortemente provado por Deus. Perdeu tudo, até a saúde. Seus amigos não o conseguem consolar (Jó 2,11). Jó contempla sua vida com amargura e só consegue pedir que a aflição não seja demais e que Deus lhe dê um pouco de sossego. A vida é um “serviço de mercenário”, diz. Como os boias-frias, ele sempre leva a pior. Desperta cansado e, deitado, não consegue descansar, por causa das feridas. Que Deus lhe dê um pouco de sossego...

Procurando uma resposta para o mistério do sofrimento, os amigos de Jó dizem que os justos são recompensados e os ímpios, castigados. Mas Jó protesta: ele não é um ímpio. A teoria da prosperidade dos justos, a “teologia da retribuição”, não se verifica na realidade (21,5-6). Menos ainda o convence o pedante discurso de Eliú, tratando de mostrar o caráter pedagógico do sofrimento (cap. 32-37). Os amigos de Jó não resolvem nada. Vendem conselhos, mas não se compadecem. Suas palavras são pimenta na ferida.

Por outro lado, mesmo amaldiçoando o próprio nascimento, Jó não amaldiçoa Deus; ao contrário, reconhece e louva sua sabedoria e suas obras na criação: o abismo de seu sofrimento pessoal não lhe fecha os olhos para a grandeza de Deus! E é exatamente por este lado que entrará sossego na sua existência. Pois Deus se revelará a ele, tornar-se-á presente em seu sofrimento – ao contrário de seus amigos sabichões –, e essa experiência do mistério de Deus fará Jó entrar em si, no silêncio (42,1-6).

2. Evangelho (Mc 1,29-39)

Como para preencher o que ficou aberto na 1ª leitura, o evangelho nos mostra o Filho de Deus assumindo nossas dores. A narrativa conta o fim do “dia em Cafarnaum”, iniciado em Mc 1,21 (cf. domingo passado). Jesus continua com seus gestos e ações que falam de Deus.

No início de seu ministério, Jesus assume o sofrimento, curando-o. Mostra os sinais da aproximação de Deus ao sofredor. Sinais feitos com a “autoridade” que já comentamos no domingo passado. Ao sair do ofício sinagoga, naquele dia de sábado, Jesus se dirige à casa de Pedro. Lá, ergue da febre a sogra de Pedro. E ela se põe a servir, demonstrando assim sua transformação. Depois, ao anoitecer, quando termina o repouso sabático, as pessoas trazem a Jesus os seus enfermos. Jesus acolhe a multidão em busca de cura: novo sinal de sua misteriosa “autoridade”. Os endemoninhados, os maus espíritos reconhecem seu adversário, mas ele lhes proíbe propalar o que sabem (cf. domingo passado). E quando, depois, Jesus se retira para se encontrar com o Pai, e os discípulos vêm buscá-lo para reassumir sua atividade em Cafarnaum, ele revela que a vontade de seu Pai o empurra para outros lugares. Ele está inteiramente a serviço do anúncio do reino, com a “autoridade” que o Pai lhe outorgou.

No fim de seu ministério, Jesus assumirá o sofrimento, sofrendo-o. Aí, sua compaixão se torna realmente universal. Supera de longe aquilo que aparece no livro de Jó. Se este nos mostra que Deus está presente onde o ser

humano sofre (e isso já é grande consolação), Jesus nos mostra que Deus conhece o sofrimento do ser humano por experiência.

Assim como o livro de Jó, Jesus não apresenta uma explicação teórica do sofrimento. Neste sentido, concorda com os filósofos existencialistas: sofrer faz parte da “condição humana”. *Não há explicação*, mas, sim, *solução*: Jesus assume o sofrimento. No livro de Jó, Deus se digna olhar para o ser humano que sofre. Em Jesus Cristo, ele participa de seu sofrimento.

3. II leitura (1Cor 9,16-19.22-23)

A 2ª leitura continua com a 1ª carta aos Coríntios, abordando assunto muito especial. 1Cor 8-10 é uma unidade que trata da questão sobre se o cristão pode sempre fazer as coisas que, em si, não são um mal. Trata-se das carnes que sobravam dos banquetes oferecidos pela cidade em honra das divindades locais. Essas carnes eram, depois da festa, vendidas no mercado por “preço de banana”. O cristão, dizem os “esclarecidos”, pode comprá-las e comê-las sem problema, já que não acredita nos ídolos. Paulo, porém, pensa diferente: a norma não é a liberdade, mas a caridade (cf. Gálatas 5,13: usemos da “liberdade para nos tornar escravos de nossos irmãos”). Se o uso de nossa liberdade causa a queda do “fraco na fé”, que tem ainda resquícios de sua tradição pagã, devemos considerar a sensibilidade de nosso irmão.

Paulo não concorda com a pretensa liberdade dos coríntios para fazerem tudo a que têm direito. Existe o aspecto *objetivo* (carne é carne e ídolos não existem) e o aspecto *subjetivo* (alguém menos instruído na fé talvez coma as carnes idolátricas num espírito de superstição; 8,7). Portanto, diz Paulo, nem sempre devo fazer uso de meu direito. E alega seu próprio exemplo: ele teria o direito de receber gratificação por seu apostolado, mas, como tal gratificação poderia ser mal interpretada, prefere ganhar seu pão trabalhando. A gratificação de seu apostolado consiste no prazer de pregar o evangelho de graça. Paulo teria os mesmos direitos dos outros apóstolos: levar consigo uma

mulher cristã (9,5), ser dispensado de trabalho manual (9,6), receber salário pelo trabalho evangélico (9,14; cf. a “palavra do Senhor” a este respeito, Mt 10,10). Entretanto, prefere anunciar o evangelho de graça, para que ninguém suspeite de motivos ambíguos. Ora, essa atitude não é inspirada apenas por prudência, mas por paixão pelo evangelho: “Ai de mim se eu não pregar o evangelho... Qual é meu salário? Pregarei o evangelho gratuitamente, sem usar dos direitos que o evangelho me confere!” (9,17-18). Se tivermos verdadeiro afeto por nosso irmão fraco na fé, desistiremos com prazer de algumas coisas aparentemente cabíveis; e a própria gratuidade será a nossa recompensa, pois “tudo é graça”.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

As leituras de hoje estão interligadas por um fio quase imperceptível: enquanto *Jó se enche* de sofrimento *até o anoitecer* (1ª leitura), Jesus *cura* o sofrimento *até o anoitecer* (evangelho). O conjunto do evangelho mostra Jesus empenhando-se, sem se poupar, para curar os enfermos de Cafarnaum. E, no dia seguinte, o poder de Deus que ele sente em si o impele para outros lugares, sem se deixar “privatizar” pelo povo de Cafarnaum. A paixão de Jesus é deixar efluir de si o poder benfazejo de Deus. Ele assume, sem limites, o sofrimento do povo. Ele sabe que essa é sua *missão*: “Foi para isso que eu vim”. Não pode recusar a Deus esse serviço.

Nosso povo, muitas vezes, vê nas doenças e no sofrimento um castigo de Deus. Mas quando o próprio Enviado de Deus se esgota para aliviar as dores do povo, como essas doenças poderiam ser um castigo de Deus? Não serão sinal de outra coisa? Há muito sofrimento que não é castigo, mas, simplesmente, condição humana, condição da criatura, além de ocasião para Deus manifestar seu amor. O evangelista João dirá que a doença do cego não vem de pecado algum, mas é *oportunidade para Deus manifestar sua glória* (Jo 9,3; cf. 11,4).

Por mais que o ser humano consiga dominar os problemas de saúde, não consegue excluir o sofrimento, pois este tem outra fonte.

Mas é verdade que o egoísmo aumenta o sofrimento. O fato de Jesus apaixonadamente se entregar à cura de todos os males, também em outras cidades, é uma manifestação do Espírito de Deus que está sobre Jesus e que renova o mundo (cf. Sl 104[103],30). O evangelista Mateus compreendeu isso muito bem, quando acrescentou ao texto de Mc 1,34 a citação de Is 53,4 acerca do Servo sofredor: “Ele assumiu nossas dores e carregou nossas enfermidades” (Mt 8,17). E se pelo pecado do mundo as dores se transformam num mal que oprime a alma, logo mais Jesus se revelará como aquele que perdoa o pecado (cf. 7º domingo do tempo comum).

Também se hoje acontecem curas e outros sinais do amor apaixonado de Deus que se manifesta em Jesus Cristo, é preciso que reconheçamos nisso os sinais do reino que Jesus vem trazer. Não enganemos as pessoas com falsas promessas de prosperidade, que até causam nos sofredores um complexo de culpa (“Que fiz de errado? Por que mereci isso?”). Mas, em meio ao mistério da dor, dediquemo-nos a dar sinais do amor de Jesus e de seu Pai.

6º DOMINGO DO TEMPO COMUM (12 de fevereiro)

A AUTORIDADE DE JESUS
E A MARGINALIZAÇÃO

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia de domingo passado mostrou que Jesus não se deixou “privatizar” pela população de Cafarnaum, mas seguiu sua vocação para ir a outras cidades também. Hoje vemo-lo saindo para a margem da sociedade, para os lugares desertos onde viviam aqueles que na época eram chamados leprosos. Estes eram intocáveis, tabu! Jesus quebra esse tabu e, no fim, acaba ocupando o lugar do doente, nos “lugares desertos”.

Como nos evangelhos anteriores, vemos aqui uma indicação velada da personalidade de Jesus. Autoridade e compaixão, duas qualidades dificilmente compatíveis no ser humano, são as feições divinas que se deixam entrever

no agir de Jesus. E revela-se sua superioridade em relação à Lei, segundo a qual Jesus não poderia tocar no leproso. Ele não depende da Lei para realizar o bem da pessoa. Por autoridade própria, reintegra o ser humano que a letra da Lei marginaliza.

Este tema convida a uma catequese sobre a reintegração dos que são marginalizados. Para que nós, como membros do Cristo, possamos realmente vencer a marginalização, será preciso agir com uma autoridade que esteja acima das convenções constrangedoras do sistema em que vivemos. Precisamos encarnar, de modo operante, essa *compaixão reintegradora*, neutralizando os mecanismos de marginalização e exclusão com a força divina da verdadeira solidariedade, baseada no amor.

A 2ª leitura continua o tema de domingo passado, sobre as carnes oferecidas aos ídolos. Paulo se apresenta a si mesmo como exemplo, pois o pregador deve ser a ilustração daquilo que prega. O apóstolo quer agradar a todos, não para lograr sucesso pessoal, mas para o bem de todos, a fim de que se deixem atrair por Cristo. Este texto é uma das mais lindas exortações que a Bíblia contém.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

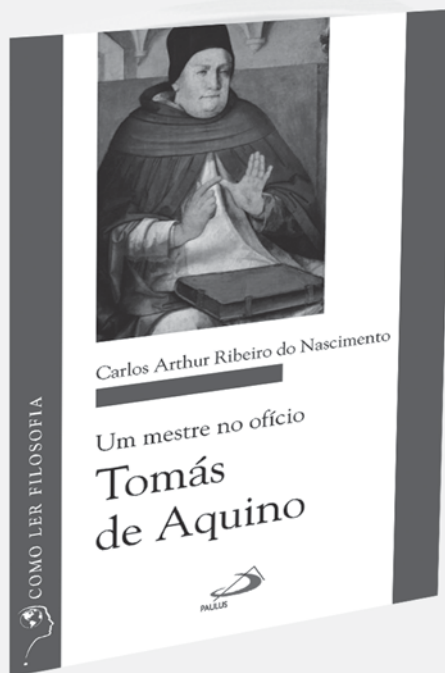
1. 1ª leitura (2Rs 5,9-14)

Para ilustrar o tema do evangelho de hoje, a liturgia propõe (como leitura opcional) a cura do general sírio Naamã pelo profeta Eliseu. A leitura nos mostra o horror que a doença causa nesse homem de destaque, a ponto de procurar um profeta em terra estrangeira, em Israel. O recorte litúrgico não inclui a descrição dos ricos presentes que o homem trouxe para o profeta e que realçam ainda mais o seu *status*. Menciona, sim, o orgulho de Naamã, que julga pouca coisa banhar-se no rio Jordão, um riacho, em comparação com os rios da capital de sua terra, Damasco. Mas, aconselhado pelos servos, o homem banha-se, assim mesmo, no rio Jordão e fica curado: “sua carne tornou-se semelhante à de uma criancinha”.

Em Israel, a lepra causava exclusão da comunidade e suspeita de algum pecado. Em contraste, o salmo responsorial (Sl 32[31],1-

Um mestre no ofício: Tomás de Aquino

Carlos Arthur Ribeiro
do Nascimento



Este livro, sobre Tomás de Aquino (1224/25 – 1274) e sua obra mais conhecida, a *Suma de Teologia*, procura recolocá-lo no contexto de sua vida de frade dominicano e docente da doutrina cristã. A primeira parte destina-se a apresentar a biografia de Tomás de Aquino, ao passo que a segunda esmiúça a obra mencionada e todos os seus pormenores.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 120
Cód.: 9788534932134

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



2.5.11) canta a alegria de ser perdoado e readmitido.

2. Evangelho (Mc 1,40-45)

O canto de aclamação ao evangelho fala de Deus que visita o seu povo (Lc 7,16). É isso que acontece quando Jesus vai aos lugares ermos, onde encontra um leproso bem diferente do da 1ª leitura, Naamã. Este procurou Eliseu com pompa e vaidade. No evangelho, Jesus mesmo vai até o lugar onde o doente vive excluído, marginalizado. No exercício da “autoridade” divina sobre as forças do mal e, ao mesmo tempo, levado por uma compaixão humana que não deixa de ser divina, Jesus quebra o tabu da lepra, toca o doente e faz desaparecer a enfermidade. Na opinião do povo, a lepra devia ser obra de algum espírito muito ruim. Jesus quebra esse tabu. O doente reconhece em Jesus uma misteriosa “autoridade”, seu poder sobre os espíritos maus. “*Se quiseres, tens o poder de me purificar*” (Mc 6,40). Jesus não pensa nas severas restrições da Lei, só sente compaixão, aquela qualidade divina que ele encarna. Apesar da proibição da Lei, toca no doente de lepra, dizendo: “*Eu quero, sê purificado*”. E a cura sucede. Jesus dá um sinal do reino. Se ele cura pelo “poder-autoridade” do Filho do homem, não é preciso primeiro consultar os guardiões da Lei. Basta que, depois de receber o benefício de Deus, o doente ofereça o sacrifício de agradecimento, conforme o rito costumeiro.

Como aos exorcizados, Jesus proíbe ao ex-leproso publicar o que sua “autoridade” operou. Manda o homem oferecer o sacrifício prescrito, para oficializar sua reintegração na comunidade. Jesus lhe proíbe publicar o ocorrido, porque a publicidade desvia a percepção da verdadeira personalidade de Jesus (que não apenas cura, mas também assume o sofrimento humano). Mas o ex-leproso não é capaz de silenciar o fato. Quem conseguiria esconder tanta felicidade? O homem, até então marginalizado, encontrou a reintegração e aproveitou-a para contar o que lhe acontecera. Mais: Jesus foi ocupar o lugar do leproso nos “lugares desertos” (1,45).

Esse episódio faz pressentir a crescente e mortal oposição das autoridades religiosas: Jesus sabe o que é o bem do homem melhor do que a Lei, segundo a interpretação dos escribas. Por autoridade própria, reintegra a pessoa que a letra da Lei marginalizava. Restaura a comunhão com o excomungado, passando para trás os que tinham o monopólio da reintegração. Aceitar este Jesus significa aceitar alguém que supera as mais altas autoridades religiosas. Nesse sentido, a cura da lepra funciona como um sinal: significa que, de fato, Jesus está acima das prescrições legais e pode prescindir delas.

3. II leitura (1Cor 10,31-11,1)

Ao fim da discussão sobre a carne consagrada aos ídolos (1Cor 8-10; cf. domingos anteriores), Paulo tira as conclusões práticas. Comprar carne desses banquetes no mercado, sem ninguém o saber, pode parecer sem importância (10,25). Se, porém, alguém o sabe e se escandaliza, então não se deve comer dessa carne, por amor ao fraco na fé (10,28-29), pois não seria possível comê-la agradecendo a Deus (10,30). Daí a atitude geral: fazer tudo de sorte que seja um agradecimento a Deus, o que acontece quando é para o bem dos outros. Por fim, Paulo atreve-se a apresentar-se como exemplo, sendo Cristo o exemplo dele (cf. 1Cor 11,1; Fl 3,17).

III. DICAS PARA REFLEXÃO

A exclusão virou princípio da organização socioeconômica: a lei do mercado, da competitividade. Quem não consegue competir deve desaparecer, quem não consegue consumir deve sumir. Escondemos favelas por trás de placas publicitárias. Que os feios, os aleijados, os idosos, os doentes de Aids não poluam os nossos cartões-postais!

Em tempos idos, a exclusão muitas vezes provinha da impotência diante da enfermidade ou, também, da superstição. Em Israel, os chamados leprosos eram excluídos e marginalizados, como ilustra abundantemente a legislação de Lv 13-14. Enquanto não se tivesse constatado a cura, por complicado ritual, o doente

de lepra era considerado impuro, intocável. Jesus, porém, toca no homem doente e o cura. Sinal do reino de Deus. Jesus torna o mundo mais conforme ao sonho de Deus, pois Deus não deseja sofrimento nem discriminação. O Antigo Testamento pode não ter encontrado outra solução para esses doentes contagiosos que a marginalização, mas Jesus mostra que um novo tempo começou.

Começou, mas não terminou. Reintegrar os marginalizados não foi uma fase passageira no projeto de Deus, como os presentinhos dos políticos nas vésperas das eleições. O plano messiânico continua por meio do povo messiânico. Devemos continuar inventando soluções para toda e qualquer marginalização, pois somos todos irmãos e irmãs.

Seremos impotentes para erradicar a exclusão, como os antigos israelitas em relação à lepra? Que fazer com os criminosos perigosos, viciados no crime? O fato de ter de marginalizar alguém é reconhecimento da inadequação de nossa sociedade. Toda forma de marginalização é denúncia contra nossa sociedade e ao mesmo tempo um desafio. Muito mais ainda em se tratando de pessoas inocentes. A marginalização é sinal de que não está acontecendo o que Deus deseja. Onde existe marginalização o reino de Deus ainda não chegou, pelo menos não completamente. E onde chega o reino de Deus, a marginalização já não deve existir. Por isso, Jesus reintegra os marginalizados, como é o caso do leproso, dos pecadores, publicanos, prostitutas... Essa reintegração está baseada no “poder-autoridade” que Jesus detém como enviado de Deus: “Se quiseres, tens o poder de me purificar” (Mc 1,40). Jesus passa por cima das prescrições levíticas, toca no leproso e “purifica-o” por sua palavra, em virtude da autoridade que lhe é conferida como “Filho do homem” (= “executivo” de Deus, cf. Mc 2,10.28).

Há quem pense que os mecanismos autorreguladores do mercado são o fim da história, a realização completa da racionalidade humana. E os que são (e sempre serão) excluídos por esse processo, onde ficam? Não será tal raciocínio o de um varejista que se imagina ser o criador do universo? A liturgia de hoje

Encontro com Cristo

Vencer medos,
viver de esperança

Bruno Carneiro Lira



O livro nos convida a fazer um retiro espiritual no conhecimento de Jesus Cristo, para que nossas vidas se assemelhem à dele e possamos testemunhá-lo com palavras e atitudes. Em cada capítulo é apresentada uma faceta da vida do Senhor, sempre em relação com a nossa. Lançamento da coleção Comunidade e Missão.

Páginas: 144
Cód.: 9788534921527

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



nos mostra outro caminho, o de Jesus: solidarizar-se com os marginalizados, os excluídos, tocar naqueles que a “lei” proíbe tocar, para reintegrá-los, obrigando a sociedade a se abrir e criar estruturas mais acolhedoras, mais messiânicas.

7º DOMINGO DO TEMPO COMUM (19 de fevereiro)

A AUTORIDADE DE JESUS E O PECADO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Um sinal é um objeto ou um fato que significam outra coisa. Geralmente, a gente já pode ver algo do significado no próprio sinal: a doença no sintoma, a felicidade no sorriso, levando em conta que os sintomas podem ser traiçoeiros e os sorrisos, falsos.

No evangelho de hoje, presenciamos um típico “sinal” de Jesus, e esse sinal nos faz entender o sentido dos outros sinais dele. Quando se esperava que Jesus curasse o aleijado, Jesus o perdoou – coisa que não foi nem poderia ter sido pedida, pois, para perdoar, era preciso uma “autoridade” especial, que só Deus tem (cf. 1ª leitura). Arrogando-se tal autoridade, Jesus não comete blasfêmia, como pensam os escribas, mas revela sua verdadeira missão, que transparece na “autoridade” que o povo observou nele (cf. 2,12): “Para que saibais que o Filho do homem tem autoridade na terra...”.

Naqueles tempos de esperança apocalíptica, esperava-se vingança, condenação, fogo. Mas Deus tem outros meios para sanar a situação. A 1ª leitura lembra a situação de Israel no exílio babilônico. Aí Deus resolveu jogar longe de si o pecado com o qual o povo o cansara. Resolveu trazer Israel de volta à sua terra, mas isso não serviria para nada se, primeiro, o povo não “voltasse” interiormente. Precisava de perdão como de uma nova criação.

Entendemos, assim, melhor a “autoridade” escatológica que se manifesta em Jesus; não apenas um poder judicial, mas um eflúvio do poder criador. O último juízo é uma

nova criação: “Eis que faço tudo novo” (Ap 21,5). O comportamento verdadeiramente divino para com a criatura não é destruí-la, mas reconstruí-la e recriá-la; Deus não quer a morte do pecador, e sim que se converta e viva (Ez 18,23). Por isso, o Filho do homem não vem destruir, mas perdoar. A “autoridade” que ele recebeu de Deus é marcada por aquela outra qualidade de Deus, mais característica: a “misericórdia” (cf. Mc 1,41; 6,34 etc.).

A 2ª leitura é tomada do início da 2ª carta aos Coríntios. Paulo se defende da acusação de inconstância. Ele deve explicar por que lhes prometera uma visita e não a realizou. A razão não é inconstância. O “sim” de Deus é “sim” mesmo, e assim deve ser também o “sim” do apóstolo, cuja atuação deve ilustrar o conteúdo de sua pregação. Sua firmeza é dom divino, não mérito humano. E esse dom é muito útil para nosso tempo, em que a inconstância é alçada a modelo cultural e econômico.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Is 43,18-19.21-22.24b-25)

A história de Israel nos mostra a justiça de Deus, mas também a fidelidade de seu amor. Aliás, a justiça faz parte do amor. Is 43,18-21 é uma mensagem ao povo exilado, que não sabe se tem ainda um porvir. Nos versículos 22-25, o profeta deixa Deus desabafar: Israel cansou-se de procurá-lo e, com seus pecados, cansou-o. Poderia esperar de Deus vingança, condenação, fogo. Mas Deus tem outros meios para sanar a situação. O povo, exilado na Babilônia, estava no desespero. Aí, Deus resolveu jogar longe de si o pecado com o qual o povo o cansara (em vez de não se cansar de procurar Deus!): “Não mais me lembrarei de teus pecados” (Is 43,22-25). Este é o juízo no qual Deus sai vencedor (43,26): ele perdoa! Deus queria trazer Israel de volta à sua terra; mas isso não serviria para nada se o povo, primeiro, não “voltasse” interiormente. Precisava de perdão, como de uma nova criação.

Deus mesmo agirá, abrirá um caminho pelo deserto, como no tempo do êxodo, e seu povo poderá de novo proclamar sua glória.

2. Evangelho (Mc 2,1-12)

A aclamação ao evangelho lembra Lc 4,18-19 (“O Senhor me enviou para levar a boa-nova”). O exercício do “poder-autoridade” inerente à missão de Jesus (cf. domingos anteriores) começa a revelar sua verdadeira personalidade: ele perdoa o pecado – o que só Deus pode – e comprova sua autoridade pelo sinal da cura do aleijado. Esse sinal nos faz entender também o sentido dos outros sinais. A história do paralítico começa como uma cura um tanto pitoresca: um homem é baixado pelo teto diante dos pés de Jesus, porque a multidão entupia a porta. Mas, onde a gente esperava uma cura, Jesus faz o que nem foi pedido: perdoa. Também não poderia ter sido pedido a Jesus, pois perdoar, só Deus o pode (cf. 1ª leitura). Por isso, “as autoridades” acusam Jesus de blasfêmia. Na verdade, porém, não é blasfêmia, senão a revelação da verdadeira missão de Jesus, que transparecia na “autoridade” que o povo observou nele (cf. 2,12): “Para que vejais que o Filho do homem tem autoridade na terra...”. Todos os termos são importantes: “Filho do homem” é a figura celestial de Dn 7,13-14, a quem é dada a “autoridade” (*exousía*), não lá no céu, mas aqui “na terra”, na execução da intervenção escatológica de Deus. É a hora do Juízo, aqui na terra. Mas esse Juízo não serve para destruir os impérios, como em Dn 7, e sim para perdoar e restaurar, pois Deus não quer a morte; pelo contrário, como Pai e criador, renova a vida. O sinal que Jesus faz significa: “Para que vejais que tenho esta autoridade (e agora fala ao paralítico): Levanta-te, toma tua cama e anda”. Não sabemos nada do pecado do homem; o importante é ser ele destinatário e ocasião de uma revelação do amor criador do Pai em Jesus, que exerce o poder do Filho do homem de modo inesperado, aqui na terra. “Jamais vimos tal coisa”, exclama o povo.

3. II leitura (2Cor 1,18-22)

Esta leitura é tomada do início da 2ª carta aos Coríntios. Os coríntios sentiam-se magoados porque Paulo lhes anunciara uma visita que não executou (cf. 1Cor 16,5) em

decorrência dos problemas na comunidade (1,23-2,4). Acusam-no de ser inconstante, mas ele se defende (1,17), pois não é apenas sua pessoa que é alvo de crítica, mas também o evangelho que ele apregoa. Os destinatários devem reconhecer no mensageiro o absoluto “sim” de Deus: Jesus Cristo. Mas então também a vida dos fiéis, selada pelo Espírito, deve deixar transparecer esse “sim”.

Paulo se defende da acusação de inconstância. Ele deve explicar por que lhes prometera uma visita e não a realizou. Não por inconstância. O “sim” de Deus é “sim” mesmo, e assim deve ser também o “sim” do apóstolo. A razão é que Paulo não quis visitar os coríntios com o coração magoado por causa das polêmicas que alguém lá estava conduzindo contra ele. Portanto, o adiamento da visita confirmava o “sim” do carinho de seu coração. Este era constante. Paulo atribui sua firmeza a Deus, que nos sela com o Espírito. Sua firmeza é dom divino, não mérito humano. É graça. Nestes tempos de inconstância, consumismo e alta rotatividade, convém pedir a Deus o dom da firmeza, para amar e servir de modo coerente e para resistir à injustiça, sobretudo àquela que se aninha na própria estrutura da sociedade.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

No domingo passado, Marcos nos mostrou Jesus como possuidor do poder de superar a marginalização (do doente de lepra). Hoje, mostra-o vencendo uma exclusão pior: a do pecado (evangelho). Jesus é mais que um curandeiro. Ele tem poder sobre o pecado. Ele é o “Filho do homem”. O que ele veio fazer não era tanto tirar as doenças físicas, mas expulsar o pecado. Deus já não quer nem se lembrar do pecado do povo (1ª leitura). Curar, até os médicos conseguem. Perdoar, só Deus... e o Filho, que executa sua vontade.

Também o povo messiânico, como se conhece a Igreja, deve em primeiro lugar combater o pecado, ora denunciando, ora perdoadando – nunca tapeando. Deve apontar o mal fundamental que está no coração das pessoas e na própria estrutura da sociedade. Para mostrar

que tem moral para fazer isso, servem os sinais: dar o exemplo, aliviar a miséria material do mundo, lutar por estruturas justas, por mais humanidade, por tudo o que cure e enobreça os filhos e filhas de Deus. O empenho para melhorar, em todos os sentidos, a vida das pessoas autoriza a Igreja a denunciar o mal moral e a urgir a terapia adequada, que é a conversão das pessoas e da sociedade.

A sociedade, hoje, mostra descaradamente que pretende solucionar os problemas materiais pela via do cinismo, pelo poder do mais forte. A própria medicina não hesita em se autopromover à custa da ética, recondicionando a casca, mas deixando apodrecer os valores pessoais por dentro. Há quem ache que a Igreja deveria primeiro melhorar as condições materiais, a saúde, a cultura etc., para dar maior “base” à sua mensagem “espiritual”. Mas Jesus pronuncia primeiro o perdão do pecado e depois mostra ter poder para tratar da enfermidade material. O mais urgente é livrar as pessoas do mal fundamental, o pecado. Então, a libertação total deitará raízes num chão livre da erva daninha do pecado.

1º DOMINGO DA QUARESMA (26 de fevereiro)

A RESTAURAÇÃO DA HUMANIDADE EM CRISTO E O BATISMO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Estamos iniciando a Quaresma, tempo de conversão em vista da celebração do mistério pascal. Tempo de volta ao nosso “primeiro amor”, nosso projeto de vida assumido diante de Deus e Jesus Cristo. As leituras deste domingo ensinam-nos a acreditar na possibilidade da renovação de nossa vida cristã.

A liturgia de hoje se inspira na catequese batismal. Nos primórdios da Igreja, a Quaresma era a preparação para o batismo, administrado na noite pascal. O batismo era visto como participação na reconciliação operada pelo sacrifício de Cristo por nós (cf. Rm 3,21-26; 5,1-11; 6,3 etc.). No mesmo espírito, a liturgia renovada do Concílio Vaticano II insiste em que, na noite

pascal, sejam batizados alguns novos fiéis, de preferência adultos, e que todos os fiéis façam a renovação de seu compromisso batismal. Essa insistência na renovação da vida batismal faz sentido, pois, enquanto não tivermos passado pela última prova, estamos sujeitos à desistência. Como à humanidade toda, no tempo de Noé, também a cada um, batizado ou não, Deus dá novas chances: eis o tempo da conversão.

A liturgia de hoje é animada por um espírito de confiança (por exemplo, no canto da Comunhão II). Ora, confiança significa entrega: corresponder ao amor de Deus por uma vida santa (oração do dia). É claro, devemos sempre viver em harmonia com Deus, correspondendo a seu amor. Na instabilidade da vida, porém, as forças do mal nos apanham desprevenidos. Mas a Quaresma é um “tempo forte”, em que convém pôr à prova o nosso amor, esforçando-nos mais intensamente por uma vida santa.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Gn 9,8-15)

As águas do dilúvio representavam, para os antigos, um desencadeamento das forças do mal. Mas quem tem a última palavra é o amor divino. Deus não quer destruir o ser humano, impõe limites ao dilúvio e já não voltará a destruir a terra. O dilúvio é o símbolo do juízo de Deus sobre este mundo, mas acima de tudo está a sua misericórdia, simbolizada pelo arco-íris. No fim do dilúvio, Deus faz uma aliança com Noé e sua descendência, a humanidade inteira: apesar da presença do mal, ele não voltará a destruir a humanidade. Deus repete o dia da criação, em que venceu o caos originário, separou as águas de cima e de baixo e deu ao ser humano um lugar para morar. Faz uma nova criação, melhor que a anterior, acompanhada de um pacto de proteção. O arco-íris que, no fim do temporal, espontaneamente nos alegra é o sinal natural dessa aliança.

O salmo responsorial (Sl 25[24],4bc-5ab.6-7bc.8-9) lembra a fidelidade de Deus a seu amor. O íntimo ser de Deus é, ao mesmo tempo, bondade e justiça: “Ele reconduz ao bom caminho os pecadores, os humildes conduz até

o fim, em seu amor”. Por essa razão, todos os batizados renovam, na celebração da Páscoa, seu compromisso batismal.

2. II leitura (1Pd 3,18-22)

A segunda leitura faz parte da catequese batismal que caracteriza a 1ª carta de Pedro. O batismo supõe a transmissão de credo. Assim, 1Pd 3,18-4,6 contém os elementos do primitivo credo: Cristo morreu e desceu aos infernos (3,18-19), ressuscitou (3,18.21), foi exaltado ao lado de Deus (3,22), julgará vivos e mortos (4,5). Tendo ele trilhado nosso caminho até a morte, nós podemos seguir seu caminho à vida (3,18). O batismo, que lembra o dilúvio no sentido contrário (salvação em vez de destruição), purifica a consciência e nos orienta para onde Cristo nos precedeu.

Jesus, porém, não vai sozinho. Leva-nos consigo. Ele é como a arca que salvou Noé e os seus das águas do dilúvio. Com ele somos imersos no batismo e saímos dele renovados, numa nova e eterna aliança. Ao fim da Quaresma, serão batizados os novos candidatos à fé. Na “releitura” do dilúvio feita pela 1ª carta de Pedro, a imagem da arca está num contexto que lembra os principais pontos do credo: a morte de Cristo e sua descida aos infernos (para estender a força salvadora até os justos do passado); sua ressurreição e exaltação (onde ele permanece como Senhor da história futura, até o fim). Batismo é transmissão da fé.

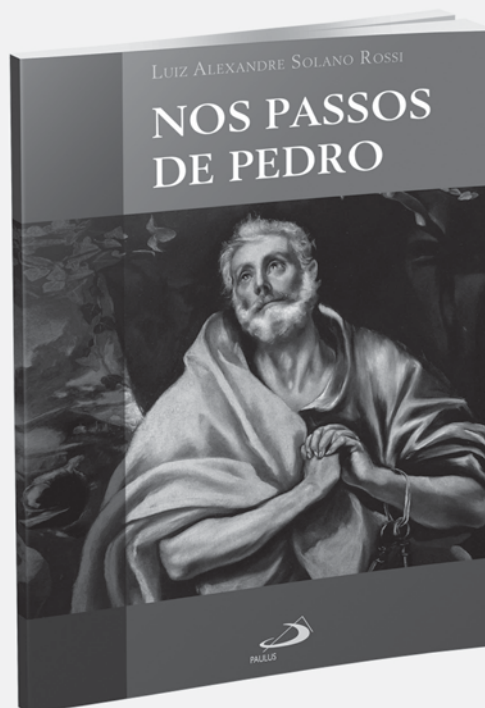
3. Evangelho (Mc 1,12-15)

Quando de seu batismo por João, Jesus foi investido por Deus com o título de “Filho amado” e com seu beneplácito, que é na realidade a missão de realizar no mundo aquilo que faz a alegria de Deus: a salvação de todos os seus filhos. Assim, a missão de Jesus começa com a vitória sobre o mal, que se opõe à vontade de seu Pai.

O mal tem muitas faces e, além disso, uma coerência interior que faz pensar numa figura pessoal, embora não visível no mundo material. Essa figura chama-se “satanás”, o adversário, ou “diabo”, destruidor, presente desde o início da humanidade. Impelido pelo

Nos passos de Pedro

Luiz Alexandre Solano Rossi



A obra é um chamado à espiritualidade que se faz no caminho do discipulado. A história de Pedro é plena de Jesus e, por isso, podemos ver e celebrar, desde já, as transformações que ocorreram nele e que certamente ocorrerão em você, leitor, quando começar a caminhar pelas mesmas vias. Lançamento da coleção Nos Passos De...

Páginas: 88
Cód.: 9788534921589

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

Espírito de Deus, Jesus enfrenta no deserto as forças do mal – satanás e os animais selvagens –, mas vence, e os anjos do Altíssimo o servem. A “provação” de Jesus no deserto, depois de seu batismo por João, prepara o anúncio do reino. Aproxima-se a grande virada do tempo: Jesus anuncia a boa-nova do reino. Deus oferece novas chances. Incansavelmente deseja que o ser humano viva, mesmo sendo pecador (cf. Ez 18,23). Sua oferta tem pleno sucesso com Jesus de Nazaré. Este é verdadeiramente seu Filho (Mc 1,11). Vitória escondida, como convém na primeira parte de Marcos, tempo do “segredo messiânico”.

Nos seus 40 dias de deserto, Jesus resume a caminhada do povo de Israel e antecipa também seu próprio caminho de servo do Senhor. A tentação no deserto transforma-se em situação paradisíaca: Jesus é o novo Adão, vencedor da serpente. Seu chamado à conversão é um chamado à fé e à confiança. Nas próximas semanas o acompanharemos em sua subida a Jerusalém, obediente ao Pai. Será a verdadeira prova, na doação até a morte, morte de cruz. E, “por isso, Deus o exaltou”... (cf. Fl 2,9).

Assim preparado, Jesus inicia o anúncio do reino de Deus e pede conversão e fé no evangelho, o *euangélion*, a alegre notícia (cf. 3º domingo do tempo comum). Que ele exorte a acreditar na novidade, a gente entende. Mas por que conversão, se se trata de boa notícia? Exatamente por isso. Pois, como mostram os noticiários da TV, estamos muito mais sintonizados com notícias ruins que com notícias boas. Conversão não é a mesma coisa que penitência, como às vezes se traduz em Mc 1,15, sem razão. Conversão significa dar nova postura à nossa vida e à nosso coração, deixar para lá a imagem de um Deus ameaçador para voltar-nos a ele e a seu reinado com um coração alegre e confiante.

III. DICAS PARA REFLEXÃO

Celebramos o 1º domingo da Quaresma. Muitos jovens nem sabem o que é a Quaresma. Nem sequer sabem de onde vem o carnaval, antiga festa do fim do inverno (no hemisfério norte) que, na cristandade, se tornou a despedida da fartura antes de iniciar o jejum da Quaresma.

A Quaresma (do latim *quadragesima*) significa um tempo de 40 dias vivido na proximidade do Senhor, na entrega a Deus. Depois de batizado por João Batista no rio Jordão, Jesus se retirou ao deserto de Judá e jejuou durante 40 dias, preparando-se para anunciar o reino de Deus. Vivia no meio das feras, mas os anjos de Deus cuidavam dele. Preparando-se desse modo, Jesus assemelha-se a Moisés, que jejuou durante 40 dias no monte Horeb (Ex 24,18; 34,28; Dt 9,11 etc.), e a Elias, que caminhou 40 dias, alimentado pelos corvos, até chegar a essa montanha (1Rs 19,8). O povo de Israel peregrinou durante 40 anos pelo deserto (Dt 2,7), alimentado pelo Senhor.

Na Quaresma, deixamos para trás as preocupações mundanas e priorizamos as de Deus. Vivemos numa atitude de volta para Deus, de conversão. Isso não consiste necessariamente em abster-se de pão, mas sobretudo em repartir o pão com o faminto e em todas as demais formas de justiça. Tal é o verdadeiro jejum (Is 58,6-8).

A Igreja, desde seus inícios, viu nos 40 dias de preparação de Jesus uma imagem da preparação dos candidatos ao batismo. Assim como Jesus, depois desses 40 dias, se entregou à missão recebida de Deus, os catecúmenos eram, depois de 40 dias de preparação, incorporados a Cristo pelo batismo, para participar da vida nova. O batismo era celebrado na noite da Páscoa, noite da ressurreição. E toda a comunidade vivia na austeridade material e na riqueza espiritual, preparando-se para celebrar a ressurreição.

A meta da Quaresma é a Páscoa, o batismo, a regeneração para uma vida nova. Para os que ainda não receberam o batismo – os catecúmenos –, isso se dá no sacramento do batismo na noite pascal; para os já batizados, na conversão que sempre é necessária em nossa vida cristã: daí o sentido da renovação do compromisso batismal e do sacramento da reconciliação nesse período.

Conversão e renovação, se preciso também arrependimento por nossas infidelidades, mas o tom principal é a alegria pela boa-nova e por Deus que, em Cristo, renova nossa vida.